MARIA ESPERANÇA FERNANDES CARNEIRO

A REVOLTA CAMPONÊSA DE FORMOSO E TROMBAS

Trabalho de Mestrado

sob orientação da Profa.

Dra. Dalísia Elizabeth Martins Doles

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E LETRAS

GOIÂNIA - 1981

Mestrado em II
Nº 0026
Biblioteca

SUMÁRIO

1 - A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA E A A LUTA PELA TERRA -

1.1 - TENTANDO COMPREENDER O QUE SÃO AS RELAÇÕES CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO -

1.1.2 - A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA -

1.1.3 - ESPECIFICIDADES DO PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO DA AGRICULTURA AO CAPITAL NO BRASIL -

1.1.4 - OS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO - O CAMPONÊS E A LUTA PELA POSSE DA TERRA -

2 - BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL E EM GOIÁS -

2.1 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PRINCIPAIS MARCOS DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL -

2.1.1 - PRIMEIRA FASE DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO -

2.1.2 - SEGUNDA FASE DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL -

2.2 - BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE GOIÁS (DO INÍCIO DO SÉCULO XVIII À DÉCADA DE 1960)

Mestrado em História
Nº 0026
ICHL

2.2.1 - A PRIMEIRA FASE DA OCUPAÇÃO DE GOIÁS (INÍCIO DO SÉCULO XVIII ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XX) -

2.2.2 - SEGUNDA FASE DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO -

2.2.3 - A FRENTE PIONEIRA ATINGE O SUL DO ESTADO DE GOIÁS -

2.2.4 - A MARCHA PARA OESTE -

2.2.5 - E AS PROMESSAS SE REPETEM -

2.2.6 - BREVE HISTÓRICO SOBRE O MUNICÍPIO DE FORMOSO -

3 - A REVOLTA CAMPONESA DE FORMOSO E TROMBAS - 1950 a 1964 -

3.1 - O PRETEXTO DO ARRENDO -

3.2 - O MILAGRE DOS PÃES -

3.3 - NASCE UM LÍDER - JOSÉ PORFÍRIO -

3.4 - O PARTIDO COMUNISTA TOMA PATERNIDADE DA NOSSA CAUSA -

3.4.1 - O PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E A QUESTÃO AGRÁRIA (1954) -

3.4.2 - E O PARTIDO COMUNISTA ORGANIZOU A RESISTÊNCIA -

3.4.3 - A LUTA ARMADA -

3.4.3.1 - O JUSTIÇAMENTO -

3.4.4 - A BATALHA DE TATAIRA -

3.5 - A TRÉGUA -

3.6 - A CISÃO -

3.7 - E O GOVERNADOR TOMOU PROVIDÊNCIA -

3.8 - O PERÍODO DE TENSÃO - 1958 a 1963

3.9 - E A PAZ ACABOU -

4 - CONCLUSÃO -

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer as inúmeras pessoas que colaboraram nestes dois anos de realização deste trabalho. A orientadora Profa. Dra. Dalísia Elizabeth Doles, cuja orientação segura, permitiu vencer os mais variados obstáculos, desde a fase de pesquisa de campo até as conclusões finais.

A professora Leonildes Medeiros que pacientemente acompanhou e criticou parte por parte este trabalho.

Aos colegas da disciplina de Movimentos Sociais no Campo, ministrado no Centro de Pós Graduação de Desenvolvimento Agrícola da FGV, a minha gratidão pelas críticas e incentivos, dados em especial a Ana, Córdula, Joaquim, Celinha e Fernando.

Aos amigos Nilva Coelho e João Silva, que criteriosamente ajudaram a fazer o levantamento de dados.

A Elísia Paixão e Tânia que ao fazerem a correção gramatical tão bem souberam dar maior clareza ao trabalho.

A amiga Alba Brigagão que diante das inúmeras dificuldades e limitações que se sucederam só teve palavras de estímulo. A Profa. Ruth Gonçalves pela organização do trabalho.

Ao querido companheiro Edmundo que pacientemente acompanhou parte por parte o trabalho e com quem muito apren

dí.

Ainda gostaria de agradecer ao meu filho, a minha mãe e ao meu pai.

Aos anônimos camponêses, que colaboraram de maneira fundamental na recuperação da memória das lutas de Formoso e Trombas por êles empreendidas e especialmente a Geraldo Marques.

Finalmente, gostaria de deixar claro, que todos aqueles que colaboraram na elaboração deste trabalho, obviamente não têm nenhuma responsabilidade pelos possíveis erros e omissões nele contidos.

Para a mãe Alice,

Para o companheiro Edmundo

e para o filho Gustavo.

INTRODUÇÃO

O movimento social camponês conhecido como a revolta de "Formoso e Trombas", iniciado em 1950 e que se prolongou até 1964, movimento de luta pela posse da Terra, é o objeto de estudo deste trabalho. Ele será reconstituído, fundamentalmente, a partir da história oral de vida de parte significativa dos camponeses participantes deste movimento social. Contudo, as fontes escritas não serão relegadas a segundo plano, mas exaustivamente pesquisadas. Assim, foram utilizados jornais da época, documentos publicados do Partido Comunista Brasileiro e toda uma bibliografia referente a movimentos sociais que pudessem contribuir para esclarecer esse fato histórico.

A história oral, porém, como já foi dito, terá um peso fundamental neste trabalho, uma vez que se procurará fazer uma reconstituição histórica a partir da visão de classe dos camponeses participantes, ou seja, a partir da visão que tinham de sua posição no processo de produção e das contradições de sua classe com as demais.

A tentativa de reconstituição histórica, como foi acima proposta, é perfeitamente possível de realização, uma vez que a revolta camponesa de "Formoso e Trombas" é um fato bastante recente, cujos participantes, em sua grande maio

ria, encontram-se vivos e lúcidos.

Procuramos entrevistar desde os líderes do movimento, com exceção de João Soares e José Porfírio, que se encontram desaparecidos, até os camponeses de menor participação, assim como os jagunços e médios fazendeiros, com a finalidade de obter uma gama de depoimentos que permitisse uma visão a mais abrangente possível da revolta. Deve-se ainda esclarecer que grande parcela dos depoimentos foi gravada e transcrita de forma a preservar a linguagem original; outros foram anotações que, em decorrência da inexperiência do pesquisador, foram transcritos em linguagem formal. Portanto, verificamos ao final da coleta de informes que às vezes um mesmo camponês tem depoimentos ora fielmente transcritos, ora transcritos em linguagem formal. Esta duplicidade de transcrição evidencia uma das grandes dificuldades de se efetuar uma pesquisa, no campo, pois, no nosso caso particular, a maioria dos camponeses não permitiu que as entrevistas fossem gravadas, do que resultou a necessidade de tudo se anotar rapidamente para não se perder a oportunidade de obter o maior número possível de informações sobre o mesmo fato.

Outro esclarecimento que se faz necessário, diz respeito ao não assentimento dos camponeses quanto à menção de seus nomes no trabalho, com exceção de Geraldo Marques. Por este motivo, os depoimentos serão marcados com letras do alfabeto, representando cada letra o nome de um camponês.

Dado que a opção de reconstituição histórica do movimento foi a partir da visão de classe dos camponeses, utilizou-se a história oral devido ao fato de a maioria dos mesmos ser analfabeta.

Portanto, este trabalho é uma tentativa de dar voz aos camponeses participantes deste movimento social, na reconstituição de sua própria história.

Após essas considerações sobre a elaboração formal do presente trabalho, gostaríamos de colocar a visão global que lhe pretendemos dar. Achamos que a colocação da problemática da luta pela terra a nível mais geral propiciaria melhor compreensão do fenômeno. Com esse objetivo, no primeiro (1) capítulo, tentamos elaborar um sucinto quadro teórico com a intenção de nortear melhor a compreensão dos fundamentos da luta pela terra.

A problemática da luta pela terra foi analisada a partir de uma visão mais abrangente, qual seja, a do avanço do capitalismo no Brasil e de como tem se dado a subordinação da agricultura ao capital.

No segundo (2) capítulo procurou-se, através de um breve histórico de nosso processo de ocupação, mostrar a formação e reprodução de nossa estrutura agrária. Para facilidade de compreensão, procurou-se analisar também o processo de ocupação e formação da estrutura agrária do Estado de Goiás e, especificamente, da região de Formoso e Trombas.

No terceiro (3) e último capítulo, ocupamo-nos da luta camponesa pela posse da terra em Formoso e Trombas desde a sua origem em 1948, quando se inicia o processo de ocupação desta região, até os primeiros anos da década de 1970. Começamos por analisar a constituição das posses, a exigência do pagamento do arrendo por parte dos fazendeiros locais, a grilagem, a organização dos posseiros e a busca de solução legal junto às autoridades locais, estaduais e federais, continuamos com a chegada do Partido Comunista Brasileiro na região, a organização local a partir das bases, as

batalhas travadas e as lideranças; finalmente, analisamos a participação de Formoso e Trombas no processo reivindicatório a nível nacional pela "Reforma Agrária Radical", suas conquistas e, principalmente, o papel desempenhado por esse processo reivindicatório na transformação da visão de mundo dos camponeses.

Na conclusão, tentamos avaliar o peso fundamental que a luta dos camponeses de Formoso e Trombas teve a nível local, regional e nacional, suas conquistas parciais quanto à legalização da posse da terra, e, principalmente, quanto à formação da consciência de classe que eles adquiriram ao longo desta luta e, que, culminou com a quebra da aliança populista com a eleição do camponês José Porfírio de Souza para Deputado Estadual.

A perspectiva metodológica que assumimos não exclui a interferência do sujeito no conhecimento produzido, pois o pensamento não existe independente da pessoa que pensa. A verdade científica não está no fato que se mostra por si mesmo, nem, no sujeito que pensa, e nem tão pouco, somente no objeto. Ela é fruto da relação sujeito do conhecimento e objeto do conhecimento, que não existe por si mesmo, mas que é fruto de uma construção.

A interferência do sujeito no processo de produção do conhecimento é inevitável, por mais refinadas que sejam as técnicas utilizadas. A objetividade científica não passa de um mito, o que se alcança na verdade é uma objetivação progressiva. O que se buscou com o presente trabalho, cuja aproximação com a realidade só pode ser alcançada a partir de intensa crítica, foi uma contribuição que está longe de dar conta de toda a complexidade do objeto estudado.

Obviamente, com a realização deste trabalho não se pretendeu produzir um conhecimento totalmente novo. O que se buscou foi, a partir da visão dos camponeses e com o apoio do conhecimento existente, o referencial teórico, reconstituir o movimento social de Formoso e Trombas, procurando descobrir suas determinações e assim contribuir para o seu conhecimento.

As técnicas de pesquisa, o método e a teoria não são coisas independentes, são indissociáveis, constituem um todo, o corpo teórico. O método não tem existência própria. Esse é decorrência da teoria que o informa.

O conhecimento científico é histórico, e, como tal, não passa de uma verdade provisória, possível de ser retificada continuamente pela crítica. É neste processo de objetivação progressiva que se avança em diração ao real.

Este trabalho, fazemos questão de reafirmar, é uma tentativa de reconstituir a revolta camponesa de "Formoso e Trombas". Em que pese as suas possíveis falhas, esperamos que ele possa de alguma forma contribuir para a compreensão deste importante acontecimento histórico ocorrido em Goiás.

1 - A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA E A LUTA PELA TERRA -

1.1 - TENTANDO COMPREENDER O QUE SÃO AS RELAÇÕES CAPITALISTAS DE PRODUÇÃO -

O objetivo deste trabalho é o estudo da luta dos camponeses de Formoso e Trombas pela posse da terra, que se desenvolveu no médio Norte do Estado de Goiás, no período de 1950 a 1964.

Para uma melhor compreensão deste conflito social, procuraremos analisá-lo num contexto mais abrangente, ou seja, o das tensões provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Para tanto, procuraremos compreender, em primeiro lugar, o que são as relações de produção no capitalismo e como se dá a expansão das mesmas no campo.

O referencial teórico que utilizaremos para analisar o desenvolvimento do capitalismo no campo, será baseado nas contribuições de Karl Marx, Karl Kautsty, José de Souza Martins, Maria Nazareth B. Wanderley e Francisco de Oliveira. Todavia, não utilizaremos todas as importantes contribuições desses estudiosos, mas somente aquelas pertinentes ao nosso trabalho.

O esclarecimento inicial que se deve fazer, conforme nos aponta José de Souza Martins, quanto à expansão do Capitalismo, é que a "tendência do capital é a de tomar conta progressivamente de todos os ramos e setores da produção, no

campo e na cidade, na agricultura e na indústria" [1]. Portanto, se essa tendência é inerente ao capitalismo, resta ver como ela ocorre na agricultura. "O principal da expansão do capitalismo é basicamente isso: - os trabalhadores se transformam em trabalhadores livres, isto é, libertos de toda propriedade que não seja a propriedade da sua força de trabalho, da sua capacidade de trabalhar" [2]. A proletarização é a expropriação do trabalhador dos seus meios de produção. A expropriação do trabalhador rural se dá pelas mais variadas formas, tais como: pela destruição do artesanato doméstico, pela subordinação ao capital comercial, industrial e financeiro. Os trabalhadores ao se proletarizarem tornam-se livres para vender sua força de trabalho a quem necessita comprá-la, isto é, aos capitalistas. A força de trabalho do trabalhador é trocada por salário pago pelo capitalista.

"O Capitalista compra a força de trabalho porque ela lhe tem utilidade: a força de trabalho é a única dentre todas as mercadorias que pode criar mais valor do que aquele que ela contém ... Por isso, o valor da força de trabalho é medido pela parte do valor, da riqueza, criado pelo trabalhador com seu trabalho que a ele retorna por intermédio do capitalista, sob a forma de salário ... A função do salário é a de recriar o trabalhador" [3]. O salário não é determinado

---

[1] MARTINS, José de Souza. A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária. Encontros com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 3 (22): 200, Abr, 1980.

[2] Idem, Ibidem, p. 200.

[3] Idem, Ibidem, p. 201.

pelo capitalista, mas sim "pela taxa de lucro do capital e essa taxa de lucro é determinada socialmente" [4]. Um capitalista não pode aumentar a seu bel-prazer o salário de seus trabalhadores, pois sua taxa de lucro cairia em relação aos outros capitalistas e viriam os prejuízos, obrigando-o a deixar de ser um capitalista.

Assim, o capital não está a serviço do capitalista. Muito ao contrário, o capitalista é que está a serviço do capital" [5]. Apesar de trabalhadores e capitalistas serem dominados pelo capital, os primeiros perdem e os segundos ganham nesta troca que, apesar de aparentemente ser uma troca entre iguais, produz resultados muito diferentes: os primeiros recebem salários (que lhes permitem apenas a reposição dos meios de vida necessários para sua reprodução enquanto trabalhadores) e os segundos recebem o lucro (pois nessa relação social de troca, o capitalista aumenta o seu capital apropriando-se da mais-valia, isto é, do trabalho não pago).

O ponto essencial "para o entendimento do que é uma relação capitalista está no fato de que essa relação é uma relação de exploração baseada numa ilusão - a ilusão de que não há exploração alguma" [6].

Uma vez que se efetua uma aparente troca de equivalentes, o trabalhador, portanto, demora a descobrir que é o seu trabalho que aumenta a massa de lucro. Ainda segundo Martins é "(...)nesse sentido que emerge o outro lado da alienação da força de trabalho do trabalhador ao capitalista: êle não se vê como é, mas como parece ser, como igual e livre;

---

[4] Idem, Ibidem, p. 201.

[5] Idem, Ibidem, p. 201.

[6] Idem, Ibidem, p. 203.

não como se o capital dependesse dele, do seu trabalho, mas como se êle dependesse do capital. Por isso, além de alienar, de entregar, o seu trabalho, êle também se aliena, se entrega" [7].

O camponês, assim como o operário, dentro deste processo se aliena, pois ele pensa que ao ter um pedaço de terra, a riqueza por ele produzida a ele pertencerá, quando na verdade, ele apenas, consegue repor os seus instrumentos de trabalho e garantir sua precária subsistência. O camponês, não consegue perceber com clareza a sua situação de subordinação às diversas frações do capital, que se apropriam do excedente por ele gerado.

Portanto, relações capitalistas de produção são relações sociais que se efetuam entre os que detêm os meios de produção - os capitalistas - e os trabalhadores, que são obrigados a vender sua força de trabalho em troca de salário e que criam mais-valia apropriada pelo capitalista, fonte de reprodução do capital. "Sendo o capital nada mais, do que trabalho humano acumulado, trabalho de muitos e anônimos trabalhadores, é um produto social, contraditoriamente acumulado nas mãos particulares do capitalista (...) O capital é o produto do trabalho não pago, da conversão em capital do trabalho que excede àquele que se materializou em salário" [8]. A expansão do capitalismo, na cidade ou no campo, se dá quando o trabalhador perde seus meios de produção e proletariza-se, restando-lhe apenas sua força de trabalho para ser vendida, ser trocada por salário.

---

7 Idem, Ibidem, p. 203.

8 Idem, Ibidem, p. 204.

A compreensão do que é capital, como uma relação social, nos permite dar um passo à frente e tentar compreender a expansão do capitalismo na agricultura.

1.1.2 - A EXPANSÃO DO CAPITALISMO NA AGRICULTURA -

Na agricultura a terra é um meio de produção, é um bem natural e finito e não é produzido pelo trabalho. Entretanto, "assim como o capital pode se apropriar do trabalho, também pode se apropriar da terra; pode fazer com que ela, que nem é produto do trabalho nem do capital apareça dominada por este último" [9]. Como o capital transforma tudo em mercadoria, também a terra passará a ser uma mercadoria passível de compra e venda no mercado. Entretanto, assim como o trabalhador em troca da sua força de trabalho cobra um salário ao capitalista, o dono da terra, o proprietário, cobra pela exploração agrícola de suas terras uma renda sob a forma de licença. Esta "licença para exploração capitalista da terra depende, pois, de um pagamento ao seu proprietário. Esse pagamento é a renda-da-terra" [10]. O capitalista, ao pagar pela utilização da terra de outrem, converte parte de seu capital em renda. Entretanto, este capital não é suficiente para promover a produção agrícola. Será preciso mais capital para empreender a produção.

---

9 Idem, Ibidem, p. 206.

10 Idem, Ibidem, p. 207.

A renda da terra paga ao proprietário da terra representa uma irracionalidade para o capital, mas "a subordinação da propriedade fundiária ao capital ocorre justamente para que ela produza sob o domínio e conforme os pressupostos do capital. A apropriação capitalista da terra permite justamente que o trabalho que nela se dá, o trabalho agrícola, se torne subordinado ao capital" [11], passando a terra a ser equivalente de capital.

O trabalhador recebe o seu salário, o capitalista, o lucro, e o dono da terra, a renda-da-terra. A renda da terra não é paga nem pelo assalariado e nem tampouco pelo capitalista, mas pelo conjunto da sociedade. A renda da terra é um tributo coletivo pago pela sociedade ao proprietário da terra.

Portanto, quando se compra a terra, compra-se na verdade o direito de assenhoriar-se de parte da mais-valia - social. Mesmo quando a terra não produz nada, ela se valoriza e, portanto, permite ao proprietário "se apropriar de parte da riqueza socialmente produzida" [12]. A concentração da terra permite, portanto, ao proprietário da terra assenhoriar-se de uma parcela maior da mais-valia-social.

A propriedade privada da terra não se constitui em empecilho para a expansão capitalista no campo, mas numa contradição, uma vez que o capital que se desembolsa para pagar os direitos de utilização da terra é um capital improdutivo, sendo necessário mais capital para promover a extração da riqueza da terra. Portanto, é a propriedade privada capi

---

11 Idem, Ibidem, p. 207.

12 Idem, Ibidem, p. 210.

talista da terra que permite ao dono da mesma usufruir e se apropriar de parte da mais-valia socialmente produzida, através da exigência do pagamento da renda-da-terra.

É necessário compreender como a agricultura se subordina ao capital.

O processo de subordinação da agricultura ao capital, e as diferentes formas em que se manifesta decorrem de situações históricas dadas.

O conceito de subordinação que utilizaremos, será aquele contido nos pressupostos de Marx ao analisar o desenvolvimento do capitalismo na agricultura.

"Supor que o modo capitalista de produção se apoderou da agricultura implica que este modo rege todas as esferas de produção e da sociedade burguesa, portanto que se realizam também em plenitude todas as condições do modo capitalista de produção" [13].

Vamos considerar três formas de subordinação da agricultura ao Capital: a trinitária, a hipotecária e a de um trabalhador para o capital, detendo-nos mais nas duas últimas, uma vez que são de maior interesse para o nosso estudo.

A forma trinitária estudada por Marx se apresentou de maneira mais nítida na Inglaterra. Caracteriza-se por uma relação entre três figuras: o proprietário fundiário que de

---

13 MARX, Karl apud WANDERLEY, Maria Nazareth. O Camponês: Um Trabalhador para o Capital. Campinas Universidade Estadual de Campinas. Grupo de Estudos Agrários. Versão Preliminar para discussão. 1979 (mimeografada), p. 40-41.

têm o título jurídico da terra, o arrendatário capitalista proprietário do capital e dirigente do processo produtivo e os trabalhadores despojados dos meios de produção, que são obrigados a vender para o arrendatário sua força-de-trabalho, cuja venda lhes garante a subsistência.

O proprietário fundiário, por possuir o monopólio de uma parcela do globo, impõe condições para que as terras de sua propriedade sejam exploradas, exigindo o pagamento da renda-da-terra.

Renda-da-terra é uma parcela da mais valia global gerada no sistema capitalista de produção, cobrada pelo proprietário de terra a toda sociedade. Renda-da-terra é um sobre-lucro, que tanto pode ser obtido pelo diferencial de fertilidade ou localização (RI), como pelo aumento da produtividade decorrente da inversão de capitais na terra (R II) ou exclusivamente pelo monopólio de uma parcela do globo (R III). Como o sobre-lucro é um componente do preço do produto, a renda-da-terra é paga por toda a sociedade.

O arrendatário capitalista, por ser proprietário dos meios de produção, se apropria de uma parcela da mais-valia social, o lucro.

O trabalhador assalariado, por possuir unicamente sua força-de-trabalho, se vê obrigado a vendê-la ao capitalista recebendo em troca o salário, que representa uma parte do total do valor por ele gerado no processo produtivo.

"Os proprietários de mera força de trabalho, os de capital e os de terra, os que têm por fonte de receita, respectivamente, o salário, lucro e renda fundiária, em suma, os assalariados, os capitalistas e os proprietários de

terras, constituem as três grandes classes da sociedade moderna baseada no modo capitalista de produção" [14].

Há situações historicamente determinadas em que se torna inviável a formação de duas classes na agricultura (de proprietários e de capitalistas) que se apropriam da mais-valia gerada no processo produtivo. Por conseguinte, a subordinação da agricultura ao capital se dará por outras formas, às vezes menos simples, como o sistema hipotecário analisado por Kautsky.

"O sistema Hipotecário é menos claro e simples mas no fundo se reduz à mesma coisa" [15].

É menos simples e claro, pois uma mesma pessoa é, ao mesmo tempo, proprietário da terra e capitalista. Essa situação pode se dar de duas maneiras: uma, em que o proprietário de terras, dispondo de capital, passa a explorar a terra; entretanto, isso tem se dado raramente; outra, em que o proprietário da terra, não dispondo de capital e entre a alternativa do arrendamento e do abandono da terra, assume ele mesmo a organização e direção da produção através do empréstimo de capital. Essa segunda situação é denominada de forma Hipotecária, porque o proprietário da terra hipoteca as suas terras para aquisição de capital, a fim de organizar e dirigir a produção agrícola. Entretanto, a junção de proprietário de

---

14 MARX, Karl. Livro III. In - O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, S.d., V. 4, p. 1012.

15 KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968, p. 101.

terra e de capitalista, numa mesma pessoa, é puramente formal, uma vez que a renda da terra será apropriada pelo setor bancário, através dos juros que deverão ser pagos pelo capital emprestado. Portanto, a renda-da-terra será apropriada por um setor externo ao setor agrícola, e a terra passará a ser propriedade real do setor bancário que se apropria dessa renda, restando ao proprietário a propridade formal da terra.

Como ressalta Wanderley, devemos "observar que este sistema é utilizado não só para as grandes propriedades, mas igualmente, para as pequenas. O capital financeiro deste modo, além de transferir a renda fundiária do setor agrícola, concentra a propriedade real, na medida em que concentra a renda fundiária e a incorpora diretamente ao processo de acumulação global" [16].

O sistema hipotecário, como nos aponta Wanderley, não contraria a análise de Marx no fundamental, quanto à teoria da renda fundiária, pois: - "a propriedade capitalista da terra é em última instância, a proprieade da renda fundiária, - o capitalismo implica numa separação entre a renda fundiária e o lucro, frações distintas da mais-valia social" [17].

A terceira forma de subordinação foi desenvolvida por Wanderley em seu trabalho, "O Camponês, um trabalhador para o Capital", onde explicita a forma através da qual a produção camponesa se subordina ao capital, retomando Lenine em

---

16 WANDERLEY, Op. cit., p. 45.

17 Idem, Ibidem, p. 46.

"La Question Agraire e Les Critiques de Marx".

Segundo Wanderley se o camponês, ao comprar a terra, conseguir se apropriar da renda desta terra, isto é, de parcela da mais valia, ele se transformará em proprietário capitalista isto é, proprietário de um capital. Entretanto se pagar o preço da terra com o seu próprio trabalho e não recuperá-lo, isto é, não conseguir auferir a renda fundiária capitalizada estabelecer-se-á uma relação na qual, "apesar de seu título jurídico, não é ele o real proprietário capitalista, mas aquele que, de fato, realiza economicamente a propriedade da terra, isto é, que se apropria da renda fundiária, produzida pelo sobre-trabalho do camponês"[18]. Portanto, o camponês no capitalismo "não é o agente portador e representante do capital, mas uma das modalidades de sua força de-trabalho" [19].

Esta forma de subordinação da agricultura ao capital, caracteriza-se pela transferência da totalidade da mais valia-lucro e renda fundiária - produzida no setor agrícola para outros setores da economia. "Para que isto aconteça, é necessário que o capital disponha de um agente que assuma a realização da produção, sem reivindicar a participação que lhe seria devida, enquanto proprietário e enquanto capitalista. Este agente é o camponês"[20]. Portanto, o camponês é uma força-de-trabalho não proletarizada, que ocupa e se reproduz no espaço criado pelo capital e se constitui num dos elementos do seu funcionamento, isto é, numa modalidade de força-de-tra

---

[18] Idem, Ibidem, p. 40.

[19] Idem, Ibidem, p. 52.

[20] Idem, Ibidem, p. 49.

balho para o capital" [21].

Enquanto para o capitalista o limite de exploração agrícola é dado pela obtenção do lucro médio, para o camponês o limite é dado pela sua subsistência. Disto resulta que "o camponês , sob o capitalismo torna-se um agente que permite a apropriação por terceiros, da totalidade da mais-valia por ele produzida, a qual é liberada, incorporada ao processo global de acumulação e canalizada para os setores dinâmicos da economia. A exploração camponesa constitui, portanto, a base de uma das formas de dominação do capital na agricultura" [22].

As formas de subordinação da agricultura ao capital são deste modo, um processo decorrente de situações históricas dadas. Assim, podemos encontrar formas diferentes em distintas formações sociais ou numa mesma formação social.

1.1.3 - ESPECIFICIDADES DO PROCESSO DE SUBORDINAÇÃO DA AGRICULTURA AO CAPITAL NO BRASIL.

Após 1850, com a "Lei de Terras", a terra no Brasil passa a ter preço, ou seja, transforma-se em mercadoria. Entretanto, segundo Wanderley, mesmo após 1850, quando a terra passa a ter preço, esta ainda continua assumindo caracte

---

[21] Ver, Wanderley. op. cit., p. 33.

[22] Idem, Ibidem, p. 50.

rísticas particulares no Brasil [23]. Na medida em que a compra da terra implica em desembolso de capital, "poder-se-ia supor que este preço constitui-se a renda fundiária capitalizada, isto é, um capital avançado, que garantiria a apropriação da renda da terra",[24] nos moldes clássicos da forma trinitária analisada por Marx. Entretanto, isso não se verificou no Brasil, uma vez que aqui nunca existiu "uma classe de proprietários fundiários que se defina socialmente, pelo direito que adquiriu sobre uma parcela do solo e que dê uma expressão econômica a este direito, através da capitalização da renda fundiária, que este mesmo direito permite captar" [25].

A organização da produção agrícola no Brasil historicamente se fez através da junção, ainda que formal, do proprietário da terra e dos demais meios de produção numa mesma pessoa.

A organização da produção agrícola esteve mais centrada na apropriação do lucro do que na apropriação da renda-da-terra pelos proprietários rurais, uma vez que na sua grande maioria a renda-da-terra é apropriada por setores externos à agricultura, como os setores financeiro, comercial e industrial. Quando há a junção formal do proprietário da terra e do capitalista, a propriedade da terra não será mais um obstáculo ao investimento de capital, uma vez que, a renda ab

---

23 Ver WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel et alii Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira in Reflexões sobre Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

24 Idem, Ibidem, p. 32.

25 Idem, Ibidem, p. 30.

soluta da terra não precisará existir, pois sendo o próprio proprietário quem realiza a sua exploração, não será necessário que o preço do produto no mercado seja superior ao preço de produção, para que a terra seja explorada.

Isso acontece segundo Marx "porque a propriedade fundiária não constitui um obstáculo ao investimento de seu capital. Pode tratar a terra como um simples elemento da natureza e se determinar exclusivamente em função da valorização de seu capital, isto é, a partir de considerações exclusivamente capitalistas" [26].

Nessas condições, o proprietário da terra e dos demais meios de produção pode produzir mesmo que os preços do mercado cubram apenas o preço de produção (que é igual a: capital constante + capital variável + lucro médio) e não permitam obter um sobrelucro, ou seja, a renda-da-terra.

Segundo Wanderley, é isto que ocorre no Brasil em se tratando da análise da propriedade da terra, ou seja, o preço da terra não é incorporado aos custos de produção. Poderia, deste modo, parecer uma irracionalidade a aquisição de terras no Brasil. Entretanto, a propriedade da terra é fundamental para que o seu proprietário dirija o processo produtivo e se aproprie do lucro. Além do mais, a terra no Brasil cumpre outras finalidades, pois tem uma função especulativa, significa uma reserva de valor e "é considerada fundamentalmente como um patrimônio, independentemente de qualquer exploração econômica" [27].

---

26 MARX, Karl apud WANDERLEY, op. cit., p. 33.

27 Idem, Ibidem, p. 34.

Embora o monopólio da terra por si só nem sempre garanta ao proprietário a apropriação da renda-da-terra, é condição fundamental para que ele se aproprie do lucro médio da produção agrícola e obtenha lucros adicionais em outras atividades, como aluguel de máquinas e implementos, comercialização dos produtos agrícolas, armazenagem, beneficiamento, repasse de crédito, etc. Isto permite que só algumas frações dos proprietários de terra consigam auferir altos rendimentos, mesmo com os preços dos produtos agrícolas baixos.

Na sua grande maioria, a organização e direção da produção agrícola estão centradas nas possibilidades de realização do lucro na agricultura. Essa margem de lucro na produção agrícola dependerá dos preços que os produtos alcancem no mercado. Entretanto, esses preços sempre foram determinados à revelia do setor agrícola. Portanto, o lucro na agricultura é conseguido através de:

a) compressão constante dos preços de produção;

b) exclusão do preço da terra nos preços dos produtos.

A compressão constante dos preços de produção tem se viabilizado de duas maneiras:

- pela redução do capital constante, como os equipamentos e insumos;

- pela redução do capital variável, fazendo com que, de um lado, a força-de-trabalho assuma parte da sua manutenção, através do empréstimo de lotes de terra aos trabalhadores que neles plantam parte de sua subsistência e, de outro lado, haja uma compressão constante dos salários, que estão quase sempre abaixo das necessidades de subsistência do tra

balhador.

Para garantir o lucro nessas condições, a agricultura tem crescido em grande parte extensivamente, ou seja, pelo constante alargamento da fronteira agrícola, via incorporação permanente de novas áreas do país ao processo produtivo, com práticas rudimentares que levam ao esgotamento precoce do solo.

Esse crescimento extensivo tem sido possível devido à abundância de terras do país, decorrente de sua grande extensão territorial, e, principalmente, graças ao concurso do Estado que tem viabilizado a exploração agrícola nas mais diversas e distantes regiões do país, através da implantação da infra-estrutura básica, doação de terras devolutas ou venda das mesmas por preços irrisórios e fictícios, e subsídios. Esse procedimento do Estado legitima e reforça o poder de pressão dos proprietários de terras sobre outras categorias de agricultores.

É necessário ter bem claro que o procedimento do Estado no Brasil objetiva a redução do custo do capital empregado na aquisição de terras e, por conseguinte, o proprietário não necessita incorporar o preço da terra ao preço de produção para explorá-la.

Apenas uma parcela dos proprietários ligados ao setor agrícola tem se apropriado da renda da terra e do lucro e o tem feito com o concurso do Estado.

A agricultura não parece constituir, portanto, uma barreira ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil, pois o setor agrícola, em seu conjunto, tem transferido seus excedentes aos setores mais dinâmicos da economia, como os setores comercial, financeiro e industrial.

1.1.4 - OS CONFLITOS SOCIAIS NO CAMPO - O CAMPONÊS E A LUTA PELA POSSE DA TERRA.

No processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, vimos que a agricultura, até a metade da década de 1950, cresceu de forma predominantemente extensiva. A partir deste momento, começa a se observar um outro movimento de crescimento intensivo, isto é, de intensa utilização de capital na agricultura, notadamente no centro-sul do país. Este crescimento intensivo se faz com o concurso do Estado, que utiliza como principal instrumento o crédito rural subsidiado. Todavia, o crescimento extensivo da agricultura continua a se processar nas áreas de fronteira agrícola devido ao fato de que os preços dos produtos agrícolas são determinados à revelia do setor agrícola, forçando a compressão do preço de produção. A compressão do preço de produção tem-se viabilizado, como mostramos anteriormente, graças à redução tanto do capital constante como do capital variável, sendo responsável pelo agravamento das péssimas condições de vida dos trabalhadores rurais.

A categoria de trabalhadores rurais que nos interessa no momento é a dos camponeses, que também se encontram submetidos ao capital e, justamente por este motivo, têm conseguido apenas precariamente garantir sua subsistên

cia na agricultura brasileira. As dificuldades do camponês decorrem principalmente do baixo preço dos produtos agrícolas que, como foi dito, é fixado à revelia do setor e não lhe permite, quando da perda da fertilidade natural de suas terras, repor o capital constante e circulante necessários à continuação da exploração agrícola. Portanto, o camponês se vê na contingência de sustar a continuidade da exploração agrícola.

A inviabilidade de continuar explorando a sua terra e os baixos salários na agricultura obrigam os camponeses e os trabalhadores rurais a migrarem, isto é, a buscarem novas alternativas de sobrevivência. Os contingentes populacionais expulsos do campo contam com duas alternativas: migrarem para os centros urbanos e conseguirem emprego ou migrarem para as áreas de fronteira agrícola, na esperança de se apossarem de terras devolutas de melhor fertilidade, com o propósito de se livrarem da excessiva exploração. A primeira alternativa revela-se pouco viável devido à incapacidade dos centros urbanos em absorverem toda a população oriunda do campo, em decorrência do superdimencionamento do exército industrial de reserva. Embora o exército de reserva seja uma necessidade em qualquer país capitalista, nos países subdesenvolvidos, como o Brasil, ele se vê engrossado face ao caráter retardatário da industrialização, cuja tecnologia, importada dos países desenvolvidos, é altamente poupadora de mão-de-obra. Portanto, resta às populações expulsas do campo, a busca de alternativas de sobrevivência fora da fronteira econômica. Essa segunda alternativa - a migração para fora da fronteira econômica - se constitui numa solução provisória já que, com o avanço do capitalismo, o posseiro de hoje será provavelmente o migrante de amanhã.

A expulsão de grandes contingentes de trabalhadores da fronteira econômica não aparece para o trabalhador rural como ação imediata do capital. A ocupação de terras devolutas constitui a grande quimera dos trabalhadores rurais que acreditam ser esta uma alternativa viável para fugir à proletarização. A ilusão que os migrantes têm de poder conseguir uma posse e garantir sua "independência" é fruto da incompreensão do que é o modo-de-produção capitalista. Assim como o operário tem dificuldade em compreender que é o seu trabalho que aumenta a massa de lucro, que é o capital que depende dele e não o contrário, e que a troca de sua força de-trabalho por salário é uma relação de exploração, o trabalhador rural também demora a compreender que a sua expulsão para fora da fronteira econômica não vai livrá-lo da exploração, pois a agricultura está submetida ao capital e demora a entender que tanto como trabalhador assalariado como camponês na produção familiar, ele apenas vai suprir precariamente a sua subsistência. Isso acontece porque o capital necessita da terra, e através de seus agentes, os capitalistas, sempre entrará em disputa por mais terra, na medida em que mais terra significa a possibilidade de extrair mais-valia social. Portanto, sempre que o capitalista necessitar de terra para a expansão das culturas nobres, ou apenas como reserva de valor, ou mesmo para deixá-la improdutiva, vai tentar expulsar a produção familiar, quer nas áreas de fronteira econômica quer fora delas. Entretanto, o camponês demora a perceber que o modo-de-produção capitalista é um sistema de exploração que explora a todos os trabalhadores, quer sejam eles trabalhadores urbanos, rurais ou camponeses. Na realidade, a posse da terra apenas poderá levar o camponês a repor os seus instrumentos de trabalho e garantir a sua subsis

tência, na medida em que ele é um mero trabalhador para o capital.

Se de um lado a existência de terras devolutas atenua as tensões sociais no interior da fronteira econômica, ao se apresentar aos migrantes como uma alternativa de sobrevivência, de outro lado não impede que os conflitos se manifestem de forma mais aguda, quando da expansão da fronteira econômica. Isto decorre do fato de que os migrantes, neste processo de expulsáó e absorção, aprendem que a perda da "sua" terra que, para eles, representa uma garantia de sobrevivência e de emprego para si e para sua família, significará um retorno à condição anterior de superexploração.

Essa seqüência de incorporação e expulsão das populações pela economia de mercado, é marcada por grandes tensões sociais e não raro pela violência pura e simples.

A violência que a luta pela terra assume em determinados momentos históricos reside na percepção que o trabalhador, após sucessivas expulsões, começa a ter a respeito da sua condição no capitalismo. A percepção de que, na maioria das vezes, sem terra, resta-lhe o subemprego e o desemprego nos centros urbanos e um salário abaixo do nível de subsistência no campo, leva-o a empreender a luta pela posse da terra, acreditando nessa alternativa como a mais viável para garantir a sua sobrevivência. O camponês, alienado que é, tem dificuldade de compreender o caráter aparentemente impessoal das trocas, não conseguindo perceber com clareza a sua situação de subordinação às diversas frações do capital, que se apropriam do excedente por ele gerado. Portanto, grande parte dos migrantes se dirige para fora da fronteira econômica, indo formar as "frentes de expansão", que seg. Martins

são faixas de terras" com suas pecualiaridades econômicas, sociais e culturais que ... se integram na economia de mercado de dois modos: pela absorção do excedente demográfico que não pode ser contido dentro da fronteira econômica e pela produção de excedentes que se realizam como mercadoria na economia de mercado. Desse modo [28], a "frente de expansão" está integrada na formação capitalista".

As "frentes de expansão" têm por principal característica o fato de a terra não ser comprada, e, por conseguinte, não ter valor de mercadoria, não visar o lucro, não assumindo, portanto, as características de propriedade capitalista. Constituem-se as "frentes de expansão" geralmente de terras devolutas, privatizadas pelos ocupantes ou posseiros para dela tirarem o necessário a sua subsistência.

Em contraposição à "frente de expansão", a "frente pioneira" exprime um movimento de expansão da economia de mercado.

"A característica imediata desta última é a de que se instaura como empreendimento econômico: empresas imobiliárias, ferroviárias, comerciais, bancárias, etc ... loteiam terras, transportam mercadorias, compram e vendem, financiam a produção e o comércio. Passa-se, assim, a produção do excedente para a produção de mercadoria. A frente pioneira surge não como uma consequência "rebarbativa" da sociedade capitalista, mas como resultado direto da necessidade de reprodução desta" [29].

---

28 MARTINS, José de Souza - Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975. p. 46, 47.

29 Idem, Ibidem, p. 47.

2 - BREVE HISTÓRICO DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL E EM GOIÁS -

O sucessivo alargamento da fronteira econômica através das "frentes pioneiras" de caráter capitalista, que são incapazes de absorver a globalidade dos contingentes humanos das frentes de expansão, reproduz o processo de expulsão dos excedentes populacionais e das migrações constantes. Portanto, o movimento de expansão da fronteira econômica decorre da expansão do capital. Esse movimento é o movimento do capital que, primeiramente, expulsa da fronteira econômica para a fronteira geográfica toda uma população que vai formar as frentes de expansão e que, mais tarde, se não for absorvida pela frente pioneira (economia de mercado), vai novamente ser expulsa para formar novas frentes de expansão.

Num primeiro movimento, a luta pela posse da terra restringe-se ao âmbito das reivindicações puramente econômicas. Entretanto, o processo de luta leva os camponeses a entrarem, na maioria das vezes, em contato com diversas organizações políticas (igrejas, entidades de classe e partidos políticos) e a ampliarem o seu horizonte de compreensão. O salto qualitativo que algumas parcelas dos camponeses conseguem efetuar nesse processo de luta, decorre da compreensão que passam a ter do que é o capitalismo, de como nele se inserem e quais as suas principais contradições com as demais classes. Se aliado ao processo de compreensão do que é o capitalismo, houver também um posicionamento de não assentimento, a luta pela posse da terra deixará de ser meramente econômica e passará a ser também política, pela tranformação da sociedade.

2.1 - ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE OS PRINCIPAIS MARCOS DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL NO BRASIL -

2.1.1 - PRIMEIRA FASE DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO -

Para melhor compreensão do processo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil vamos dividí-lo em duas fases:

a primeira fase caracteriza-se pela utilização do trabalho escravo e vai até 1889; a segunda fase começa com a abolição da escravidão e se caracteriza pelo uso progressivo do trabalho assalariado.

Na primeira fase segundo Wanderley "... o capitalismo é puramente formal. Por um lado, porque lhe falta o fundamento de sua realização, que é o próprio capital, enquanto relação social. Por outro lado, o caráter formal do capitalismo decorre de suas articulações com o processo de gênese do capitalismo, em âmbito mundial" [1]. João Cardoso de Melo vem reforçar essa concepção de que há capitalismo, nesta primeira fase, ainda que formal, quando afirma "... porque a escravidão é escravidão introduzida pelo capital e a gênese da

---

[1] WANDERLEY, Maria Nazareth B. et alii. Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira, In Reflexões sobre a Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, 1979. p. 29.

economia colonial recebe todo o peso que lhe é devido ... Indo muito além do simples domínio direto da produção, o capital subordina o trabalho e esta subordinação é formal, porque seu domínio exige formas de trabalho compulsório" [2].

O objetivo primeiro da colonização do Brasil foi a exploração, e, portanto, a organização da produção e o regime de trabalho implantados foram expressão desse objetivo. Uma das primeiras preocupações da Coroa Portuguesa para iniciar a Empresa Colonial foi a forma de distribuição das terras, que até 1822 foram doadas pela coroa em regime de sesmarias. Essas doações tinham por objetivo explícito a produção de bens requisitados pelo mercado externo, o que só se viabilizaria economicamente através de grandes unidades produtivas, geralmente monocultoras, sustentadas pelo regime de trabalho escravo. Essa foi a forma dominante de produção durante os séculos XVI, XVII e XVIII, quer seja na economia açucareira, quer seja na mineradora ou nas demais atividades econômicas voltadas para satisfazer a demanda do mercado externo. Em contraposição, a pequena propriedade baseada no trabalho familiar, voltada principalmente para o auto-consumo, cujos pequenos excedentes eram direcionados para o mercado interno, manteve-se como produção marginal. Essas pequenas unidades de produção detinham a posse da terra e subordinavam-se à grande unidade de produção, ora como agregadas, ora nas periferias dos centros urbanos. Caracterizaram-se por ter população migrante, pois a incorporação ou expulsão da produção familiar no processo produtivo eram determinadas pela expan

---

[2] MELO, João Cardoso. Apud WANDERLEY, Maria Nazareth B. Op. Cit., p. 29.

são ou retração da produção nas grandes unidades produtoras, do que resultou que "o pequeno produtor rural tinha, portanto, que plantar em terras que dificilmente haveriam de lhe pertencer. Assim, por três séculos, desde a descoberta do Brasil, os camponeses não tiveram possibilidades de acesso à propriedade da terra" [3].

As grandes unidades produtoras, se de um lado viabilizavam a produção agrícola, voltada para o mercado externo, de outro, tolhiam a proliferação da pequena propriedade uma vez que a terra, era apenas um dos fatores de acumulação de riqueza, e deveria estar associada ao trabalho escravo responsável pelo seu caráter produtivo. Quanto mais numerosa a mão - de - obra escrava tanto mais possibilidade de acumulação de riqueza conferia ao seu proprietário.

A burguesia mercantil e a nobreza portuguesa, ao se apropriarem das terras e da mão-de-obra escrava na colônia, transformaram-se nos detentores dos meios de produção e dirigentes do processo produtivo.

Destarte, os senhores de escravos apoiados nas vantagens que a propriedade territorial lhes proporcionava, congregaram o poder local e os interesses políticos em benefício quase que exclusivo do seu clã. Os clãs representaram no período colonial e imperial o reduto do poder local e o arbítrio foi a forma normal de sujeição dos demais homens li

---

3 CARVALHO, João Carlos M. Camponeses no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1978. p. 57.

vres e dos escravos [4].

A partir dos meados do século XIX, um processo de profundas transformações no conjunto da sociedade brasileira começa a se implantar com a expansão da cultura cafeeira e com a proibição do tráfico negreiro em 1850, que agrava a crise da escravidão. Essas transformações se inserem no contexto do desenvolvimento do capitalismo a nível mundial e correspondem à formação de novas relações de produção conforme Sérgio Silva "não somente na economia cafeeira mas no conjunto da sociedade brasileira" [5].

Essas transformações decorrentes sobretudo da crise do escravismo colonial tem como principais marcos:

a) Abolição do tráfico negreiro;

b) A lei de terras de 1850;

c) Abolição da escravidão em 1889;

d) O aparecimento do trabalhador livre, que inicia uma nova etapa do desenvolvimento das relações capitalistas de produção.

A abolição do tráfico negreiro em 1850 veio ocasionar, com o decorrer dos anos, a escassez de mão-de-obra escrava, uma vez que a pura reprodução dos escravos não foi suficiente para abastecer o mercado de força de trabalho. Essa escassez levou à elevaçao constante do preço do escravo, tornando a sua utilização inviável do ponto de vista econômico.

---

4 Durante a primeira fase de nossa economia, o regime de trabalho escravo, que, pela força, é o dominante, por ser compulsório, é também explosivo, dada as contradições intrínsecas que se estabelecem.

5 SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa Omega, 1976. p. 18.

A grande expansão da cultura cafeeira, assim como as demais atividades econômicas do país, necessitava da formação de um mercado de trabalho abundante a baixos custos. Na impossibilidade desse mercado ser suprido com mão-de-obra escrava, optou-se pelo trabalhador livre através de uma política de imigração. Entretanto, a política de imigração esbarrava no regime de terras do Brasil que, após a independência política (1822) não se fundamentava mais na distribuição de terras com doação de sesmarias. Extinta essa modalidade de obtenção de terras e não tendo sido criada regulamentação ou legislação para o regime de terras do país, teórica e praticamente a terra estava sujeita à livre ocupação de quem se interessasse, uma vez que amplas faixas de terras constituíam-se em terras devolutas. Por conseguinte, neste período, a livre ocupação tomou "o lugar das concessões do Poder Público e era, igualmente, o triunfo do colono humilde, do rústico desamparado" [6].

A livre ocupação de terras devolutas ameaçava afetar o direcionamento da força-de-trabalho migrante e dos camponeses do país para o trabalho nas grandes fazendas de café.

Uma nova legislação capaz de dificultar ao máximo o acesso das populações camponesas à propriedade da terra foi exigida pelos grandes proprietários.

Assim, na tentativa de vetar o acesso à propriedade da terra, tanto ao imigrante quanto ao camponês, foi promulgada a lei de terras de 1850, ou lei nº 601, que para Alberto Passos Guimarães visou a três objetivos principais:

---

6 CARVALHO, op. cit., p. 57.

"1) Proibir as aquisições de terras por meio que não a compra (Art. 1º) e, por conseguinte, extinguir o regime de posses;

2) Elevar os preços das terras para dificultar sua aquisição. O Art. 14 determinava que os lotes deveriam ser vendidos em hasta pública com pagamento à vista fixando preços mínimos que eram considerados superiores aos vigentes no País;

3) Determinar o produto das vendas de terras à importação do colono" [7].

Com a Lei de Terras de 1850 acelerou-se, no Brasil, o processo de separação do trabalhador rural dos seus meios de produção, separação que se aprofundará com o decorrer do desenvolvimento do capitalismo.

"A propriedade privada da terra constitui, assim, um instrumento de formação do proletariado, fonte de força de-trabalho para o capital. Neste sentido, seu caráter jurídico, de propriedade privada, absoluta, realiza uma das condições fundamentais do capitalismo, a submissão da força-de trabalho ao capital" [8].

A Lei de Terras de 1850 veio reafirmar a expansão da grande propriedade, e, portanto, de uma estrutura agrária altamente concentrada, vindo aprofundar as tensões no campo, uma vez que o acesso à terra para o campesinato cada vez mais era dificultado.

---

7 GUIMARÃES, Alberto Passos, Apud Carvalho,op.cit., p. 58.

8 WANDERLEY. op. cit., p. 21.

Após essa lei inicia-se também a política de imigração viabilizada com o concurso do Estado. A utilização da força-de-trabalho do migrante e dos demais trabalhadores livres se efetivou através da não completa monetarização da força-de-trabalho. Esses trabalhadores recebiam parte de seus salários em espécie e parte através do cultivo de um lote emprestado pelo fazendeiro, para garantir sua subsistência.

A utilização da força-de-trabalho não completamente monetarizada sob a forma de colonato, meiação, parceria, deveu-se ao fraco desenvolvimento das forças produtivas e foi eficaz no processo de sujeição da força-de-trabalho ao capital.

De outra parte, o regime de trabalho escravo que durante os séculos XVI, XVII e XVIII sofreu profundos desgastes, ou pela contestação surda dos escravos, ou por outras vias - através das rebeliões ou pela formação de quilombos - entra em franca decadência com a proibição do tráfico negreiro em 1850 e é abolido de fato em 1888.

Ressalta-se ainda que a abolição da escravidão foi também uma imposição da racionalidade do capital "admitida e assumida por muitos fazendeiros. Daí que a liberdade do escravo não tenha se constituído em liberdade para o escravo e sim liberdade para o burguês, isto é, para o capital" [9].

A abolição da escravidão estabeleceu a igualdade formal entre os homens, condição essencial para que a força-de-trabalho passasse a se apresentar como mercadoria.

---

9 MARTINS, José de Souza. O Cativeiro da Terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1979. p. 110.

Em meio às transformações pelas quais passou o Brasil desde 1850, surgem também o movimento republicano que se fundamentou na luta por mais autonomia estadual e foi contemporâneo de questões ligadas à sucessão imperial, à decadência econômica da aristocracia do açúcar, detentora do poder político, à emergência de novas camadas sociais ligadas a produção do café, aspirantes ao poder político, de questões ligadas ao crescimento dos centros urbanos, à insatisfação da classe média, à crise religiosa e militar. Todas essas crises culminaram com a Proclamação da República em 1889.

2.1.2 - SEGUNDA FASE DO PROCESSO DE ACUMULAÇÃO DE CAPITAL -

O processo de acumulação de capital entrará em uma nova fase a partir da abolição da escravidão, e terá como base, progressivamente, o trabalho assalariado, mas também as "transformações que incluem as estradas de ferro, os bancos, o grande comércio de exportação e importação e, inclusive uma certa mecanização ao nível das operações de beneficiamento da produção. São essas transformações que fazem da economia cafeeira o centro de uma rápida acumulação de capital baseada no trabalho assalariado" [10].

O desenvolvimento econômico por que passava o país trouxe consigo modificações sócio-políticas na primeira República (1889-1930), sob o predomínio da burguesia cafeeira fortalecida pela dinâmica da economia cafeeira capitalista. Nesse período desenvolveu-se uma forma peculiar de alianças entre as classes e frações de classes de expressão política regionais, fundamentadas principalmente no poder local dos coronéis que legitimavam os governos estaduais e, estes, por sua vez, legitimavam o governo Federal numa política que se convencionou chamar de "Política dos Governadores". O férreo controle do poder local teve suas origens na colônia, com os senhores de engenho, e veio se aprofundar na Primeira Repú

---

10 SILVA, Sérgio. Op. cit., p. 80,81.

blica, com os coronéis. Este processo decorre entre outras causas, da privatização das terras, pois cf. Marx "a propriedade fundiária supõe que certas pessoas têm o monopólio de dispor de determinadas porções do globo terrestre como esferas privativas de sua vontade particular, com exclusão de todas as demais vontades" [11].

O coronel, chefe político, " (...) raramente deixaria de figurar entre os proprietários rurais" [12].

Com a República o regime ampliou, ainda que formalmente, a participação do contingente eleitoral. Mas para se ter em mãos as rédeas desse mesmo processo político, de grande eficiência, efetivou-se o pacto oligárquico que propiciou o controle do poder local. Os coronéis tiveram na Primeira República papel de relevo, uma vez que através dos votos de cabrestos podia-se conter a participação real das classes subalternas. Em contrapartida, o Governo Federal distribuía benefícios os mais diversos aos Governos Estaduais, que os repassavam aos governos locais, que os apoiavam politicamente.

"A Carta Republicana e liberal de 1891 consagrou de fato, o debilitamento das instituições do Estado Nacional, enquanto tal, como única forma de compatibilizar interesses que pouco tinham que ver com os êxitos e vicissitudes da economia cafeeeira.

---

11 MARX, Karl. Livro III: In: O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s.d., v. 6, p. 707,708.

12 LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo, Alfa Omega, 1978. p. XIII.

É óbvio que a autonomia estadual foi uma condição necessária para garantir a vigência do pacto de dominação"[13]. Além do mais, há que se considerar as restritas bases sociais de apoio, uma vez que as classes subalternas no campo eram transformadas, quando participantes do processo eleitoral, em currais eleitorais e nos centros urbanos, cujas atividades econômicas resultavam da expansão das economias agrário-exportadoras, eram atreladas à classe dominante pela coerção privada ou pública. "O coronelismo, o voto de cabresto, a fraude eleitoral eram o verdadeiro rosto dessa pretensa democracia liberal, onde o direito de sufrágio era privilégio de menos de 3% da população" [14]. E será como parte integrante desse processo econômico, político e social que acima foi tratado que nasce a indústria no Brasil.

"A indústria nasce do próprio movimento de reprodução do capital cafeeiro, dominantemente mercantil e que se corporifica e se desdobra em atividades agrícolas, comerciais, financeiras e industriais, a indicar as distintas formas assumidas pelo mesmo capital social e, por conseguinte, as distintas frações de uma mesma classe" [15].

Além do mais a indústria no Brasil nasce como produtora de bens-de-salário nas diversas regiões do país. Portanto, a ausência da indústria de bens de produção, que po

---

13 ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil, 1930-1945. Mimeo,s.d. p. 34.

14 Idem, Ibidem, p. 35.

15 Idem, Ibidem, p. 36.

deria assegurar relações inter-setoriais, levou a industrialização do Brasil à completa dependência do dinamismo das economias regionais, que tinham por base a agricultura, dependência não só para a reposição da força-de-trabalho mas principalmente para a realização dos seus lucros. Essa dependência do complexo agrário fez da burguesia industrial uma fração de classe sem autonomia face às frações de classe ligadas diretamente à economia agrária e principalmente à cafeeira.

A subordinação da burguesia industrial à burguesia agrária levou à ausência de autonomia política, que foi expressa principalmente pela ausência de um projeto burguês de cooptação das demais classes.

"Em conclusão, as condições específicas da indústria brasileira, nas três primeiras décadas do século, determinaram que as frações industriais burguesas não se manifestassem politicamente de forma autônoma e nacionalmente unificada. Ao contrário, elas foram politicamente caudatárias das forças sociais vinculadas às atividades do agro, que se expressavam através de partidos estaduais dominantes" [16].

A constante utilizacão do aparelho do Estado a nível federal para a defesa dos interesses da cafeicultura (desde o início da crise de preços do café no mercado externo, devido ao aumento constante da produção) gerou uma insatisfação crescente nos grupos dominantes regionais que viam suas necessidades relegadas a planos secundários e, na maioria das vezes, inviáveis do ponto de vista prático, uma vez que o café, na sua política de preços, consumia grande parte dos recursos governamentais.

---

[16] Idem, Ibidem, p. 37.

O aprofundamento da crise da economia cafeeira veio inviabilizar o pacto de dominação.

A crise manifesta que se iniciou nos anos 20 e se consumou em 1930 foi bastante peculiar, uma vez que não decorreu unicamente da ação negadora das classes subalternas ou da emergência de uma nova classe dominante, "mas que resultou de fraturas ao nível do pacto de dominação no interior do aparelho de Estado. De um lado, êles assumem a forma de tensões entre grupos regionais dominantes, a indicar a crescente dificuldade de manutenção do compromisso político que garantiria a coesão das classes proprietárias regionais. De outro lado, êles se corporificam no descontentamento e na rebeldia aberta de uma categoria funcional do aparelho de Estado: "os tenentes" [17].

Com a crise do sistema capitalista a nível mundial, em 1929 e com as repercussões internas já explicitadas acima, inicia-se a quebra da hegemonia do setor agro-exportador, principalmente o cafeeiro, umbilicalmente ligado à demanda externa, quebra esta que se concretiza com a Revolução de 1930. Assim, abre-se uma nova fase no processo de acumulação do país cujo principal polo econômico desloca-se para as atividades urbano-industriais, configurando um novo pacto de poder.

A revolução de 1930 foi uma tentativa feita por frações insatisfeitas da classe dominante que através do Estado tentam impor a unidade nacional, a nível institucional, contra o particularismo regional. O populismo será sua forma política.

---

[17] Idem, Ibidem, p. 38.

"O estabelecimento da unidade da Nação por intermédio da organização e da prática de um Estado forte, centralizado e nacional" [18] tinha o intuito de liquidar as oligarquias regionais, unificando e ampliando o espaço econômico cujos recursos passariam para o controle nacional.

A revolução de 1930, que foi possível através de uma aliança transitória entre a maioria dos governos Estaduais, tenentes, classe média citadina e por frações da classe trabalhadora urbana, todos eles insatisfeitos, por razões diversas no plano interno, se fundamentava no não assentimento da condução nacional pela burguesia cafeeira e redundou na recomposição das classes dominantes mediadas pelo Estado. A mediação do Estado fez-se necessária uma vez que nenhuma fração de classe da burguesia era hegemônica. Apesar da crescente ascensão da burguesia industrial, tributária do complexo agro exportador em 1930, esta fração da classe dominante não conseguiu formalizar um projeto de reestruturação da sociedade. Portanto, o Estado tornou-se o árbitro entre as classes dominantes e as classes subalternas, funcionando como agente de liquidação dos "excessos revolucionários" tanto para reprimir os "complôs" oligárquicos como para reprimir a vanguarda operária, dissolvendo os ideais radicais do movimento tenentista e promovendo o aliciamento das classes subalternas. As reivindicações desses grupos, quando de conformidade com os interesses das classes dominantes, eram absorvidas por elas, tornando-se bandeiras do Estado, o que enfraquecia estes grupos. Exemplo disso foram as bandeiras acolhidas pelo Estado, inici

---

[18] Idem, Ibidem, p. 55.

almente levantadas pelos tenentes, como o fortalecimento do poder de Estado e o aniquilamento do particularismo oligárquico, maior democratização da utilização da terra, ou seja, a bandeira de uma reforma agrária que pudesse dar ao campesinato condições de desenvolver uma agricultura lucrativa. O Estado viabilizou esta reivindicação parcialmente, segundo seus interesses econômicos e sociais - aumento da produção de alimentos para atender às necessidades do mercado consumidor interno e alívio das tensões sociais decorrentes do êxodo rural- através de um programa de colonização na "Marcha para o Oeste".

A crise do capitalismo impôs um novo modelo econômico de crescimento e colocou em evidência as falhas do chamado modelo agro-exportador. Ao mesmo tempo, passou-se a desenvolver o modelo de substituição de importações. Mas, para tanto, frente à participação crescente das classes subalternas e à crise de hegemonia que sobreveio após 1930, gestou-se um Estado forte e autoritário entre 1930 e 1937, que culminou com o golpe de 10 de novembro. Assim, a necessidade de se intensificar o processo de industrialização do país levou à implantação do Estado autoritário.

As raízes históricas do golpe de 1937 repousam no fato de que o Estado que nasce em 1930 deixa de representar diretamente os interesses de qualquer fração de classe da burguesia, mas torna-se mediador entre as várias frações e as classes subalternas, sendo, seu objetivo principal, o desenvolvimento do país enquanto nação, que tem como traço marcante, cf. Almeida " (...) o grau elevado de autonomia face aos interesses constituídos na sociedade brasileira. Essa autonomia materializava-se na capacidade de que são dotados segmen

tos da burocracia estatal para formular uma política industrializante, no sentido exato de um projeto de criação de indústrias básicas" [19].

Nesse momento, as grandes transformações caracterizadas pelo processo de industrialização, pelo crescimento do proletariado urbano e rural, pelo crescimento das cidades, lançam "à vida política amplos contingentes da população e o processo de absorção das massas passa a constituir uma dimensão política essencial do novo período" [20]. Torna-se necessária, portanto, a cooptação das classes subalternas para legitimar o Estado Novo e, deste modo, a expressão dos movimentos sociais se fará sob o controle deste mesmo Estado, o que poderíamos designar provisoriamente de "sistema populista" [21].

---

19 Idem, Ibidem, p. 94.

20 WEFFORT, Francisco. O Populismo na Política Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terras, 1978. p. 17.

21 A designação provisória de "sistema populista refere-se a uma conceituação incompleta de sua significação, uma vez que não é o tema principal deste trabalho, mas está sendo abordado para melhor compreensão da conjuntura. Adotamos a conceituação provisória de Weffort, segundo a qual "o sistema populista" é uma "estrutura institucional de tipo autoritário e semicorporativa, orientação política de tendência nacionalista, antiliberal e antioligárquica; orientação econômica de tendência nacionalista e industrialista; composição social policlassista mas com apoio majoritário das classes populares" (WEFFORT, op. cit., p. 85).

O novo pacto de poder celebrado entre as frações de classe da burguesia levou à constituição de um Estado forte, autoritário e burocrático, o que forçou os interesses regionais a se acomodarem aos interesses nacionais de ação política, e tinha como objetivo e meta principal a industrialização. Portanto, as mudanças no padrão de acumulação que se verificaram principalmente nos anos após 30, tornando a indústria o campo principal da acumulação de capital, determinaram a redefinição das formas de reprodução de capital na agricultura. Entretanto, devido ao setor agrícola não se constituir em barreira para o capital, uma vez que vinha cumprindo seu papel no processo de acumulação, tanto liberando mão-de-obra para a indústria, como acumulando divisas para a importação de equipamentos, como produzindo alimentos a baixos preços capazes de baratear a força de trabalho nos centros urbanos, o novo pacto de poder resultou na intocabilidade da estrutura agrária brasileira, na exclusão dos trabalhadores rurais da legislação trabalhista, na negação do voto ao analfabeto e na sua consequente exclusão da participação política.

Como se sabe, no Brasil, o padrão de acumulação centrado no setor urbano industrial tem se viabilizado, em parte, pelas transferências dos excedentes gerados na agricultura. Estas transferências ocorrem por diversos mecanismos, tais como: tabelamento de preços dos alimentos, confisco cambial, manipulação da taxa de câmbio, preços dos insumos acima dos preços de produção, o que é possibilitado pela crescente oligopolização das indústrias produtoras de insumos e equipamentos agrícolas.

O avanço da acumulação de capital no setor industrial provocou também transformações nas relações de produção na

agricultura. Segundo nos aponta Francisco de Oliveira, estas transformações foram de duas ordens: "uma, a forma de expansão da fronteira, onde era possível até certo ponto, continuar a reproduzir a economia agroexportadora ..., a outra, na forma de concentração peculiar aos estágios iniciais da indústria em sentido lato: uma concentração em forma de capital variável, isto é, uma transformação nas relações de produção. O fenômeno hoje tão visível dos "boias-frias e da criação do proletariado rural" [22].

O processo de transferência do excedente gerado na agricultura para o setor urbano industrial tem inviabilizado, de certa forma a tecnificação mais intensa do setor agrícola, cuja expansão tem se dado principalmente de forma extensiva e predatória.

O processo de crescimento do setor agrícola, principalmente o de modo extensivo, está ligado às formas de subordinação da agricultura ao capital. Como vimos no item 1.1.2 deste trabalho, há três formas de subordinação da agricultura ao capital: a trinitária, que é de pouca expressão em nosso país, só ocorrendo em áreas onde as terras alcançam altos preços, a hipotecária e a de um trabalhador para o capital, sendo essas duas últimas as formas principais de subordinação da agricultura ao capital no Brasil.

Ao final de 1945, com o fim do Estado Novo e a redemocratização do país, o que o Estado não lograra no plano econômico, como a plena implantação de uma indústria de base, e no plano social, como a contenção das aspirações das classes

---

22 OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 84.

subalternas, cuja pressão social crescia no sentido de maior participação no processo político, logrará no plano político, com a consolidação da unidade Nacional.

A explicação para o insucesso no plano econômico pode ser buscado no fato de que a " ... atuação autônoma do Estado não fora capaz de criar um mercado verdadeiramente nacional e de estabelecer o predomínio da burguesia industrial sobre o conjunto da Nação. Isto é, não logrará estabelecer as condições para que os diversos interesses de base regional que existem em qualquer país capitalista de dimensões razoáveis - se subordinassem aos da fração de classe social e politicamente mais poderosa. A crise de hegemonia não se resolvera, ainda que se houvessem ampliado as bases de domínio dos proprietários fabris" [23].

Os governos que se sucederam após 1950 foram caudatários da política desenvolvimentista e se contentaram com soluções de acomodação para os graves problemas sociais decorrentes do avanço do processo de acumulação de capital.

Ora, no processo histórico de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, cuja industrialização tardia foi subordinada ao imperialismo, a situação do desemprego foi ainda mais agravada. A tecnologia importada dos países capitalistas avançados, onde o desenvolvimento da luta de classes impulsionou o avanço do progresso técnico, aumentando a produtividade do trabalho, como é poupadora de mão-de-obra, leva ao superdimensionamento do exército industrial de reserva, ao subemprego e ao desemprego nos centros urbanos.

---

23 ALMEIDA, op. cit., p. 155,156.

A uma industrialização assentada em tecnologia avançada, poupadora de força-de-trabalho, se contrapõe a prática de uma agricultura extensiva, utilizadora de grandes contingente de força-de-trabalho, por força da necessidade de atender a baixos custos de produção, tanto em termos de capital constante como em termos de capital variável.

A partir de 1950 as classes trabalhadoras da cidade e do campo iniciam um questionamento do processo de crescimento econômico que vinha se processando no país e manifestam, de uma ou de outra forma o seu não assentimento aos rumos imprimidos a esse processo.

A luta dos trabalhadores iniciou-se primeiro nos centros urbanos, através de reivindicações salariais e de melhores condições de vida, enquanto no meio rural a bandeira da "Reforma Agrária" veio aglutinar todos aqueles que trabalhavam em terras alheias. Nesse processo reivindicatório no campo surgiram as lutas camponesas, através das "Ligas camponesas", que tiveram sua maior expressão no Nordeste. Várias Associações e Sindicatos rurais foram fundados na tentativa de discutir e encaminhar as reivindicações das várias categorias de trabalhadores rurais.

O crescimento das tensões provocadas pelo desenvolvimento do capitalismo e o alargamento do processo reivindicatório pelas classes subalternas levou à reafirmação de dois projetos básicos para o desenvolvimento e a organização da sociedade brasileira que poderiam ser sintetizados em duas tendências principais: primeiro o projeto desenvolvimentista e segundo o projeto da esquerda.

Sobre o primeiro projeto, percebe-se ser ele, cf. Cardoso, a expressão da "(...) ideologia do desenvolvimento,

que se instaura no Brasil como uma caracterização juscelinista da ideologia do desenvolvimento que aqui se vinha estabelecendo desde o início da década de 50, encontra outras expressões além do próprio Juscelino Kubitschek e o acompanha no decorrer de sua carreira política" [24].

Resumidamente tentaremos perceber qual a base econômica em que se fundamentou esta política.

A partir de meados de 1950, as dificuldades econômicas que o país passa a apresentar indicam que o crescimento espontâneo não seria mais alcançado, sobretudo com a taxa elevada em que vinha se mantendo. Daí porque o desenvolvimento passou a ser preocupação constante dos sucessivos governos sob a sistematização e adoção de políticas orientadas para a manutenção de uma alta taxa de crescimento econômico para o país.

Constatou-se também que essa alta taxa de crescimento que o país vinha tendo, da segunda guerra mundial até 1954, fundamentava-se nas relações de troca com o mercado internacional, portanto centrada num eixo totalmente fora do controle da política econômica brasileira [25]."O que Juscelino pretende é aumentar a parcela de vantagens que a economia do Brasil possa auferir" [26]. Fundamentando-se no seguinte raciocínio "Como, dado o beneficiamento diferencial, parece

---

24 CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do Desenvolvimento do Brasil:JK JQ. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. p. 409.

25 Ver CARDOSO, Mirian Limoeiro, op. cit.,p. 404.

26 Idem, Ibidem, p. 410.

que áreas com economias mais dinâmicas podem aproveitar mais com a expansão do sistema, decorre a necessidade de impulsionar a economia do Brasil, com o objetivo de aumentar a sua participação no sistema, ou ampliar os benefícios da sua participação. Fundamentalmente, o desenvolvimentismo visa uma integração mais dinâmica no sistema capitalista" [27].

A dinamização da economia brasileira seria feita também com o concurso do capital externo, uma vez que o país não tinha a poupança necessária a este empreendimento. O projeto desenvolvimentista foi imposto por frações da classe dominante às demais classes, na tentativa de manutenção da ordem estabelecida, preocupada que estava com a subversão e seus vínculos com a miséria. Os frutos desse desenvolvimento só seriam destribuídos futuramente ao conjunto das classes subalternas, na medida em que o país, na sua globalidade, fosse alcançado o pleno desenvolvimento. Acreditando no desenvolvimento como a fonte de solução para todos os problemas relativos à má qualidade de suas vidas, as classes subalternas, imbuídas da perspectiva de melhores dias, são aliciadas e cooptadas para o projeto desenvolvimentista das frações de classe da burguesia nacional.

Sobre o segundo projeto, a proposição da esquerda brasileira endossou em grande medida o projeto nacional desenvolvimentista da classe dominante, num projeto de revolução que se enquadrava nos marcos de uma revolução democrático-burguesa, anti-feudal e anti-imperialista, como uma etapa para atingir o socialismo.

---

27 Idem, Ibidem, p. 410.

A diferença fundamental entre o projeto desenvolvimentista e o projeto das esquerdas é que o primeiro configurava-se e se afirmava dentro do desenvolvimento do próprio capitalismo e, o segundo considerava o desenvolvimento do capitalismo apenas como uma etapa para atingir o socialismo, numa postura de questionamento da estrutura do sistema. Essa postura de questionamento da estrutura do sistema se evidencia no apoio dado pelo Partido Comunista Brasileiro ao projeto de Reforma Agrária no campo, assim como, nos centros urbanos, o apoio aos trabalhadores quanto a suas reivindicações salariais e melhores níveis de vida.

A partir de 1961 o ritmo do processo reivindicatório se acelera uma vez que o próprio processo de acumulação de capital inviabilizava a distribuição dos benefícios do desenvolvimento às classes subalternas [28].

A luta reivindicatória dos trabalhadores urbanos e rurais por melhores condições de vida, salários e pela posse da terra por parte do campesinato pôs em risco a hegemonia da burguesia, que, incapaz de superar pacificamente a crise, opta pela coerção no golpe de 1964.

---

28 A necessidade de se dar uma visão conjuntural embora rápida, leva a considerações bastante simplistas. Entretanto, o objetivo deste capítulo foi apenas de situar rapidamente os acontecimentos principais para se compreender melhor o quadro a nível nacional, dentro do qual, se efetivou a Revolta de Trombas e Formoso.

2.2 - BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DE GOIÁS. (DO INÍCIO DO SÉCULO XVIII À DÉCADA DE 1960) -

2.2. - O PROCESSO DE OCUPAÇÃO DO ESTADO DE GOIÁS -

O processo histórico de ocupação do Estado de Goiás pode ser dividido em três fases:

A primeira fase vai da conquista do território e descobrimento das minas auríferas e sua exploração até o ano de 1780, a que se seguiu um processo de regressão à subsistência, marcado por um vazio demográfico e um isolamento quase que total do restante do país. Constituíam-se a agricultura de subsistência e a pecuária extensiva em grandes propriedades nas únicas atividades econômicas de alguma expressão.

A segunda fase da ocupação do Estado iniciou-se nas primeiras décadas do século XX, com a crise de preços do café no mercado externo a partir de 1897 e com a chegada da estrada de ferro em 1913. O desequilíbrio na balança comercial obrigará a diminuição das importações de alimentos, para aumentar o saldo da balança de pagamento, possibilitando o desenvolvimento da agricultura comercial em outras regiões do país, como Goiás. A partir de 1930, com a industrialização emergente, alarga-se a fronteira econômica e Goiás será incorporado ao processo produtivo nacional como produtor de alimentos,através do que mais tarde, em 1938, se convencionou denominar de a "Marcha para Oeste".

A terceira fase de ocupação de Goiás, ou seja, a de modernização da grande propriedade, será subdividida, para melhor compreensão, em dois períodos: de 1950 a 1967 e de 1967 até hoje.

O novo padrão de acumulação da economia nacional, compreendido no período de 1950 a 1967, que se caracterizou pela crescente monopolização da produção tanto através do Estado, como pelas empresas multinacionais, determinou o início da modernização tecnológica da agricultura.

O processo de industrialização da agricultura, marcado pela crescente utilização de máquinas, implementos e insumos de origem industrial, se expande e se aprofunda notadamente após 1967. Este processo teve por base a grande propriedade e foi denominado de modernização conservadora, uma vez que o acesso à propriedade da terra continuou vedado à maioria da população.

A modernização tecnológica da grande propriedade tem sido efetivada com o concurso do Estado, via crédito agrícola subsidiado e assistência técnica.

2.2.1 - A PRIMEIRA FASE DA OCUPAÇÃO DE GOIÁS (INÍCIO DO SÉCULO XVIII ATÉ O INÍCIO DO SÉCULO XX) -

Durante os séculos XVI e XVII, as regiões interioranas do país permaneceram quase que no esquecimento. Esse fato deveu-se ao sistema de colonização implantado no Brasil, que teve por base o latifúndio monocultor, açucareiro e exportador, cuja produção veio concentrar-se na faixa litorânea, uma vez que esta oferecia facilidades tanto de solo, como de clima e, sobretudo, de transporte.

A partir do final do século XVI, expedições esparsas de apresamento do índio ocorreram em Goiás. Já no século XVII estabeleceu-se uma linha de penetração constante devido ao bandeirismo e à catequese Jesuíta. A conquista do território de Goiás foi efetuada através de duas vias de penetração. "Uma, oriunda do norte, que, pela via fluvial do Tocantins penetrou a porção setentrional de Goiás; e a outra, paulista, advinda principalmente do centro sul" [28].

---

28 DOLES, Dalísia Elizabeth Martins et alii Interpretação Histórica da Economia de Goiás e Posicionamento do Setor Agropecuário no Contexto Econômico e Social da Região. (mimeo) Goiânia, CEPA. 1978. p. 2.

A fase de conquista do território de Goiás tinha a função de verificar as reais possibilidades econômicas da região, através de incursões constantespor parte das bandeiras que buscavam amostras auríferas, pedras preciosas bem como o apresamento do índio.

O processo de ocupação do Estado de Goiás, que se iniciou nas primeiras décadas do século XVIII com o descobrimento de minas auríferas, inseriu-se dentro do quadro de apogeu da economia mineradora.

O período minerador ocupou posição dominante na economia colonial por três quartos de século. O século XVIII foi o século de ouro da economia colonial e a sua primeira metade, o seu apogeu, sendo que a agricultura retomará o seu ritmo dinâmico no final do mesmo século.

Em 1725, com a expedição de Bartolomeu Bueno da Silva, foi descoberta a primeira lavra aurífera de Goiás no local em que se fundou o arraial de Santana, posteriormente denominado Vila Boa de Goiás.

As primeiras descobertas verificaram-se na região sul da província. Entretanto, a busca do ouro em sucessivas bandeiras chegou até o Rio Tocantins.

O período minerador teve por base o trabalho escravo e a Coroa Portuguesa tomou medidas quanto à repartição das jazidas minerais, tentando evitar o açambarcamento das mesmas numa extensão superior à capacidade de exploração dos mineradores. Essa medida tinha por objetivos "incentivar o maior número possível de mineradores, com vistas obviamente

à extração de mais elevadas quantidades de metal precioso" [29] e propiciar a ocupação da mão-de-obra desempregada. Assim como na agricultura, desenvolver-se-á grandes e pequenas explorações do ouro. As primeiras tiveram o predomínio econômico e segundo Gorender, não tardaria a se estabelecer o mecanismo segundo o qual mais escravos significava mais ouro e assim sucessivamente" [31].

Após as primeiras descobertas auríferas e durante toda a primeira metade do século XVIII, a província passou a receber um grande fluxo migratório. Dado que as lavras auríferas de Goiás eram em sua grande maioria de aluvião de fácil extração e, por conseguinte, de esgotamento rápido, a empresa mineratória caracterizou-se como uma organização móvel, demarcada pelo esgotamento das minas e pela diminuição da sua produtividade. A característica de mobilidade da empresa mineratória vai ocasionar um povoamento instável, devido serem as populações praticamente um contingente populacional volante, determinando de certa forma a vida efêmera das vilas e lugarejos recém fundados. Além do mais, há que se levar em consideração que a maioria da população dedicava-se à mineração, relegando a segundo plano a agricultura e a pecuária, que poderiam fixar as populações migrantes de forma mais estável.

A inexistência de uma agricultura capaz de acompanhar o rápido crescimento populacional da região e o difícil transporte de suprimento de outras regiões do país levaram

---

29 GORENDER, Jacob. Escravismo Colonial. São Paulo, Editora Ática, 1978. p. 431, 432.

30 Idem, Ibidem, p. 432.

a um extraordinário aumento dos preços dos gêneros alimentícios e a fomes periódicas.

Por volta de 1778, o esgotamento das minas auríferas já se fazia sentir e o sucessivo malogro de novas descobertas mergulhara a província num processo de regressão à subsistência e à pecuária extensiva, atividades que serão responsáveis pelo não esvaziamento populacional total da região.

A agricultura de subsistência e a pecuária extensiva serão as duas únicas atividades econômicas possíveis, dada à forma pela qual o país se encontrava ligado à economia capitalista internacional, determinante de laços internos regionais frouxos. Constituíndo o Brasil economias regionais cujo dinamismo dependia sobretudo do comércio internacional, cuja principal via de comunicação era a marítima e estando Goiás distante do litoral, não poderia mesmo ter uma atividade comercial de relevo, problema que se agravou ainda mais com o esgotamento do ouro.

A pecuária desenvolveu-se por duas vias de penetração: - "a do Nordeste, representada por criadores e rebanhos nordestinos, que, pelo São Francisco, se espalharam pelo oeste da Bahia, penetrando nas zonas adjacentes de Goiás. O arraial dos Couros (Formosa) foi o grande centro dessa via.
- a de São Paulo e Minas Gerais, que, através dos antigos caminhos da mineração, penetrou no território goiano, estabilizando-se no sudoeste da capitania" [32].

---

32 DOLES, Dalísia M. et alii. op. cit. p. 8.

A expansão da atividade pecuária extensiva na província de Goiás decorreu dos seguintes fatores:

a) a província contava com imensas áreas de terras devolutas e com pastagens nativas;

b) a atividade em questão absorvia pouca força-de-trabalho;

c) o dispêndio de capital fixo era irrisório, pois a expansão do rebanho se fazia através do processo natural de reprodução;

d) o gado era uma mercadoria capaz de transportar-se a si mesma, uma vez que um dos principais problemas da província era a escassez e ineficiência das vias de acesso aos centros dinâmicos do país.

A pecuária extensiva vai reforçar a formação de grandes propriedades em Goiás e o estabelecimento de relações de mandonismo, precursoras do coronelismo. Da formação da grande propriedade decorrem as seguintes implicações sociais:

a) formação das oligarquias agrárias que se sucederão no poder até 1930;

b) marginalização das classes subalternas do processo político reivindicatório.

Os problemas sociais eram tratados como casos de política e de jagunços e mesmo os direitos essenciais eram subtraídos aos trabalhadores via de regra pela coação e repressão. Esse quadro de total alienação dos direitos dos trabalhadores rurais foi possível porque as oligarquias detinham os poderes econômico e político em caráter quase exclusivo. Essa política de marginalização, coerção e repressão das classes subalternas cristalizou-se a nível nacional, através

do pacto político que foi denominado de "A Política dos Governadores".

Esse pacto político concretizou-se pela hegemonia do capital cafeeiro de São Paulo, que, sustentou um acordo entre os vários Estados do país, manifesto na farsa eleitoral e na pretensa democracia liberal. Apenas 3% da população do país tinha o privilégio de votar. Consequentemente, o coronelismo,o voto de cabresto e a burla eleitoral foram as principais características dessa pretensa democracia liberal, cujos guardiões foram as oligarquias regionais. Em Goiás, as oligarquias sucederam-se no poder desde o advento da República - com os Bulhões e com os Caiados - até 1930. Portanto, deste longo período da história da ocupação de Goiás, compreendido do início do século XVIII às primeiras décadas do século XX, podemos concluir que, apesar da mineração ter sido a primeira atividade econômica que originou o início de seu povoamento foram, todavia, a agricultura e a pecuária extensiva as atividades econômicas responsáveis pela fixação do homem. Este povoamento gerado pela pecuária extensiva caracterizou-se pela dispersão populacional e por uma densidade demográfica tão baixa que, durante todo o século XIX, o crescimento populacional de Goiás foi muito inferior à média brasileira. A quase totalidade da população concentrou-se no sul do Estado, enquanto o médio e o norte deste, constituía se em imenso vazio demográfico.

A pecuária extensiva como atividade econômica principal foi incapaz de gerar excedentes significativos. Ao final do século XIX, Goiás apresentava um crescimento tanto econômico como populacional apenas natural, sem sofrer alteração no quadro de isolamento, dada a precariedade dos meios de comunicação e transporte.

Em 1890 Goiás contava apenas com 227.572 habitantes e em 1900 sua população era de 255.248 habitantes, ou seja, 0,35 habitantes por Km^2. Somente entre 1908 e 1920 a população de Goiás terá um crescimento significativo, pois se em 1908 sua população era de 280.000 habitantes, em 1920 passará para 511.918 habitantes. O crescimento populacional entre 1908 e 1920 deveu-se em parte à chegada da estrada de ferro a Goiás, em 1913, o que veio ocasionar a facilidade de transportes e a dinamização da economia, iniciando uma segunda etapa do processo de ocupação do Estado de Goiás [33].

---

33 Os dados sobre população do Estado de Goiás neste período foram retiradas do trabalho de: DOLES, Dalísia Elizabeth M. et alii. op. cit. quadro I p. 15, 16.

2.2.2 - SEGUNDA FASE DO PROCESSO DE OCUPAÇÃO -

A segunda fase da ocupação do Estado de Goiás iniciou-se na segunda década deste século com a chegada da estrada de ferro em 1913.

Segundo o censo de 1900, a população de Goiás era de 225.248 habitantes e segundo as estimativas de 1908 a sua população pouco havia crescido, sendo de 280.000 habitantes. Entretanto, no censo de 1920, a população apresentava um grande crescimento relativo, passando para 511.918 habitantes"[34].

O crescimento populacional e econômico verificado nesse período (1908/20) em Goiás tem sido apresentado apenas como uma decorrência na expansão cafeeira do Centro-Sul, sem menção ao papel desempenhado pela crise do preço do café no mercado internacional, responsável pelo alargamento da fronteira agrícola do país, o que veremos a seguir.

O declínio dos preços do café no mercado externo, que se verificou de 1897 a 1910, trouxe consigo uma série de transformações na economia do Centro-Sul. A baixa do preço externo do café, que já se manifestava desde 1890, se agravou a partir de 1897. Entretanto não afetou os preços inter

---

34 cf. Supra, Nota 33.

nos que continuaram altos até esta data, pois foram compensados pela desvalorização cambial. A manutenção dos preços internos altos até 1897 provocou um rápido aumento da produção, que passou de 6 milhões de sacas em 1892/6 para 12 milhões de sacas de 1903/4 [35].

"A situação causada pelo desenvolvimento descompassado da taxa cambial e dos preços externos do café se apresentava séria, não só do ponto de vista de cada agricultor, mas também de todo o país. Isto porque os grandes lucros proporcionados pela cafeicultura haviam desviado todos os recursos da classe agrícola, para a produção de café, o que conduzira ao abandono da agricultura de subsistência. As importações de cereais e de outros gêneros de consumo haviam aumentado enormemente e pressionavam a taxa cambial. Esta concentração de fatores de produção na cafeicultura tornara o setor agrícola da economia brasileira extremamente sensível às flutuações dos preços do café e a baixa desses preços não podia ser compensada a curto prazo, por maiores vendas de arroz, feijão, milho, porcos, etc ..." [36].

O contínuo declínio da taxa cambial e a pressão das importações tendia a provocar desequilíbrio na balança comercial, daí porque "(...) o período entre 1880 e 1910, que compreende a grande expansão da capacidade produtiva e da produção cafeeira paulista, coincide com o momento em que a

---

35 Ver. CANO, Wilson. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977. p. 61.

36 Ver DELFIM, Neto Antônio. O Problema do Café no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas-SUPLAN, 1979. p. 23.

economia brasileira é submetida a grandes pressões por aumento de importações. Elas saltam de uma média de 16 milhões de libras esterlinas na década de 1880, para cerca de 25 milhões na década de 1890, subindo para mais de 30 milhões entre 1900 e 1910, atingindo mais de 50 milhões na década seguinte. Cerca de 40% (até 1901) a 30% (média aproximada de 1901 a 1920) desse montante se referiam a gastos com importações de alimentos" [37]

Os desequilíbrios na balança comercial forçaram a restrição das importações através de tarifas alfandegárias. Esse protecionismo correspondia aos interesses da indústria nascente, dos pecuaristas e da agricultura produtora de alimentos.

A Lei 30/12 de 1905, veio estabelecer "a cobrança de 50% dos direitos aduaneiros em ouro, para os gêneros alimentícios e para alguns produtos industriais" [38]. No caso do arroz essa taxação chegou em 1906 a 50% do preço do varejo.

A crise da economia cafeeira também pode ser constatada pela grande evasão dos migrantes entre 1908 e 1920, pois apenas 30% dos imigrantes estrangeiros permaneciam no Estado de São Paulo e o número de brasileiros que saíram era maior do que o número dos que entravam [39].

A crise da economia cafeeira impediu que a cultura do café se expandisse até Goiás de forma expressiva, mas a

---

37 CANO, Wilson. op. cit. p. 57, 58.

38 CANO, Wilson. p. cit. p. 61.

39 Idem, Ibidem, Tabela 72. p. 309.

prioridade dada a essa cultura no centro-sul do país e a dificuldade de importação de alimentos abriram espaço na economia nacional para que outras áreas, como Goiás, desenvolvessem uma agricultura comercial, voltada para suprir os grandes centros urbanos.

O Estado de São Paulo rapidamente superou a difícil conjuntura e já em 1916 ficou praticamente autosuficiente na produção de alimentos. Todavia deve ser ressaltado que São Paulo pouco se dedicou à atividade criatória, embora se dedicasse à atividade de engorda de gado proveniente de outras regiões, como Goiás, cujo rebanho, em 1920, já se constituía no 4º rebanho nacional [40].

O Rio de Janeiro, de população eminentemente urbana, experimentou uma grande expansão demográfica, passando de 522.000 habitantes em 1890 para 1.158.000 habitantes em 1920, e se tornou o maior importador de alimentos do centro sul do país. Portanto, a crise do café configurada pela queda dos preços no mercado internacional não detém sua expansão internamente, as plantações de café continuam crescendo em ritmo acelerado, conseqüente à política de desvalorização cambial antes assinalada. Entretanto, a política de desvalorizaçao cambial dificultava a importação de alimentos, o que levou à produção dos mesmos em novas áreas como Goiás. A incorporação de novas áreas, como Goiás, na produção de alimentos, nada mais foi do que, a expansão da fronteira econômica, isto é, da economia de mercado, ou seja expansão do capital.

---

40 Ver. Idem, Ibidem, p. 65.

2.2.3 - A FRENTE PIONEIRA ATINGE O SUL DO ESTADO DE GOIÁS -

Até 1913 o Estado de Goiás pode ser considerado como uma "frente de expansão", o Médio Norte e o Norte como vazios demográficos. Isto, porque o Estado de Goiás permaneceu semi-isolado do restante do país, com o qual mantinha vínculos econômicos de alguma significação apenas no que se refere ao comércio do excedente do gado, para o Centro-Sul. A produção do Estado até esta época destinava-se quase que exclusivamente à subsistência. A partir da segunda década deste século, sobretudo com a chegada da estrada de ferro em 1913 à cidade goiana de Ipameri, Goiás passou a receber um intenso fluxo migratório. Esta ocupação desenvolveu-se de duas formas, constituíndo-se em "frentes pioneiras" as áreas próximas à estrada de ferro e em alargamento das "frentes de expansão" as áreas mais distantes, constituídas por terras devolutas.

A dificuldade de obtenção de dados sobre este período nos impossibilitou fazer uma análise mais rigorosa sobre a constituição das frentes, impedindo assim uma delimitação mais precisa destas.

Embora nossas preocupações se concentrem no período de 1950 a 1964, julgamos que o período de 1900 a 1930 merece uma análise mais aprofundada, pelas suas peculiaridades, o que no entanto, não se fará neste trabalho. Entretanto, é

interessante constatar que, segundo o censo de 1920, 86% da área ocupada com estabelecimentos agrícolas pertenciam à categoria proprietários, e apenas 1,3% e 12,7% pertenciam a parceiros e administradores respectivamente. Segundo esse mesmo censo não há registro de nenhum ocupante. Quanto à estrutura fundiária, já se apresentava altamente concentrada: 25% dos estabelecimentos ocupavam 87% da área ocupada com estabelecimentos. Outra característica interessante é o grande número de estabelecimentos muito pequenos (menores do que 10 hectares) que representavam 31% do total dos estabelecimentos. A área ocupada neste período por estabelecimentos representava apenas 38,7% da área total de Goiás (64.203.600 hectares) evidenciando a existência de imensas áreas de terras devolutas.

Acreditamos que nesse período já se constituíam em frente pioneira as áreas ao longo da estrada de ferro, dada a expressiva produção e a reduzida população do Estado, o que nos leva a pensar que eram expressivas as unidades agrícolas cuja produção se destinava ao mercado. Segundo o censo de 1920, Goiás, que contava com apenas 1,7% da população do país, era responsável por 4,5% da produção de arroz, 2,7% da produção de milho, 1,5% da produção de feijão e possuía 8,9% do total do rebanho nacional. (O café não será aqui mencionado pois era inexpressiva a sua produção).

A constituição do mercado de terras e a restrição à livre ocupação das mesmas já podem ser observadas a partir da segunda década deste século pelos documentos oficiais.

"Já em 1913, na mensagem Presidencial, havia referência ao devastamento das matas por particulares, quando o Presidente afirmava: "A lei nº 134, de 23 de junho de 1897,

que rege a matéria precisa ser modificada, nem só quanto ao preço porque vende o Estado o hectare de campo e matto, como também no sentido de cohibir o abuso da invasão de particulares devastando as mattas e estragando os campos pertencentes ao Estado" [41].

Apesar do documento acima indicar conflitos quanto à forma de apropriação da terra, o censo de 1920, como já foi dito, não registra a existência de ocupantes (posseiros), o que vem caracterizar a precariedade dos dados estatísticos da época.

A especulação imobiliária já se fazia presente, uma vez que de 1912 a 1915, a segunda fase da ocupação do Estado, que se iniciou pela parte Sul, já alcançava o Centro Sul do mesmo, segundo nos aponta Dalisia Doles.

"Mas foi sobretudo a partir de 1915, em função do progressivo escassamento de terras no sudeste, que a busca de novas regiões goianas foi incrementada, que passou a exercer forte atração, de um lado devido à fertilidade do solo, de outro, graças ao baixo custo das glebas" [42].

O crescimento da agricultura de Goiás se processou extensivamente através de técnicas rudimentares e quando do esgotamento da fertilidade de uma dada área, esta era abandonada, ou transformava-se em pastagem, e novas áreas de mata eram derrubadas para novos plantios. Por conseguinte, o rápido do processo de ocupação do Estado de Goiás que de 1912 a 1915

---

41 DOLES, Dalísia, Elizabeth, M. et. alii. op.cit. p. 19.

42 Idem, Ibidem, p. 19.

se deslocou do sul do Estado para o centro-sul, não ocorreu apenas em consequência da especulação imobiliária, mas, também em consequência do crescimento extensivo de nossa agricultura.

As principais atividades econômicas que vão se desenvolver no período de 1920 a 1930 serão a cultura do arroz e a pecuária.

A cultura do arroz foi a primeira a evoluir para a agricultura comercial. Seu desenvolvimento processou-se principalmente nas regiões de Mato Grosso de Goiás e Vertente Goiana do Paranaíba. Seu desenvolvimento deveu-se a vários fatores:

a) O crescimento da economia do centro-sul, que provoca uma crescente demanda de alimentos;

b) a expansão e melhoramento da rede de transportes do Estado, quer sejam as ferrovias, quer sejam as rodovias;

c) a imposição crescente de tarifas de importação sobre o arroz, elevando internamente seus preços, que se tornam compensadores, viabilizando a expansão da cultura em regiões distantes;

d) a primeira guerra mundial que gera uma grande escassez do produto.

A agricultura comercial do arroz desenvolver-se-a em pequenos estabelecimentos através do cultivo rudimentar. Entretanto, as terras ocupadas eram de grande fertilidade, o que veio ocasionar, no período de 1928 a 1932, uma produção de um milhão de sacas de 60 kg que representou "aproxima

damente 6% da produção brasileira" [43].

A pecuária será a atividade econômica mais expressiva, apesar de ser extensiva e quase extrativa. Com a crescente demanda do centro-sul serão adotados melhoramentos nas fazendas de cria e recria de gado, como seleção de raça e subdivisão das pastagens.

O comércio de gado era feito principalmente pelas estradas boiadeiras em direção ao oeste paulista, rumo às cidades de Araçatuba, Andradina e Barretos.

O desenvolvimento do processo de acumulação de capital no Centro-Sul do país vai determinar a intensificação, a partir de 1930, da ocupação de regiões semi-isoladas, patrocinada pelo Estado através de um programa a nível Federal e Estadual, que se convencionou denominar a partir de 1938, de "A marcha para o Oeste". A marcha para o Oeste foi a incorporação definitiva da região centro-oeste ao processo produtivo, como região fornecedora de matérias primas e, principalmente, de produtos agropecuários, assim como absorvedora da população migrante de outras regiões do país.

---

43 BESKOW, Paulo Roberto et. alii. Persagri - Região Centro Oeste. Rio de Janeiro, Horto Florestal, Vol. VI, p. 9.

2.2.4 - "A MARCHA PARA OESTE" -

"A marcha para Oeste" foi uma política levada a frente pelo Estado Novo, a partir de 1938, com o intuito de promover a ocupação dos vazios demográficos, na tentativa de incorporação dessas áreas ao conjunto produtivo nacional. Essa política teve sua origem na crise de 1929, com o início da derrocada da hegemonia cafeeira do centro sul, e na revolução de 1930, havendo-se transformado num projeto de colonização que abrangeu principalmente os Estados do Paraná, Mato Grosso e Goiás. Este projeto de colonização inspirou-se nas exigências do grupo tenentista, que preconizava uma maior democratização na utilização da terra, acreditando ser esta a única via capaz de liquidar as oligarquias regionais e solucionar o grave problema de abastecimento dos centros urbanos do país.

À medida que o movimento tenentista foi sendo absorvido pelo próprio sistema, a bandeira de uma ampla democratização da utilização da terra transformou-se em alguns projetos de colonização. Ora, como vimos anteriormente neste mesmo capítulo, o setor agrícola não se constituía em barreira para o capital, como também a burguesia industrial não possuía força suficiente para fazer uma Reforma Agrária, pois era tributária do complexo agroexportador tanto em ter

mos de liberação de mão-de-obra quanto de realização do lucro. Além do mais, o Estado mediador que se consolidou após 30, para empreender tal tarefa, necessitaria da participação real das massas populares, tanto no campo como na cidade, o que a ele não interessava. Isso explica a opção pelos projetos de colonização que se viabilizaram e foram implantados.

Com a reorientação da política econômica através da industrialização substitutiva e, a partir de 1937, com o Estado Novo, através do projeto de implantação da indústria de base, Goiás será incorporado ao processo produtivo nacional através da divisão regional do trabalho, como fornecedor de gêneros alimentícios e matérias primas e, principalmente, como absorvedor dos excedentes populacionais de outras regiões do país. Para tanto foi elaborada uma política conjunta a nível Federal e Estadual, de fácil execução, uma vez que entre 1930 e 1945 permaneceu como interventor do Estado de Goiás Pedro Ludovico Teixeira, filho da revolução de 1930, que buscou criar condições para o impulsionamento da ocupação do Estado, isto é, para a expansão do capitalismo.

A estratégia utilizada pelo Estado Novo para direcionar os excedentes populacionais para os vazios demográficos com o intuito de ampliação do espaço econômico foi apresentar o problema como sendo de segurança nacional, conforme afirmava Getúlio Vargas: "O Brasil sempre foi alvo da cobiça internacional. No período de entre-guerras as pretensões de utilização econômica dos vazios demográficos brasileiros decorrem da ameaça de uma segunda guerra mundial e das necessidades de abastecer a curto prazo o mercado mundial de ali

mentos e matérias primas" [44].

Exacerbou-se o nacionalismo popular, com ameaças da cobiça externa, e prometeu-se com o aproveitamento da capacidade produtiva das áreas não ocupadas atingir a Amazônia via interiorização progressiva, assim como prometeu-se o fim dos desequilíbrios regionais. Segundo Vargas: "... o sertão, o isolamento, a falta de contacto são os únicos inimigos para a integridade do país ... A expansão econômica trará o equilíbrio desejado entre as diversas regiões do país, evitando-se que existam irmãos ricos ao lado de irmãos pobres" [45]

Foi sob a bandeira da unidade Nacional e em nome da igualdade dos brasileiros irmanados na luta por melhores dias, que o Estado patrocinou a incorporação de Goiás ao processo de produção capitalista.

Para tanto o governo de Goiás, tendo à frente o interventor Pedro Ludovico Teixeira, efetivou a implementação de toda uma infra-estrutura básica para a ocupação do Estado. Após 1945, os sucessivos governos até 1964 seguiram essa mesma orientação com a finalidade de garantir o aperfeiçoamento da infra-estrutura, dando continuidade ao processo de ocupação.

A ação do Estado, respaldada na ideologia desenvolvimentista, teve como marcos principais:

1 - Transferência da capital do Estado para Goiânia em 1933;

---

44 DOLES, Dalízia Elizabeth, M. et alii op.cit.p.27.

45 Idem, Ibidem. p. 30.

2 - expansão da rede ferroviária até Anápolis, que veio a se transformar no principal centro comercial do Estado a partir de 1935;

3 - implantação da primeira colônia agrícola do Estado em 1941, a Colônia Agrícola Nacional de Goiás, conhecida como colônia de Ceres; (CANG);

4 - criação, na década de 40, da Fundação Brasil Central e da Superintendência de Valorização da Amazônia que tinham como objetivo facilitar a criação de núcleos de povoamento do planalto central como via para atingir a Amazônia;

5 - determinação da mudança da capital federal para o planalto central pela constituição de 1946;

6 - criação, no início da década de 50, das colônias agrícolas de Rubiataba, Rialma e Carmo do Rio Verde (como um prolongamento da CANG);

7 - início da construção de Brasília em 1956 e a implantação de um sistema viário capaz de colocar a nova capital em permanente e fácil acesso com as demais regiões do país. A construção da rodovia Belém-Brasília será um dos resultados da ampliação do sistema viário nacional.

Somente uma infra-estrutura básica, principalmente de transporte, viabilizaria economicamente a expansão agrícola extensiva em uma região como Goiás, distante do Centro Sul, centro dinâmico da economia. Através do fácil acesso à região tornou-se possível o deslocamento de populações de outras áreas do país para Goiás.

O direcionamento da população migrante para o Centro-Oeste também foi induzido através de intensa propaganda de rádio, principalmente nos horários dos programas sertanejos de 5 horas da manhã e de 18 horas, horários de grande audiência no campo.

Segundo depoimentos de camponeses, os primeiros anúncios diziam: "Lavrador sem terra, venha para Goiás, trabalhar na sua terra, doada pelo governo". A partir de 1942 os anúncios se modificaram e tornaram-se provocadores: "Lavrador que não tem terra deve vir para Goiás, só não vem quem não quer trabalhar e ter o que é seu".

Apesar de que a difusão da notícia de doação de terras a quem quisesse trabalhar e fosse comprovadamente pobre fosse feita através do rádio, a notícia se espalhou "de boca em boca", como explicam os camponeses, e os fluxos migratórios iniciam um processo contínuo de ascendência. O que não se explicava bem nos programas de rádio era que o governo estava doando terras apenas numa área de Colonização que até 1960 abrigou apenas 42.803 pessoas. O primeiro núcleo de colonização foi criado em 1941 e foi denominado Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG) em Ceres.

Já em 1940 o fluxo migratório alcançava a cifra de 119.466 habitantes, isto é, 18,9% da população do Estado. De 1940 a 1950 passou a 23,2% da população total do Estado, alcançando a cifra de 282.450 habitantes, sendo que a taxa de imigração em 1960 sobe para 23,6%, o que em números absolutos significa aproximadamente 461.619 pessoas. A taxa de crescimento populacional neste mesmo período para Goiás foi

de 4,9% ao ano, enquanto que a do Brasil foi de 3,2% ao ano[46].

Apenas uma Colônia Agrícola era incapaz de absorver o fluxo migratório que o Estado recebia continuamente, principalmente se considerarmos que este fluxo era eminentemente rural. É evidente que o fluxo migratório para Goiás iniciou-se com a chegada da estrada de ferro em 1913. Entretanto, é evidente também que ele se avolumou em decorrência da política de colonização do Estado Novo, que através da propaganda de doação de terras pelo governo intensificou o processo de tal forma que a partir de 1950 o médio norte começa a ser ocupado. É claro que não se pretendia modificar a estrutura agrária do Estado, altamente concentrada, e que a propaganda visava, na realidade promover apenas uma mudança espacial da força-de-trabalho, sem alterações substanciais da sua condição social, com a reprodução de meeiros, parceiros e assalariados em Goiás. Por conseguinte, a forma de apropriação da terra será efetuada de duas maneiras conflitantes: uma, pela compra da terra, e, a outra, pela simples ocupação ou posse da terra. Ou seja, a "frente de expansão" era concomitante à "frente pioneira".

Em 1940, Goiás contava 55.907 estabelecimetos, dos quais 55% pertenciam à categoria proprietários e 21% à categoria ocupantes (posseiros). Em 1950, possuía 63.736 estabelecimentos, dos quais 59,4% pertenciam à categoria proprietários e 28,4% pertenciam à categoria ocupante (posseiros). Em

---

46 RABÊLO, Francisco Chagas Evangelista. Governo Mauro Borges. Tradicionalismo, Planejamento e Mobilização Social em Goiás. Tese de Mestrado, UFMG, s. d. p. 49 (mimeo).

1960 o número de estabelecimentos passou para 111.015, dos quais 68,9% pertenciam à categoria proprietários e 16,2% pertenciam à categoria ocupantes [47].

Como podemos notar pelos dados acima expostos, o auge da "frente de expansão" se dará em 1950, uma década após a propaganda de doação de terras pelo governo aos camponeses comprovadamente pobres, para em 1960 a categoria ocupante sofrer uma redução sensível. Mesmo com a queda do Estado Novo em 1945 o fluxo migratório continuou intenso, uma vez que o processo de crescimento econômico do país requisitava sempre uma maior produção de alimentos.

De outra parte, o preço da terra em Goiás era muito inferior ao do centro-sul do país, proporcionando aos capitais chegantes a aquisição de uma extensão maior de terras. Entre 1950 e 1960 o processo de concentração de terras se acentua, com novas características, isto é, amplia-se a "frente pioneira", ou seja, a "frente capitalista", através das empresas agropecuárias.

O ocupante ou posseiro perde sua função na ocupação territorial do Estado, pois já havia desbravado vastas e férteis áreas, incorporando às mesmas todo um trabalho morto, que passará a ser cobiçado pelo capital. A apropriação da terra pelo Capital é realizada através da propriedade privada capitalista da terra, única forma de se extrair a renda da-terra.

Como foi demonstrado na primeira parte deste trabalho, o posseiro se apossa da terra apenas para dela tirar a sua subsistência e, portanto, a terra do posseiro não pro

---

47 BESKOW, Paulo Roberto, et alii op. cit. p. 14.

duz renda-da-terra. A forma de apropriação da terra pelo posseiro entra em conflito com a forma de apropriação da terra pelo capital, gerando os conflitos sociais, estabelecendo-se assim uma luta que será decidida pelas forças políticas. Deste modo o posseiro, no Estado de Goiás, a partir de 1960, tornou-se indesejável, uma vez que já havia cumprido a tarefa de desbravador do sertão. O processo de expulsão violenta então se inicia. Vários serão os conflitos de terra no período que se segue, como os de Jussara, Dianópolis, Goianésia, Trombas e Formoso, etc ...

2.2.5 - E AS PROMESSAS SE REPETEM -

Os sucessivos governos que se seguiram após 1945 representavam os interesses dos grandes proprietários de terras. Historicamente, estes grandes proprietários distribuíram-se em dois grupos partidários, cuja formação originou se das divergências locais. Esses dois grupos partidários após 1945 aglutinaram-se a dois principais partidos o PSD cujo chefe inconteste foi Pedro Ludovico Teixeira e a UDN cujo chefe absoluto foi o Senador Antônio de Ramos Caiado. Os demais partidos compunham-se com estes conforme seus interesses imediatos [48]. Ambos os grupos partidários continuaram a manobrar a massa de trabalhadores através de mecanismos tradicionais de aliciamento como o compadrio, o agradecimento de empregos e principalmente através da força e da repressão. Segundo Botelho quando esses mecanismos de aliciamento tornaram-se frágeis para conter as pressões do processo reivindicatório, o Estado através do populismo "procurou legitimar aquelas pressões em torno das idéias nacionalistas. A partir de então tornou-se o nacionalismo um dos componentes essenciais para a sustentação do populismo" [49].

---

48 Ver RABELLO, op. cit. p. 72,75.

49 COSTA, Clélia Botelho da. Estado e Luta dos Posseiros de Goiás. Dissertação de Mestrado UFB.1978. p. 34.

O pacto populista se concretiza em Goiás com a eleição de Mauro Borges Teixeira, filho de Pedro Ludovico Teixeira, para governador em 1960. Mauro Borges Teixeira ao ser eleito pela máquina eleitoral do PSD encontrava-se comprometido com as forças políticas tradicionais, os grandes proprietários de terras. Entretanto, dado a conjuntura política e econômica favorável ao questionamento do processo de crescimento econômico que vinha se processando no país, cujos ganhos de produtividade não eram repartidos com as classes trabalhadoras que lutavam por uma sociedade mais democrática, levou o governo Mauro Borges a elaborar um plano de governo liberal assentado em concessões às classes subalternas principalmente do meio rural. Esse plano foi passível de execução uma vez que a expansão do capitalismo no país, exigia maior integração de Goiás naquele processo econômico, e também maior intervenção do Estado na economia, e desse modo, oferecia maiores possibilidades para o questionamento da estrutura do poder dos grandes proprietários de terra da época [50]. Numa situação conjuntural propícia onde as forças populares a nível nacional estão em luta por melhores condições de vida o Executivo procura utilizar-se do apoio das classes subalternas, através de um plano de governo, o plano de "Governo Mauro Borges" que na tentativa de legitimar sua administração abraça a bandeira de uma "Reforma Agrária" controlada a partir de sistemas de Colonização.

O plano Mauro Borges inicialmente conseguiu a unificação das forças políticas de Goiás, até mesmo de grupos oposicionistas, assim como de vários setores da sociedade civil. Ora, num Estado eminentemente agrícola como Goiás, a ba

---

[50] Ver Idem, Ibidem, p. 23.

se de apoio popular que se buscou assentou-se principalmente na aliança com as classes subalternas do campo e as promes sas decorrentes dessa aliança, fundamentadas na proposta de Reforma Agrária, foram "um instrumento utilizado pelo Estado Populista, na sua busca de legitimação no campo em Goiás, le gitimação que em última instância, significava a subordina ção da classe dominada no campo aos interesses do Estado"[51].

A proposta de Reforma Agrária foi executada atra vés da política de terras que tinha por objetivo a expansão da intervenção Estatal no setor rural e especificava que a terra deveria ser comprada, isto é, reafirmava a proprieda de privada da terra.

Foram promulgadas as seguintes medidas:

a) "Regularização da posse da terra explicitada no Decreto nº 77 de 26 de julho de 1963 que aprovava a venda e a tabela de preços de terras devolutas ",(...) visando solucionar o problema da terra em nosso Estado.

Uma das principais iniciativas disciplinadas pelo presente decreto é a da divisão das chamadas terras devolu tas em glebas, cuja área mínima foi afixada em 30 hectares e a máxima de 200 hectares, podendo atingir excepcionalmente 5.000 ha, quando a utilização da terra se destinar ao estabe lecimento de núcleos coloniais, granjas cooperativas ou em presas rurais.

Os preços para alienação das diversas glebas es tão sujeitos a acréscimos, que serão proporcionais, direta mente ao tamanho da gleba e à sua proximidade dos centros ur

---

51 Idem, Ibidem, p. 28.

banos ... " [52].

Esse decreto veio regulamentar as relações entre o Estado e os grupos dominados no campo. Constituindo-se a "Reforma Agrária" tão propalada em mera promessa pois, o Estado expediu apenas 2.000 títulos em 1962 [53]. Portanto, a concessão de terras aos camponeses abrangeu uma parte ínfima dos mesmos.

Essa parca e morosa distribuição das terras veio convulcionar ainda mais as classes subalternas, uma vez que os conflitos sociais no campo na sua grande maioria permaneciam insolúveis, quanto legalização das posses para seus reais ocupantes, os posseiros. Esses conflitos tinham por base a negação dos direitos dos posseiros de legalizarem suas posses, gerando duas fases distintas do processo de luta pela posse da terra.

Uma primeira fase que se situou entre 1953 e 1955, caracterizou-se por reivindicações de cunho moderado. Após 1955 os posseiros passaram a usar os mesmos métodos dos grileiros, as armas, para defenderem o direito de permanecerem nas terras que ocupavam.

A organização dos trabalhadores no campo a partir de 1955 ganhou força, e em 1963 contava com 12 Ligas camponesas, várias Associações de Lavradores e 3 Sindicatos legalmente reconhecidos.

---

52 Idem, Ibidem, p. 28.

53 Idem, Ibidem, p. 28.

Já no Governo Mauro Borges foram criados, através de vários decretos, o Instituto de Cultura Popular, núcleos de colonização, os Combinados Agrourbanos, impulsionado o sindicalismo rural, chegando a organizar-se 200 sindicatos. Estas medidas visavam legitimar as reivindicações dos grupos dominados no campo, com o concurso do Estado, para dessa forma firmar o compromisso de apoio ao Plano Mauro Borges, tutelando a luta dos trabalhadores no campo através da cooptação dos mesmos.

Dentro dessa diretriz, o Estado populista em Goiás, buscou a subordinação dos grupos subalternos do campo tanto através da legislação, quanto através da ideologia desenvolvimentista nacionalista, e a partir de 1962 pela repressão.

A repressão do Estado populista aos movimentos sociais no campo resultou do fracasso da tentativa de cooptação decorrente da deliberação tomada em 1962, no Iº Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas, isto é, de lutar por uma Reforma Agrária Radical. O Governo Mauro Borges, na tentativa de barrar as decisões da"Reforma Agrária Radical", começou a utilizar da repressão para conter as reivindicações do homem do campo em Goiás, dentro dos limites da legalidade e do projeto de Reforma Agrária do Governo que se apegava à solução pela via colonizatória de pouca expressão. Concretamente, esta política governamental limitou-se à criação dos combinados agro-urbanos e à distribuição precária de títulos.

Do confronto entre a proposta de"Reforma Agrária Radical" dos camponeses em nível nacional (Ligas Camponesas,

Associações, Sindicatos) e a proposta de Reforma Agrária dita legal, isto é, via projetos de colonização preconizada pelo Estado populista resultou uma crise, que este - incapacitado para promover as mudanças estruturais capazes de viabilizar a solução pedida pelas classes dominadas, tentou resolver também, através da repressão.

A partir de 1962, ao mesmo tempo em que os grupos dominados adotaram a estratégia da luta armada, enfrentando os grileiros com os mesmos métodos utilizados por estes, a burguesia agrária nacional passa à defensiva e à conspiração para derrubar o poder legalmente constituído.

O período de 1961 a 1964, correspondente ao Governo Mauro Borges, caracterizou-se pela elaboração de um plano de governo que teve por objetivo primeiro o aliciamento dos trabalhadores rurais, através da promessa de "Reforma Agrária" com o intuito de ganhar tempo e consolidar o avanço do capitalismo no Estado, conservando a grande propriedade e o compromisso político com a burguesia agrária. No embate das forças políticas, os trabalhadores tiveram que recuar e a Reforma Agrária constitui-se numa bandeira vencida com o golpe de 1964.

Percebe-se nitidamente que as promessas de "Reforma Agrária" no Governo Mauro Borges reproduziram, de certa forma, a política do governo Getúlio Vargas, quando instituiu a "Marcha para Oeste", uma vez que o objetivo foi o mesmo ocupação dos espaços vazios do Estado de Goiás, com o intuito de aliviar as pressões sociais e obter o apoio dos homens do campo no desenvolvimento econômico do Estado, e as premissas norteadoras de um e outro obedeceram ao mesmo fio condutor, qual seja, fortalecimento do Estado Populista.

Podemos concluir que, o período compreendido entre 1955 e 1964 caracterizou-se pela ruptura do processo tradicional de aceitação de um projeto de sociedade, onde o trabalhador significava uma massa de manobra sem participação efetiva nos ganhos do crescimento econômico do país, que assumiu dimensões nacionais, ou seja, caracterizou-se pela gestação de um novo projeto de desenvolvimento. Este novo projeto de sociedade, nos centros urbanos traduzia-se por melhores salários e melhor nível de vida e, no campo, se fundamentava na "Reforma Agrária Radical", assim como no controle dos frutos do trabalho pelos próprios camponeses.

A atitude dos trabalhadores inclinou-se ao abandono da passividade, frente ao modelo de desenvolvimento do país, como podemos observar neste depoimento de um camponês.

"Eu sou mineiro e a minha história é igual a dos outros camponeses como eu mesmo. Comecei a trabalhar duro desde 7 anos de idade. Minha família morou em muitos lugares, a gente tinha sempre que se mudar a procura de mais fartura, mesmo porque a família estava sempre aumentando. Nós trabalhamos de meeiro, parceiro e assalariado, sempre sem garantia nenhuma e cada colheita, nós viamos que, não estavamos fazendo nem pro gasto, nem mesmo pro gasto mediano da família. Então a gente mudava. Já por volta de 1943, nós recebemos uma notícia de que o governo de Goiás estava dando terra de graça. Botamos tudo no carro de boi e fomos para la. A viagem durou 3 mêses. Foi muito duro, as crianças adoeceram

no caminho, a comida foi se acabando, quando chegamos eramos só magreza. Logo quizemos saber das tais terras, mas no governo ninguém dizia coisa, com coisa. Fomos trabalhar na primeira fazenda que apareceu perto de Goiânia. Ficamos de olho nas notícias, um dia resolvemos ir para a Colônia Agrícola de Ceres. As melhores terras já tinham sido ocupadas, o terreno não era bom e o governo, não cumpriu nada que prometeu. As colheitas não tinham preço, a doença era braba, a tal de maleita, não tinha remédio. Nós cansamos de trabalhar no lote pequeno e sem futuro, de terra.

Subimos para Formoso, em 1950. Lá sim tinha terra de cultura, tudo que plantava dava. Mas terra boa, não é pro camponês, logo vieram os fazendeiros querendo a nossa terra. E vieram armados, nós resolvemos lutar, já que a gente na certeza, na maioria ia morrer de fome. Morrer de fome é de savergonha, para quem sempre trabalhou duro, então pensamos que era melhor morrer lutando, pelo menos não envergonhava nossos filhos. Mais tarde nossos filhos havia de reconhecer que nós tentamos viver dignamente" [54].

O depoimento acima transcrito confirma a visão de Marighella, para o qual a luta dos trabalhadores rurais "reflete uma nova concepção do trabalho e da propriedade, que se traduz na reivindicação da propriedade do trabalhador, em contraposição ao latifúndio, base de uma estrutura de poder que reproduz os mecanismos da superexploração da força de trabalho. É esta substituição da propriedade do não trabalhador pela propriedade do trabalhador que constitui o elemento cen

---

[54] Depoimento de um camponês.

tral da luta do movimento camponês" [55], a nível nacional. Entretanto, no embate das forças políticas, o novo projeto de desenvolvimento foi vencido pelo golpe de 1964, visto que englobando a questão agrária, "implicava uma resolução democrática da questão agrária, e a proposta da democracia tinha sido derrotada não apenas para os camponeses, mas, como ficaria claro depois, para os trabalhadores brasileiros de modo geral" [56].

---

55 MARIGHELLA, Carlos et alii. A Questão Agrária. Estudos n. 1, Brasil Debates, São Paulo, 1980. p. 8.

56 Idem, Ibidem, p. 11.

2.2.6 - BREVE HISTÓRICO SOBRE O MUNICÍPIO DE FORMOSO -

Para localizarmos geograficamente o conflito social de Formoso e Trombas, introduziremos, a seguir um breve histórico sobre o município de Formoso.

Formoso e Trombas localizam - se no médio norte do Estado de Goiás atualmente denominada de micro região 06, Alto Tocantins a 200 metros de altitude perfazendo um total de 13.398 km^2.

Pertenceram ao antigo município de Uruaçu, cujo povoamento deu-se a partir da segunda metade do século XVIII em função da mineração. Os seus principais arraiais foram os de Amaro Leite e do Descoberto, atualmente Porangatu, "originado de descobertas tardias de jazidas auríferas" [57].

No final do século XVIII com a decadência da mineração, este município regrediu à agricultura de subsistência e à pecuária extrativa e extensiva. No século XIX os vilarejos dessa região eram inexpressivos uma vez que as poucas fazendas de gado eram praticamente auto-suficientes pois constituíram-se numa economia de subsistência, cujos excedentes eram vendidos em Anápolis com o intuito de fornecer o numerário para aquisição de produtos essenciais como o sal, o que

---

57 DOLES, Dalísia Elizabeth M. et alii,op.cit.p.7.

rosene e esporadicamente algum tecido.

O município de Uruaçu localiza-se no médio norte do Estado de Goiás. O médio norte do Estado de Goiás e Norte até 1950 eram considerados vazios demográficos. Só a partir de 1948, Uruaçu verá terminado o seu secular isolamento, passando a ser servida pela rodovia Transbrasiliana, construída por Bernardo Sayão - o encarregado do projeto de colonização de Ceres no Vale do São Patrício.

Retomando o que evidenciamos no 2º capítulo deste trabalho, a Colônia Agrícola de Ceres, foi um projeto de colonização elaborado a nível Federal e Estadual, inserida no conjunto da política da "Marcha para Oeste" que consistiu na transferência espacial de toda uma população migrante para áreas semi desérticas na tentativa de integração das mesmas no processo produtivo nacional. As Colônias Agrícolas serviram como iscas ao direcionamento dessa migração interna, uma vez que a intensa propaganda de doação de terras pelo Governo aos camponeses pobres, fez fluir para Goiás uma intensa corrente migratória superior à capacidade de absorção do projeto colonização da Colônia Agrícola de Ceres. Com a construção da Transbrasiliana, parte destes migrantes direcionaram-se no sentido de ocupação do médio norte do Estado de Goiás através do seu estabelecimento em terras devolutas do Estado.

O município de Uruaçu possuía imensas faixas, de terras devolutas na região circunvizinha a Formoso, à margem esquerda do rio Santa Tereza, afluente do Rio Tocantins. Essas terras por localizarem-se próximas à rodovia Transbrasiliana sofreram intensa valorização passando a serem projeto de aquisição de fazendeiros locais. Concomitantemente, a

rosene e esporadicamente algum tecido.

O município de Uruaçu localiza-se no médio norte do Estado de Goiás. O médio norte do Estado de Goiás e Norte até 1950 eram considerados vazios demográficos. Só a partir de 1948, Uruaçu verá terminado o seu secular isolamento, passando a ser servida pela rodovia Transbrasiliana, construída por Bernardo Sayão - o encarregado do projeto de colonização de Ceres no Vale do São Patrício.

Retomando o que evidenciamos no 2º capítulo deste trabalho, a Colônia Agrícola de Ceres, foi um projeto de colonização elaborado a nível Federal e Estadual, inserida no conjunto da política da "Marcha para Oeste" que consistiu na transferência espacial de toda uma população migrante para áreas semi desérticas na tentativa de integração das mesmas no processo produtivo nacional. As Colônias Agrícolas serviram como iscas ao direcionamento dessa migração interna, uma vez que a intensa propaganda de doação de terras pelo Governo aos camponeses pobres, fez fluir para Goiás uma intensa corrente migratória superior à capacidade de absorção do projeto colonização da Colônia Agrícola de Ceres. Com a construção da Transbrasiliana, parte destes migrantes direcionaram-se no sentido de ocupação do médio norte do Estado de Goiás através do seu estabelecimento em terras devolutas do Estado.

O município de Uruaçu possuía imensas faixas, de terras devolutas na região circunvizinha a Formoso, à margem esquerda do rio Santa Tereza, afluente do Rio Tocantins. Essas terras por localizarem-se próximas à rodovia Transbrasiliana sofreram intensa valorização passando a serem projeto de aquisição de fazendeiros locais. Concomitantemente, a

rodovia Transbrasiliana passou a ser via de acesso dessa corrente migratória que, impossibilitada de ser absorvida pelo projeto de colonização de Ceres encaminhava-se para o médio Norte do Estado à procura de terras devolutas. Assim, as terras devolutas circunvizinhas a Formoso e Trombas passam a serem visadas quer seja pelos grupos de migrantes quer pelos fazendeiros, com objetivos conflitantes e diversos, pois os primeiros desejavam a terra para dela tirarem a sua subsistência e os segundos a desejavam para dela tirarem o lucro e a renda-da-terra.

As formas diferentes de apropriação da terra empregadas por uma e outra classe é que tornarão esta região convulsionada pela revolta camponesa de Formoso e Trombas.

Formoso e Trombas, pelo imenso contingente migratório que recebeu, passou à categoria de município no ano 1962 através do projeto apresentado na Assembléia Legislativa de Goiás, pelo então Deputado José Porfírio de Souza.

2.2.6.1 - O PROCESSO DE MIGRAÇÃO PARA FORMOSO E TROMBAS

Como tivemos oportunidade de ver no primeiro capítulo, o crescimento da população excedente gerado pelo avanço do processo de acumulação de capital e as desigualdades regionais inerentes a esse processo levam a formação dos movimentos migratórios. Os movimentos migratórios são uma sequência natural às expulsões decorrentes do movimento de expansão capitalista, que incapaz de absorver toda a população, expulsa parte desta para fora da fronteira econômica,

gerando as frentes de expansão. Num segundo momento, ocorre a expansão da fronteira econômica e parte da população das frentes de expansão é absorvida e parte se constitui numa nova frente de expansão.

A migração em direção a Formoso e Trombas bem caracteriza a formação de uma frente de expansão. Os migrantes que para lá se dirigiram eram provenientes principalmente dos Estados Nordestinos e de Minas Gerais. Segundo esses migrantes a sua história é uma só: "nós todos estamos aqui em Formoso pelo mesmo motivo, qualquer um pode contar a sua história como sendo a vida dura de todos daqui". "Eu vim lá de Minas. Nós somos de família grande 12 filhos. No começo a gente vivia até com certa fartura para comer, mas depois a terra foi ficando fraca e o arrendo muito alto. Todo mundo trabalhava desde 5 anos, mas assim mesmo quanto mais trabalhava menos dava. A gente se mudava de um lugar pro outro lá em Minas, a situação era sempre a mesma. Resolvemos muda de Estado, porque lá em Minas já não tinha jeito de se comer, o salário não dava, o arrendo não dava e meia também não. A gente achava que noutro lugar distante podia ser, e a gente veio. Aqui as terras eram mais baratas, quem sabe trabalhando muito algum dia podia ter um pouco de terra. Foi aí que fomos para Ceres procurar um lote, o lote não saiu e nós subimos a estrada Federal e fomos pra Formoso. Lá sim tinha muita terra devoluta era só chegar cercar e trabalhar".

O processo de ocupação de Formoso e Trombas iniciou-se em 1948 com a ocupação das terras devolutas da região, num fluxo migratório muito intenso, tal que em certas épocas

chegou a atingir em média 6 famílias por dia [58].

As famílias de camponeses chegavam, cercavam cada qual o seu pedaço de terra que variava em média de 30 a 200 hectares. Desmatavam, destocavam e preparavam a terra tanto para as culturas permanentes como para a pastagem, faziam picadas e estradas.

O desmatamento da região, realizado pelos migrantes recém chegados veio valorizar ainda mais as terras, aumentando conseqüentemente a cobiça dos grileiros.

---

58 Depoimento de vários camponeses quanto à média de famílias que chegavam diarimente a Formoso. Os depoimentos foram comparados e estabeleceu-se a média colocada acima das famílias chegantes.

3 - A REVOLTA CAMPONESA DE FORMOSO E TROMBAS -

- 1950 a 1964 -

3.1 - O PRETEXTO DO ARRENDO -

O conflito teve início quando um grupo de fazendeiros liderado pelo comerciante local, João dos Santos Soares, passou a exigir dos posseiros o pagamento do arrendo da terra por escrito. Os posseiros se recusavam a assinar qualquer contrato, embora admitissem o pagamento do arrendo por dependerem do comerciante e justificavam sua recusa:

"Nóis não sabia lê, ia assiná o que? sem sabê de nada? coisa boa não podia sê, ainda mais contrato de fazendeiro! Pagá o arrendo nóis era obrigado, pois chegava quase só a gente, sem nenhuma reserva de dinheiro, tinha logo que apelá pro comerciante João dos Santos Soares, então ficava logo devendo porque o preço na venda era uma carestia, uma lata de óleo Sol Levante de 2 litros era trocado por 5 saco de arroz e nóis precisava de enxada prá trabalhá, de um pouco de sal e querosene, então só pagando o arrendo, porque só o dotô comerciante vendia fiado pra nóis.

Só tinha que pagá mesmo o arrendo, mesmo sabendo que as terras era devoluta, que remédio, sem enxada, não se trabaia. E depois, quando a gente colhia, ainda tinha de vendê a produção a preço que o dotô queria comprar, prá pode pagá as dívidas na venda dêle. Então mal a gente chegava pensando em progredir por causa da terra ser da gente e logo só

fazia para comer mal. Isso não aconteceu só comigo não, aconteceu com quase todo mundo, porque é difícil encontrar camponês que pode chegá com alguma reserva e se manter sozinho sem dependê de comerciante. Logo todo mundo começou achar um abuso mesmo, porque quem vinha cobrar o arrendo era a polícia. O que é pior sem nenhum documento das terra. Camponês é analfabeto mas, não é bobo não" [1].

Os fazendeiros utilizavam os migrantes geralmente durante 2 anos para abrir e valorizar a região, passando a cobrar arrendo de 20% a partir do primeiro ano, sem usar de violência. Entretanto, a partir do segundo ano, exigiam dos posseiros a assinatura de desistência da terra e o contrato de arrendo por escrito. A polícia e os jagunços contratados pressionavam os camponeses a entregarem a terra, primeiro através de ameaças e, depois, da violência, com espancamentos, destruição das plantações, roubo de gado e até mesmo com eliminação dos resistentes.

O grupo de fazendeiros liderados por João dos Santos Soares pretendia a legalização das terras devolutas para vendê-las sob a forma de grandes fazendas, que apresentavam maiores facilidades de venda. Segundo os camponeses, este grupo pretendia utilizá-los como arrendatários ou assalariados nas novas fazendas que queriam formar.

Esse projeto, que muito cedo teve que utilizar a repressão na tentativa de levar os camponeses a abdicarem de seus direitos e entregarem a terra ao grupo de fazendeiros, levou ao primeiro levante camponês na região, em 1950. Os posseiros, em número aproximado de 100 homens, entrincheira

---

[1] Camponês A

ram-se sob a liderança do velho Biinha, reagindo à entrega das terras e ao pagamento do arrendo. Em troca de favores e dinheiro, passou para o lado dos fazendeiros o próprio líder do levante, resultando essa primeira tentativa em fracasso.

A reação dos camponeses à opressão continuou sendo individual e ineficaz.

3.2 - O MILAGRE DOS PÃES -

O processo de "legalização" das Terras de Formoso e Trombas, considerado pelos camponeses como uma flagrante grilagem, iniciou-se com a ação de usucapião referente à fazenda da "Onça", planejado pelo grupo de fazendeiros liderados pelo comerciante local João dos Santos Soares.

A ação de usucapião da fazenda "Onça" deu entrada na comarca de Uruaçu a 16 de maio de 1952, encabeçada por Euzébio Martins da Cunha e outras 36 pessoas, que requeriam 6.520 alqueires, sob a alegação de que as terras referentes a essa fazenda haviam passado do domínio público para o domínio particular pela carta de sesmaria concedida a Caetano Cardoso de Morais no ano de 1795 [2]. Mesmo tendo havido quebra da cadeia dominial, os impetrantes da ação requeriam a propriedade da terra fundamentados na lei de usucapião sob a alegação de residirem no imóvel há mais de 30 anos.

Os camponeses consideraram a ação de usucapião como grilagem, pois havia moradores na fazenda da "Onça" há mais

---

[2] Cf. Termo de Audiência de Instrução e Julgamento da Ação de Usucapião da Fazenda "Córrego da Onça", folhas 3 e 4. Cartório de Uruaçú.

de 30 anos realmente, mas não eram os requerentes das terras. Sobre a origem da sesmaria contavam a seguinte história:

"A sesmaria era mesmo de Caetano Cardoso de Morais, mas este veio a falecer em 1851, era homem de cor preta, não se casou, não tinha filhos e, portanto, não deixou nada para ninguém, a não ser pro Estado. Após cem anos da morte de Caetano os grileiros de Uruaçú, o Bonerge, o juís José Veiga Jardim, e o tál promotor Cristovão arranjaram uma documentação falsificada dizendo que haviam comprado a sesmaria de um preto herdeiro lá de Niquelândia. Fizeram o tal Euzébio Martins da Cunha e mais 36 apadrinhados deles a entrar com o tal recurso de usucapião. Só, que quem tinha o direito ficou de fora e depois eles compraram essas terras do processo de usucapião para êles. Esse tal processo não foi nada de sério, não, porque só deu direito de 6.520 alqueires para os grileiros e a região era grande demais. Mais acontece que êles diziam que esse processo tinha dado direito a todas as terras devolutas de Formoso e Trombas e cercaram 14 mil alqueires de terra.

Começaram a fazer medo em todo campones e expulsar as famílias, a exigir a desistência de nossas terras.

Veio o terror, feito pelo João dos Santos Soares, veio a tortura.

Por isso nós, aqui de Formoso apelidou a grilagem de "o milagre dos paês" que de 6.520 alqueires, cercaram 14.000 alqueires e ainda dava direito ao resto todo das terras de Formoso e as Tromba, e ainda mais um processo, que a gente pode dizer de relâmpago pois não demorou quase nada, quando a gente ficou sabendo tava tudo resolvido. Para nós

camponeses tinha de levar muitos anos, se conseguisse" [3].

Os camponeses só vieram a tomar conhecimento da ação de usucapião da fazenda da "Onça" quando esta já havia sido julgada e considerada legítima pelo então juíz José H. da Veiga Jardim, pois os editais de comunicação foram feitos em Goiânia nos jornais, "Diário da Justiça" e "O popular". Era evidente que os camponeses não puderam contestar a ação, porque não tinham a menor possibilidade de aquisição de tais jornais e porque a grande maioria não sabia ler.

Entretanto, consta da ação de usucapião a seguinte afirmativa ... "Pelo usucapião, poder-se-ia ilidir de qualquer dúvida e um domínio que os autores, por si e seus antecessores, sem embargo, sem embaraço ou contestação de quem quer que seja, sempre mantiveram no imóvel denominado "Córrego da Onça . E, tanto é verdade esta afirmativa que, a presente ação rodeada de toda a publicidade possível, visto como além do edital publicado no Diário da Justiça do Estado, jornal obrigatoriamente lido, foi também publicado no "O Popular" por duas vezes, o edital via do qual se deu pagatodos os conhecimentos necessários do pedido inicial" [4].

Seria interessante transcrever a acusação feita pelo promotor Dr. Cristovam F. D'Ávila, representante dos interesses do Estado. Era de se esperar que o promotor, representando os interesses da União questionasse as provas docu

---

3 Depoimento do Camponês B.

4 Termo de Audiência de Instrução e Julgamento da Ação de Usucapião da fazenda "Córrego da Onça" folha 1.

mentais e testemunhais apresentadas, como é de seu dever. Entretanto, podemos verificar que o referido promotor não fez qualquer acusação ou questionamento, mas, sim, uma defesa da ação de usucapião, ação esta impetrada por particulares.

Textualmente dizia aquele representante do Ministério Público: "Tivemos a oportunidade de verificar os presentes autos, cautelosamente, percorrendo todas as suas folhas, examinando não só o pedido inicial, como a prova e documentação que o acompanhou. Não vislumbramos, em pós esta minuciosa verificação, qualquer interesse do Estado ou da União em obstar o reconhecimento e proclamação da medida pleiteada pelos autores, os quais, sem dúvida alguma, procuram por intermédio da sentença nêste usucapião uma ratificação de uma situação de fato e de direito já definida em favor dos mesmos. A própria Constituição Estadual, em suas disposições transitórias, dá um exemplo do respeito como se deve ter pelas terras ocupadas por lavradores, as quais não são tidas como devolutas. Diante, pois, destas ligeiras considerações, e porque, de fato, o imóvel usucapiendo é do domínio particular nada temos a requerer" [5].

Face às considerações do promotor sobre a legitimidade da ação, a 26 de agosto, o então Juíz da Comarca de Uruaçú José H. da Veiga Jardim proferiu o seguinte veredito:

" ... considerando que, frente ao que dispõe o Artigo 550 do Código Civil, aquêle que, por trinta anos, sem interrupção, nem oposição, possuir como seu um imóvel, adquirir-lhe-á o domínio, independente de título e de boa fé, que, em

---

[5] Idem, Ibidem, p.2

tal caso, se presumem; podendo requerer ao Juiz que assim o declare por sentença, a qual lhe servirá de título para transcrição no registro de imóveis; considerando que, o pedido inicial não sofreu a menor contestação; considerando, enfim, o mais que dos autos consta e as razões de direito aplicáveis à espécie julgamos procedente o pedido inicial, para reconhecer e declarar o domínio dos autores na fazenda "Onça", "Barra da Onça" ou "Córrego da Onça" ... [6]

Os posseiros assim se expressaram sobre o veredito do Juíz José H. da Veiga Jardim: "Quando a gente ficou sabendo de tudo que os grileiros estavam fazendo, a gente sabia que o ganho da causa só tinha um motivo. Os grileiros eram cabos eleitorais do P S D foi por isso, que os nossos protestos e reclamo o governo não tomou providência contra os seus aliados e apadrinhados, apesar de saber de todo o ocorrido na região. Depois do processo ganho as casas foram queimadas, as roça abertas para o gado dos fazendeiros pastá, as família desabrigada. Toda sorte de violência nóis estava sofrendo, ameaça, prisão, despejo, tudo feito pela polícia e jagunço. O Governo de Goiânia teve o descaramento de dizer que nós, os posseiros, devia comprar as terras legalizada dos fazendeiro e assim acabava com a confusão. As terra não legalizada o governo dizia que não iria contra os grileiros por serem cabos eleitorais do PSD e logo legalizariam as terras para os grileiros e que os camponeses podiam comprar em confiança.

Diante da omissão do governo aos nosso reclamo, os grileiros tornaram a vida insuportável na região. Vendiam

---

[6] Idem, Ibidem, p. 5.

terras só com recibo, depois voltava e queria vendê de novo. Era tal a confusão, que a gente só pensava como resolve a situação. A grilage deu a força que os grileiros não tinham antes, deu o papel, deu a escritura, aí nós ficamos embaraçado, sem saber o que fazer, mas aí apareceu o Porfírio com muitas idéias e nós acompanhamo ele no desespero" [7].

---

7 Depoimento do Camponês C.

3.3 - NASCE UM LÍDER - JOSÉ PORFÍRIO -

A ação de usucapião da Fazenda "Onça" empreendida com sucesso pelo grupo de fazendeiros liderado por João dos Santos Soares incentivou a grilagem de toda a região de Formoso e Trombas, e passaram os fazendeiros a aterrorizar os posseiros que se recusavam a desistir do direito de posse e se transformar em meros arrendatários através de contrato. A colaboração do judiciário de Uruaçu no processo de grilagem da região e participação da polícia no processo de repressão levaram os posseiros a recorrerem a outras esferas do governo Estadual e Federal.

A partir de 1952 a Região de Formoso e Trombas foi alvo de intensa repressão. "Virou campo de tortura, toda sorte de humilhação e desgosto a gente passava. O grupo de grileiros aumentava cada vez mais e de apenas fazendeiro de Uruaçu agora também tinha, fazendeiro e juiz de Porangatu. Eles tinha uma bolsa onde todos pagava uma contribuição para poder contratar jagunço e a polícia. Olha, na região o camponês ganhava por dia Cr$ 5,00 e os jagunço Cr$ 100,00. Então com a miséria que a região estava, apareceu jagunço, mesmo até entre os posseiros, pois, trabalhar na terra não dá nada, não dá dinheiro, a gente pode ter fartura, mas ficá rico, isso nunca. A grilagem é sempre feita na cidade e com

aprovação do governo, posseiro nunca tem direito e nem lei que nos socorre. Mesmo assim, nós queria acreditar, que ainda, tinha gente em Goiânia que havia de ver, que nós tínhamos razão. Então nós resolvemos, procurar a lei e o governo e o Porfírio tomou logo a dianteira. Foi assim, que tudo começou e nós acabamos entendendo, tudo muito bem, quem é o governo e a lei" [8].

José Porfírio de Souza, um dos principais líderes camponeses da revolta de Formoso e Trombas, chegou à região no ano de 1950, com várias famílias, proveniente do município de Pedro Afonso. Como os demais camponeses, em 1949, José Porfírio de Souza, João Porfírio e seu sobrinho Apolonio desceram margeando o rio Tocantins até atingirem o Centro Sul do Estado, à procura da Colônia Agrícola de Ceres [9].

Os camponeses iam para Ceres a fim de conhecer o projeto de colonização e esperar a possibilidade da aquisição de um lote de terra. Dada à demora de assentamento das famílias, às exigências burocráticas e ao pequeno número de lotes em face do grande número de pretendentes ocorreu grande descontentamento entre os camponeses que para lá se dirigiram. Os dirigentes da colônia de Ceres, para atenuar as tensões, estimularam os camponeses a se dirigirem para a região de Formoso, afirmando ser esta uma área de grandes faixas de terras devolutas e estar o governo interessado em sua ocupação. Dessa forma o governo esquivava-se do ônus de ampliação do projeto de colonização, cujos encargos são os mais variados, desde estradas, casas, instrumentos de trabalho,

---

8 Depoimento do Camponês D.

9 MOVIMENTO (O). S.Paulo, 21 de Agos. 1978. p.7,8,9.

até escolas, saúde, etc. A ocupação de Formoso por outro lado vinha aliviar as tensões sociais na Colônia Agrícola de Ceres, incapaz de absorver o fluxo migratório de camponeses sem terra. As informações sobre as terras devolutas de Formoso espalharam-se rapidamente entre os camponeses sem terra e a partir de 1950 o fluxo migratório para a região tornou-se contínuo.

A região de Formoso foi assim descrita por um camponês: "Era terra do Estado, só tinha poucas fazendas, assim mesmo por longe. E tudo aqui era vazio, era terra de solta, onde os fazendeiros soltavam o gado para recuperar, no tempo da seca. Tinha duas fazendas grandes, uma a Campos Belos, pros lados de Porangatu e outra de fazendeiros de Uruaçu. O mais era tudo terra sem dono" [10].

Em 1950, José Porfírio e as famílias de Pedro Afonso tiram a sua posse ao sul da região de Formoso. De meados daquele ano até meados do ano seguinte puderam trabalhar seus segados. Entretanto, os fazendeiros, ao perceberem que todos os dias apareciam novas famílias "resolveram, embora não fossem donos da terra, cobrar uma porcentagem sôbre a produção dos posseiros. Exigiram inicialmente, 25% de tudo que fosse produzido. Mais tarde, sem receber nada, foram baixando, até pedirem 5%. Os camponeses lutando com enorme dificuldade e muita miséria - todos com muitos filhos pequenos resolveram não pagar nada" [11].

---

10 Idem, Ibidem, p. 7.

11 Idem, Ibidem, p. 7.

Assim começou a luta dos posseiros, resistindo ao pagamento do arrendo.

Os fazendeiros, não conseguindo obrigar os posseiros a pagar o arrendo, passaram a expulsar algumas famílias, com o intuito de aterrorizar as demais.

"Para exemplar as outras famílias e fazer medo naquelas que ficaram - fizeram medo mesmo. Porque camponês não conta com a polícia, nem com jagunço armado, só tem uma arma a enxada" [12]. Em entrevista à revista Manchete, Porfírio muito bem explicou como se davam as ameaças de expulsão dos posseiros."Em 1951, Porfírio estava em casa de seu amigo Pedro Coelho, posseiro como ele, quando bateram à porta. Era uma caravana do Juiz Adelino Américo, de Porangatu, e os fazendeiros Antenor Pereira, Chico Correia e Antonio Navarro. Tinham vindo avisar que era chegada a hora de os posseiros Pedro Coelho, João Marinho, João Batista e Custódio Falcão abandonarem a terra.

Vão embora, era a palavra de ordem que chegava. O velho Pedro indagou porque. Adelino respondeu que os fazendeiros precisavam da terra para botar gado. Mas respondem com maus modos, ao que Pedro Coelho advertiu: "Não é desta forma que se toca um homem para fora de suas terras. Só se ele é um invasor ou ladrão. Nós não somos nem uma coisa e nem outra ...

Zé Porfírio observava de longe a conversa. Quando viu que ninguém queria falar se adiantou:

- Olhem, vocês não precisam sair da terra, vejam primeiro se são eles os donos. Se êles tem documento. Defen

---

12 Camponês E.

dam o direito de vocês. Olhem, se quizerem eu organizo a defesa de todos os posseiros" [13].

Assim iniciou-se o período denominado pelos camponeses de "legalidade" de 1951 a 1954, período este em que os camponeses vão tentar conseguir o título jurídico da Terra, sob a liderança de José Porfírio de Souza.

José Porfírio pensava organizar os posseiros estritamente dentro da legalidade, fazendo com que as autoridades cumprissem a lei e fizessem valer o direito dos posseiros de adquirirem as terras ocupadas pelos mesmos, uma vez que estas eram devolutas, portanto, pertencentes ao Estado. E com o firme propósito de tudo fazer dentro da lei, para fazer valer o direito de posse, passou a liderar os posseiros da região ao Sul de Formoso.

A região de Formoso e Trombas perfazia muitos quilômetros quadrados e, enquanto a parte sul já se achava ocupada, o norte mantinha-se de certa forma isolado. Entretanto, por volta de meados de 1951, quando os posseiros estabelecidos na porção sul, liderados por José Porfírio, resolveram tomar providências para a legalização das posses, os posseiros da parte norte passaram a resistir à expulsão. Sob a liderança de José Firmino aderiram à proposta preconizada por Porfírio de legalização das posses. Segundo os posseiros "José Firmino Nascimento ex-cabo da polícia era e não era líder em Formoso. Bom, nóis considerava líder porque êle logo ia defendendo os posseiros e o direito da gente ficá na terra. Mais

---

13 MANCHETE. Rio de Janeiro. (s.n): 30 de Mar.1957. p. 87, 88, 89.

ao mesmo tempo, nóis não considerava êle camponês. Porque êle tava sempre querendo ter mais terra e quando começa assim a gente perde a confiança, porque êle pode virá fazendeiro e tomá as posse pequena. E depois êle não era firme, não tinha raiva da polícia, êle era polícia. Nóis seguia êle até certo ponto com muito cuidado e desconfiança. Nóis aproveitava a sabedoria dêle até ser bom pra nós camponês, quando não era mais bom, nós não seguia mais. E ai a desconfiança que a gente tinha se confirmou, quando nós fizemos a luta armada êle teve tanto medo que fugiu sem pegá nadinha, deixando tudo lá na posse dêle. Foi um fracasso mesmo, nós ficamos envergonhado" [14].

A primeira atitude tomada por José Porfírio foi "investigar nos três municípios onde havia posseiros, quais os títulos de propriedade devidamente registrados ... Fez a descoberta sensacional, só havia uma posse legalizada: a sesmaria de Euzébio Martins" [15], cuja ação de usucapião os posseiros tomaram conhecimento após a legalização das terras. Os camponeses consideravam a ação de usucapião como grilagem consumada mas, apesar disso, tomaram a atitude de respeitar a fazenda da "Onça" e o restante consideraram como sendo terras devolutas, portanto passíveis de serem requeridas pelos posseiros. Contrataram um advogado e fizeram o requerimento de legalização das posses ao então governador do Estado, Pedro Ludovico Teixeira. Enquanto José Porfírio dava entrada no processo de legalização das posses, José Firmino encarre

---

14 Depoimento do Camponês F.

15 MANCHETE, op. cit., p. 88.

gou-se da divulgação pela imprensa das arbitrariedades cometidas na região pelos fazendeiros, levando o próprio governador a se manifestar sobre a questão, favoravelmente e publicamente. Uma destas declarações foi publicada pelo jornal "O Anápolis de 5 de Abril de 1956", transcrita do Jornal "O Estado de Goiás em 1953" (data incompleta) [16]. Entretanto, ape

---

16 ANÁPOLIS (O) - Anápolis, 5 de Abril de 1956. Nº 2988 p.1. A matéria se institulava "Posseiros de Formoso".

"Os posseiros do longinquo Formoso, muitos dos quais lá vivem há longos anos, têm ainda, uma preocupação constante: ameaça de que lhes sejam tomadas as terras, por êles plantadas, para a subsistência de suas famílias e a prosperidade de Goiás. Principalmente quando chega a ocasião da colheita, anos seguidos, são importunados pelos que se dizem proprietários das terras, e que, a esse pretexto, exigem-lhes pagamento de arrendo ... já tem recorrido ao governo, contra a investida dos grileiros. E certa vez, a 18 de março de 1953, conseguiram do então governador, Sr. Pedro Ludovico Teixeira, homem justo e conhecedor dos problemas sociais, um documento de alto valor, de sentido profundamente humano.

"O senhor José Firmino Nascimento e seus companheiros devem permanecer na Fazenda "Bonito" município de Uruaçu, até que se resolva o caso letigioso relativamente a essas terras, gozando de todas as garantias em suas benfeitorias.

Goiânia, 18 de março de 1953. Dr. Pedro Ludovico Teixeira - Governador do Estado.

E é o que os posseiros de Formoso tem feito. Permanecem nas terras ... aguardam uma decisão que lhes assegure o direito de nelas viver em paz.

sar de advogarem pessoalmente sua causa junto ao departamento de Terras e Colonização e apesar de toda a publicidade da imprensa sobre as violências praticadas em Formoso, o processo de legalização permaneceu insolúvel.

Após idas e vindas a Goiânia, José Porfírio e um grupo de camponeses resolveram procurar o então presidente Getúlio Vargas, que os enviou ao então Governador Pedro Ludovico.

A expedição dos títulos provisórios só se deu em 1953. Entretanto estes títulos, para terem validade, deveriam ser registrados no cartório de Uruaçú, cujo dono, o fazendeiro Sebinhas, sustou o registro dos títulos provisórios.

Os posseiros tentaram de todas as formas manter um diálogo com o grupo de fazendeiros. Porfírio tentou conversar com os grileiros, propôs que estes deixassem os posseiros ocuparem apenas mil alqueires de terra, isto é, 2 alqueires registrados para cada família. Os grileiros não concordaram e exigiram as terras desocupadas. Mediante a impossibilidade de qualquer acordo com os grileiros, Porfírio retornou a Goiânia e foi recebido pelo então procurador do Estado "Dr. Everaldo de Souza, e lhe disse: que, os fazendeiros continuavam com ameaças" [17]. "E lá não há grotas ...?

---

16 ... há uma lei votada e sancionada quando o Sr. Jonas Duarte esteve no governo, em 1954 que regulamentava o assunto. De acordo com esse diploma legal, o Estado mandava medir todas as terras devolutas, e os que nela estiverem de posse terão preferência para adquirí-las".

17 Depoimento do Camponês D.

Perguntou o Dr. Everaldo. Queria dizer: "Defendam-se". Grota é refúgio de pedra, onde se planta uma carabina e onde se arma uma emboscada" [18].

A tentativa pacífica de legalização das terras de Formoso e Trombas encerrou-se em 1954, ante as insinuações do então procurador do Estado, através das quais ficava claro o total desinteresse do governo de fazer cumprir a lei que assegurava o direito de posse aos camponeses.

Ao voltar de seu encontro com o Procurador do Estado, Dr. Everaldo de Souza, José Porfírio encontrou sua casa e sua roça queimadas e a mulher de resguardo de dias e os filhos no tempo.

"A dor da mulher era grande, era tão grande que um mês depois ela morreu de abalo moral" [19].

José Porfírio, viúvo com cinco órfãos sentou ao caixão, pegou lápis e papel, fez um bilhete ao governador: "Excelência, daqui por diante ninguém abusa mais de mim". Levantou-se e foi buscar o rifle" [20]. Ainda no ano de 1954, após três anos de luta pacífica pela legalização das terras, os camponeses, cansados de verem suas roças destruídas, suas casas queimadas, as mulheres espancadas, contam" (...) que um dia apareceu os comunistas que tomaram a paternidade da nossa causa, sem muita conversa, sem qualquer promessa. Foram chegando e explicando tudo, sem querer nada tomá da gente, nem voto, nem dinheiro, nem terra. Só querendo ajudá a gente defendê os nossos direitos. E isso, nós aprendemos e

---

18 MANCHETE, op. cit. p. 90.

19 Cf. supra nota 18.

20 Cf. supra nota 18.

posso dizê, que aprendemos bem e ensinamos os nossos filhos, que morrer de fome é que é vergonha, morrê lutando não" [21].

Assim em meados de 1954, começaram a chegar à região de Formoso os primeiros quadros do Partido Comunista Brasileiro, com o propósito de organizar a resistência armada, uma vez que o próprio governo havia forçado a adoção desta solução para o caso de Formoso.

---

21 Depoimento do Camponês B.

3.4 - "O PARTIDO COMUNISTA TOMA PATERNIDADE DA NOSSA CAUSA"-

Em meados de 1954 desceram para a região de Formoso quatro quadros do Partido Comunista Brasileiro. Foram eles: Geraldo Tibúrcio, Geraldo Marques, José Ribeiro e João Soares. Os três últimos permaneceram até 1964 na região, eram camponeses e tinham por objetivo tirar posse em Formoso e organizar a resistência dos posseiros.

Geraldo Marques - nasceu no município de Pompeu em Minas Gerais, a 26 de março de 1912.

Era filho natural de Maria Margarida, registrado como filho de criação do fazendeiro Rafael Marques.

Aos 6 anos de idade já trabalhava como guia de carro de boi. Aos 10 anos já era lavrador e aos 18 anos peão.

Segundo Geraldo Marques, sua oposição às arbitrariedades cometidas com os camponeses começou cedo como podemos verificar nesse seu depoimento:

"A região de Pompeu sempre foi atemorizada pelo fazendeiro Marcelino Valeiro que era conhecido pelas suas arbitrariedades e autoritarismo. Ele era o fazendeiro mais rico da região, a custa da exploração dos camponeses. Metia-se não só na sua fazenda, como na fazenda dos outros e resolvia

tudo a bala. Procurava sempre confusão. Quando eu tinha 12 anos ele pegou o meu pai de emboscada e surrou-o por causa de uma cerca nossa que dividia com a fazenda dele. Eu, não gostava dele, e pensei comigo, nunca ele ia botá as mão em mim. Trabalhei e comprei uma garruchinha aos 17 anos e anda va com ela dentro da camisa. No dia 31 de agosto de 1938, nós estávamos preparando um terreno já no atraso na nossa fazenda e o Marcelino chegou xingando todo mundo. Nós ficamos quieto e continuamo a trabalha. Puxou uma enxada e veio pra me cortar o pescoço, como era seu costume atacar os camponeses, de repente e matá, só por nada. Eu tirei a garrucha e acertei a barriga dele. Ele morreu. Eu procurei o fazendeiro Artur Ferreira, chefe político local e pedi abrigo. Depois de 48 horas fui entregue à polícia. Aguardei o julgamento em liberdade. No final do ano de 1940 fui despronunciado em Belo Horizonte, sem tê ido a julgamento. Casei aos 23 anos de idade com Geralda Teodora da Silva, tivemos 12 filho, 4 home e 8 mulher.

Trabalhei de fazenda em fazenda em Minas Gerais, ora como arrendista, ora como meeiro e até de assalariado. Cada vez ficava mais difícil. Ouvi falar das terras devolutas e baratas de Goiás, então em 1940 me mudei.

Ingressei no Partido Comunista Brasileiro em 1946, quando ele tava na legalidade e depois continuei nele.

Depois que eu entrei para o Partido, a revolta que eu sempre senti de ser explorado eu passei a entender. E a minha luta deixou de ser pessoal para ser política, não preocupei mais com a situação econômica, mas com a classe que eu pertencia, o campesinato esmagado pelo latifúndio, pelo arrendo extorsivo e pelo salário miserável, minhas aspira

tudo a bala. Procurava sempre confusão. Quando eu tinha 12 anos ele pegou o meu pai de emboscada e surrou-o por causa de uma cerca nossa que dividia com a fazenda dele. Eu, não gostava dele, e pensei comigo, nunca ele ia botá as mão em mim. Trabalhei e comprei uma garruchinha aos 17 anos e anda va com ela dentro da camisa. No dia 31 de agosto de 1938, nós estávamos preparando um terreno já no atraso na nossa fazen da e o Marcelino chegou xingando todo mundo. Nós ficamos qui eto e continuamo a trabalha. Puxou uma enxada e veio pra me cortar o pescoço, como era seu costume atacar os camponeses, de repente e matá, só por nada. Eu tirei a garrucha e acer tei a barriga dele. Ele morreu. Eu procurei o fazendeiro Ar tur Ferreira, chefe político local e pedi abrigo. Depois de 48 horas fui entregue à polícia. Aguardei o julgamento em li berdade. No final do ano de 1940 fui despronunciado em Belo Horizonte, sem tê ido a julgamento. Casei aos 23 anos de ida de com Geralda Teodora da Silva, tivemos 12 filho, 4 home e 8 mulher.

Trabalhei de fazenda em fazenda em Minas Gerais, ora como arrendista, ora como meeiro e até de assalariado. Cada vez ficava mais difícil. Ouvi falar das terras devolu tas e baratas de Goiás, então em 1940 me mudei.

Ingressei no Partido Comunista Brasileiro em 1946, quando ele tava na legalidade e depois continuei nele.

Depois que eu entrei para o Partido, a revolta que eu sempre senti de ser explorado eu passei a entender. E a minha luta deixou de ser pessoal para ser política, não pre ocupei mais com a situação econômica, mas com a classe que eu pertencia, o campesinato esmagado pelo latifúndio, pelo arrendo extorsivo e pelo salário miserável, minhas aspira

ção passaram a ser coletiva e eu saí da cidade de Goiânia fui prá Ceres e depois para Formoso, trabalhando sempre para o partido e ajudando os companheiros camponês. Lá, nós organizamo a resistência aos grileiro. Tudo, baseado nos ensinamentos do partido comunista, o único que mostra o caminho para acabar com o latifúndio capitalista" [22].

José Ribeiro - nasceu numa fazenda perto da cidade de Piracicaba, distrito de Araguari, Minas Gerais, no dia 5 de julho de 1922 como nos conta:

"Vivi neste lugar até a idade de 30 anos. Fui nascido e criado na roça. Aos 8 anos eu já era guia de carro de boi. Estudei pouco na escola de roça. Fiz só cartilha, pois a gente mudava sempre de fazenda e na época das colheitas não dava para ir na aula. Então em um ano de aula ia 2 meses, 3 meses no máximo. Quando eu tinha 18 anos meu pai vendeu nossas terras e nós fomos para Araguari. Lá eu trabalhei de tudo, entregador de pão, garimpeiro, carroceiro e mascate. Depois eu não aguentei e voltei prá roça, eu sempre gostei é da roça mesmo.

Aos 32 anos me casei e voltei a ser mascate. Andáva Minas Gerais no triângulo e Goiás até o Sul.

Em 1951 me mudei para Goiás. Eu já era do Partido. Após o casamento as coisas ficaram muito difícil, os filhos, as despesas só aumentando fui para Formoso tirar posse.

Nós, camponeses, fizemos a resistência de Formoso diante da omissão do governo e a falta de resolução dos problemas.

---

22 Depoimento de Geraldo Marques.

Nós, camponeses, entendemos tudo pela própria violência, que nos convenceram da necessidade de união, se nós não nos defendesse por conta própria, seríamos despejados da região a ferro e a fogo. Foi a violência dos grileiros que nos ensinou o que fazer e como fazer sob a orientação do partido" [23].

João Soares - "Era camponês também, hoje está desaparecido, foi um dos líderes do movimento de Formoso. Homem de muita coragem e posição. Mas a gente não vai dizer nada da vida dêle, porque cada qual fala por si" [24].

3.4.1 - O PROGRAMA DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E A QUESTÃO AGRÁRIA (1954). -

O Programa Agrário do Partido Comunista Brasileiro faz parte de uma organização mais ampla de lutas, cuja teoria revolucionária situava-se nos marcos da revolução democrático-burguesa anti-feudal e anti-imperialista.

"A teoria marxista da revolução brasileira, na qual, direta ou indiretamente, se inspiraria todo o pensamento político renovador brasileiro, se formulou em seus traços gerais e essenciais, na década de 20, em conjunto com a dos

---

[23] Depoimento de José Ribeiro.

[24] Depoimento de Geraldo Marques.

demais países coloniais ou semi-coloniais e dependentes" [25].

Os países tidos como subdesenvolvidos, ou seja, incapazes de acompanhar o ritmo de desenvolvimento dos países capitalistas maduros foram taxados de países em transição do feudalismo para o capitalismo. O esquema de análise adotado, considerou o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas como consequência de um estágio feudal de transição para o capitalismo e o baixo desempenho econômico desses países como decorrência da usurpação imperialista, levando à formulação de uma teoria revolucionária que resultou na bandeira da "Revolta Agrária antifeudal e antiimperialista".

O Partido Comunista Brasileiro contava com inúmeras dificuldades quanto à organização de uma luta reivindicatória no campo. Essas dificuldades decorriam principalmente do fato de que sua experiência era muito mais relevante nos centros urbanos. A nova frente de luta que se abria no campo estava orientada pela proposta da reforma agrária anti-feudal e anti-imperialista, em torno da qual se pretendia aglutinar as reivindicações dos camponeses e demais categorias de trabalhadores agrícolas. Todavia, as formas de luta ainda estavam por ser construídas no dia-a-dia e de conformidade com cada situação específica. Configurava-se assim uma nova experiência que se defrontava com a complexidade de uma imensa gama de reivindicações que incluíam categorias tão diversificadas como meeiros, parceiros, assalariados, posseiros e até mesmo médios proprietários, cujos objetivos e aspi-

---

25 PRADO, Júnior Caio. A Revolução Brasileira. 6. ed. São Paulo, Brasiliense, 1978. p. 36.

rações de luta exigiam encaminhamentos distintos. Portanto, o Programa Agrário do Partido foi elaborado levando em consideração o complicado quadro de reivindicações das categorias acima citadas.

O programa agrário do Partido visava: "liquidação dos latifúndios, pela extinção dos restos feudais e escravistas, ... entrega gratuita e sob a forma de propriedade privada das terras dos latifundiários aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queriam trabalhar, etc ..." [26].

Este programa agrário foi apresentado após detalhado estudo da questão agrária brasileira e da situação do camponês no Brasil [27].

As importantes conclusões a que chegou o Partido sobre a situação real do campo no Brasil, para a elaboração de um Programa Agrário, fundamentaram-se nos seguintes dados:

"1º - a imensa maioria dos camponeses no Brasil é constituída de camponeses sem terra. Para uma população economicamente ativa de 11 milhões e 500 mil pessoas no campo, existem apenas 2.100.000 propriedades agropecuárias ... os assalariados agrícolas e camponeses que não possuem terra, são aproximadamente 10 milhões.

2º - os grandes proprietários de terra que dispõem de mais de 500 hectares monopolizam as terras do Brasil. Representando 3% do número total dos proprietários de terra e

---

26 PROBLEMAS. Rio de Janeiro, nº 64. Dez. 1954 - Fev. 1955. p. 250.

27 Ver Programa Agrário do Partido Comunista Brasileiro. 1954. op. cit. p. 242.

0,7% da população ativa no campo, esse punhado de latifundiários domina atualmente 63% da área global das propriedades agropecuárias.

3º - E 1.995.000 proprietários, possuidores de áreas inferiores a 500 hectares, são donos de 37% da área global da propriedades agropecuárias.

4º - Nas relações de produção do campo, subsistem, em toda parte e sob as mais diversas formas, restos feudais e escravistas: o trabalho gratuito e obrigatório, que é a subsistência da prestação pessoal de serviço; a "meia" e a "terça"; a negação dos mais elementares direitos civis e democráticos; o sistema das coações econômicas e extraeconômicas, por dívidas, etc ...

5º - Existem em nosso país imensas reservas de terras. São chamadas terras devolutas. Essas terras correspondem a 3/4 da área geográfica do país. A área total das propriedades agropecuárias corresponde apenas a 23% da área geográfica do Brasil.

A área cultivada não vai além de 10% da área total das propriedades, representando cerca de 2% da área geográfica.

6º - O desenvolvimento desigual da economia nacional é particularmente acentuado no que se refere à nossa economia agrária. ... e tem como causa fundamental o monopólio da terra, seja o regime latifundiário - feudal ..." [28].

---

28 Idem, Ibidem, p. 245 e 246.

Mediante a análise acima da realidade agrária brasileira e da situação do homem do campo elaborou-se um programa que estabelecia:

" ... a destruição do regime latifundiário, com o confisco de todas as terras dos latifundiários e a entrega dessas, gratuitamente e sob a forma de propriedade privada, aos camponeses sem terra ou possuidores de pouca terra e a todos que nelas queiram trabalhar, para que as repartam entre si.

... Postula o reconhecimento legal das posses ou ocupações de terras realizadas pelos camponeses, a abolição das formas semifeudais de exploração dos camponeses, a anulação de todas as dívidas dos camponeses para com os latifundiários, os usurários, o Estado e as companhias imperialistas norte-americanas, etc. Não tocando nas propriedades e nos bens dos camponeses ricos.

O programa do Partido corresponde, assim, aos anseios e aos interesses da massa camponesa.

O programa do Partido é a bandeira em torno da qual se formará a aliança operária camponesa - base da frente democrática de libertação nacional" [29].

O Programa do Partido para o campo baseou-se na avaliação das experiências de trabalhos, já realizados, cujos frutos foram principalmente a criação da União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, a ULTAB, e a carta dos Direitos e das Reivindicações dos Lavradores Agrícolas, conquistas estas de caráter nacional que visavam a unifica

---

29 Idem, Ibidem, p. 246, 247.

ção das lutas no campo [30].

Com base na avaliação das conquistas obtidas com os trabalhos realizados no campo e com base também na avaliação das graves falhas que vinham prejudicando a organização dos camponeses, buscou-se a reorientação da prática do Partido. Esta reorientação tinha como objetivo principal a construção do Partido no campo tendo por base o Programa e as seguintes orientações:

1º - "Atuar no campo de maneira concreta e de acordo com a situação do local. É preciso levar em conta a variação da situação existente de Estado para Estado, de município para município, de fazenda para fazenda, ligando as tarefas do programa do partido às reivindicações que mais interessam aos camponeses em cada local e às reivindicações de cada camada de camponeses. Neste sentido desempenha um importante papel a "Carta dos Direitos e das Reivindicações - dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas".

2º - Trabalhar com todos os camponeses inclusive com os camponeses ricos. Entretanto, a nossa atenção deve se concentrar particularmente no trabalho entre os assalariados agrícolas, os camponeses pobres e os camponeses sem terra. São estes os pontos de apoio mais firmes da aliança operário camponesa.

3º - Organizar as grandes massas camponesas. As formas de organização devem variar conforme cada situação, levando-se em conta o desejo, bem como os objetivos da luta da organização. As últimas experiências nos mostram que as mas

---

30 Ver Idem, Ibidem, p. 250.

sas camponesas querem se organizar legalmente em associações e sindicatos rurais. É preciso levar sempre em conta cada situação em particular. Devemos recorrer a todas as formas de organização, desde as mais elementares e temporárias, até as mais elevadas e duradouras.

4º - Utilizar as mais variadas formas de luta entre os camponeses. Todas as formas de luta são boas, justas e necessárias, mas, devem ser sempre lutas das massas e para as massas. Nestas condições, são justas, os abaixo assinados, os pequenos protestos, as greves parciais e totais até a luta armada.

5º - Recrutar milhares de assalariados agrícolas e de camponeses para o Partido, construir dezenas de organizações de base no campo. Na verdade, a formação da aliança operário-camponesa e da frente democrática de libertação nacional para levar nosso Programa à vitória, depende, antes de tudo, do Partido. Sem o Partido, sem a sua direção consequente as massas camponesas não poderão ser ganhas para o Programa do Partido" [31].

A reivindicação básica dos camponeses de Formoso foi pela posse da terra numa luta contra o "latifúndio capitalista" (latifúndio é usado pelos camponeses para denominar a grande propriedade). A explicação acima sobre o programa agrário do partido tem a finalidade de servir de base para a análise da organização dos camponeses de Formoso e Trombas. O que faremos a seguir é ver até que ponto e de que forma este programa agrário foi posto em prática nesta região.

---

[31] Idem, Ibidem, p. 252, 253, 254.

3.4.2 - E O PARTIDO COMUNISTA ORGANIZOU A RESISTÊNCIA -

A resistência organizada pelo partido comunista se fez tal como aparece nos depoimentos seguintes:

"Em primeiro lugar, quando surgiu a luta pela posse da terra em Formoso, o Partido achou que seria uma oportunidade de criar uma base devido a luta de classe.

Quando nós chegamos em 1954 para Formoso já tinha discutido com a direção de formar um Partido lá. A primeira coisa que a gente fez foi procurar: Qual a reivindicação de massa da região? Bom era apoiá os posseiro na luta pela terra. Nós, não tinha experiência, nos só sabia que qualquer coisa, que a gente fizesse tinha que ser coletiva e democrática. Só a participação da maioria é que valia. Então nós começamo investigá como os posseiros compreendia a luta de classe e apontar os inimigo principal e os seus direito.

Bom, a aceitação do povo quando a gente dizia que era comunista foi muito difícil. Mas era engraçado, tudo que o Partido propunha, desde a organização da resistência, visando o coletivo, a criação da Associação dos Trabalhadores Rurais até a luta armada, a maioria dos camponeses concordava. Só não concordava com o comunismo. Os campones mesmo sabendo que o comerciante João Soares era o maior grileiro da região, preferia acreditar nele e nas conversas dele, que comunismo leva pro inferno, do que na gente. A região ficou to

da cheia de medo do comunismo, com as ameaças do João dos Santos Soares que dizia, que quem andasse sendo amigo de comunista ele mandava matar e não vendia e nem comprava nada.

Os camponeses acreditavam mais no comerciante, que tudo lhes fornecia e comprava a mercadoria a preço de banana. Os posseiros não enxergavam a exploração do João Soares, era tido como Deus e controlava toda a região. Nesta época o abastecimento era chave para sobrevivência, então, os posseiro na sua maioria aceitava as condição, de tal forma que até os camponês ficava na terra para garantir para ele uma grande área. Os camponês queriam a terra mas não sabia organizar bem, pelo medo do comerciante.

O meu primeiro contato foi com o Bugre. O trabalho iniciou-se em Coqueiro de Galho, fica na entrada da região de Formoso. A região era muito grande e a gente tinha que se deslocá sempre, porque o povo discutia as proposição do partido, concordava, dava de comer a gente, mas não deixava dormir. Isso de não deixar dormir dificultava tudo, porque a gente vivia igual andante e o trabalho não rendia. Eles tratavam a gente bem porque, a gente era camponês também, e eu via que eles tinham vontade de participá daluta que nos propúnhamos, porque era justa a reforma agrária, mas o medo não era do programa do Partido, era do comunismo, que nem elessabia o que era.

Nós ficamos um ano andando de casa em casa, explicando tudo, a gente logo conseguiu muito nego macho, mas não era a maioria. E o coletivo tava acima de tudo. Fomos procurar o líder dos posseiros, o José Porfírio. Quando eu cheguei estava chovendo muito, ele e os cinco filhos tinha só batata doce e fava de feijão branco pra comer.

A gente tem que sê de opinião, não pode sê vacilante.

Passei 3 dias lá com ele discutindo tudo e lendo a Voz Operária. Falando que a luta dele era ilusão, e que grota existia muita. Mas o Zé Porfírio era um home que acreditava na bondade dos outros. Ele não agradecia nem o bem que os outros lhe fazia e nem não revidava o mal, porque ele achava que bem a gente tem que fazer mesmo e o mal era feito porque não sabia fazer o bem. Ele demorou muito a entender o que é o latifúndio capitalista. Mas logo achou o programa do Partido justo. Não queria a terra só prá ele, mas prá todos os camponeses do Brasil inteiro. Isso, é que era justo. Logo começou também ir de casa em casa. Ele era respeitado pelos camponeses. E durante um ano nós trabalhamo muito mesmo, mostrando os direitos de todos de lutar pelo necessário a sua sobrevivência.

Somente com dois anos de trabalho nós conseguimos fazer a primeira assembléia camponesa na Várgea. E daí pra frente os camponeses diante de tanta miséria e conhecendo já os seus direitos e com o apoio nosso, começaram a perder o medo do comunismo por necessidade mesmo, porque só podia contá com o nosso apoio" [32].

"Tudo lá era feito a partir das bases. Todo mundo podia votar e candidatar ao que quisesse, nós vivia um organismo de democracia. Camponês tinha voz e voto.

Quando foi para começar organizar a resistência todo mundo deu opinião e só se fazia e tomava uma resolução com

---

[32] Depoimento de Geraldo Marques.

o apoio da maioria, sem conchavo político. Porque todo mundo tinha que junto assumir na prática as resoluções tiradas. Então tinha que ser tudo bem pensado" [33].

"Nós, camponeses, pela primeira vez passamo a ser ouvido. Nós tinha pouca arma, isso era um ou outro que tinha alguma. Então pra fazer roça e não morrer de fome, nós fica va muitos trabalhando e os que tinna arma vigiando noite e dia as roças. O partido chegou e respeitou a nossa organiza ção e incentivou o mutirão, tanto prá plantar como prá co lher. Nós tomamo resolução votada de dividir toda a região em mutirão que dava prá todo mundo tirar o de comer. E as sim, nós assegurava a sobrevivência para poder lutar contra os grileiros. Porque de barriga vazia é aquela história, a gente não para em pé" [34].

"O Partido tinha como norma de nosso programa res peitar e desenvolver toda e qualquer organização espontânea dos camponeses. E o mutirão era uma forma válida e que os camponeses sabiam trabalhar bem. Foi só a gente incentivar a criação de vários mutirão. É muito importante valorizar tu do que os outros já desenvolveram, dá confiança nos campo neses, eles sentem que já estão sabendo fazer as coisas" [35].

Os posseiros tiravam suas posses geralmente próxi mas uma das outras, com fundos para um córrego. A região de Formoso é cortada por inúmeros córregos. A aguada é muito im portante numa propriedade, por pequena que seja, pois é ali

---

33 Depoimento do Camponês G.

34 Depoimento do Camponês H.

35 Cf. supra nota 32.

que o gado vai beber, onde se lava a roupa e onde se toma banho. Geralmente os vários moradores que utilizavam um mesmo córrego desenvolviam um sistema de solidariedade e de boa vizinhança, uns ajudando os outros. Escolhia-se normalmente um local onde não se sujava a água e todos buscavam alí água para beber.

Além do mais, no lugar em que existisse um batedor natural de pedras, a roupa era lavada em conjunto, ocasião que as mulheres aproveitavam para conversar sobre o dia a dia. Portanto, nada melhor do que dividir toda a região em Conselhos de Córregos. Todos os moradores de um determinado córrego passaram a formar um Conselho de Córrego, que se reunia de 30 em 30 dias.

O Conselho tinha várias funções, conforme se depreende do depoimento que se segue: "de tudo se falar dos nossos problemas desde as roças, dos mutirão, das semente até a segurança. Qualquer coisa que acontecesse, nós logo se reunia, discutia e tirava a resolução. E um home era logo enviado aos outros Conselho de Córrego dando as notícia . Todo mundo tinha direito de fazer proposta, qualquer que fosse. Nós votava, secreto a que ganhasse, todo mundo, mesmo os contrário tinha que acatá, mas se não concordava não precisava ajudá. Cada córrego elegia 3 representantes que participavam da Assembléia Geral dos Córregos de 60 em 60 dias. Se por um acaso quando os 3 representantes chegasse no Conselho de Córrego e, nós, a maioria, não concordava com a resolução do Conselho Geral, a gente ia discutir e fazia nova votação. Tudo era feito com o nosso acordo e participação" [36].

---

[36] Depoimento do camponês I (jagunço que entrou para o movimento dos camponeses de Formoso e Trombas.

Em Abril de 1955 foi fundada a Associação dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas de Formoso e Trombas.

A Associação passou a funcionar como Conselho Geral e seu Presidente, José Porfírio, foi eleito por grande maioria. O papel da Associação foi de grande importância na condução das lutas dos posseiros, pois tranformou-se no centro de execução das decisões tiradas nos Conselhos de Córrego.

O principal projeto elaborado pela Associação foi o de assentamento das famílias chegantes. Todos colaboravam com este projeto que era o orgulho dos camponeses. "Nós orgulhava do projeto, do projeto de cada chegante ser logo atendido. Foi esse projeto que ensinou a gente o coletivo e a solidariedade com os outros. A prática é a escola dos camponês. Todo mundo trabalhava cada qual para si. Ninguém tinha empregado. Existia os mutirões que fazia para todos de comer mais os chegantes. Cada qual contribuía com os chegantes com uma galinha, um porco, um pouco de leite para as crianças, com semente e tudo que necessitasse na medida do possível. Até a casa nós ajudava construí., O objetivo era o homem, nós criamos o espírito comunitário, através da Associação" [37].

"Nós também criamos os grupos volantes que vigiava as entradas da região. E aprendemos a atirar e fazer guerrilha. A união foi tal que todos participavam para resguardar a região, os velhos, e as mulheres nas plantação e as crianças eram os olheiros que logo viam alguém suspeito corria pa

---

37 Depoimento de um camponês J (Espírita Kardecista).

ra contá. Toda essa organização partiu das bases da participação da maioria. Cada qual pagava a Associação o que podia, segundo suas posses, era assim, que esse fundo era gasto em benfeitoria para todos. Essa união nós construímos dia a dia e não foi fácil não, mas nós acreditava que a gente tinha direito de viver em paz" [38].

O papel da Associação foi de grande importância na condução das lutas, uma vez que conseguiu elaborar um plano eficiente de atendimento à toda a região em conflito.

Da ação da Associação resultou que:

1º - Organizaram-se 25 Conselhos de Córregos, que foram a base de sustentação de toda a programação e ação da resistência.

2º - A Associação transformou-se no órgão executivo das ações programadas, votadas e aprovadas nos Conselhos de Córrego.

3º - Organizaram-se diversos grupos volantes, cada qual responsável por setores diferentes da organização; (até mesmo essas equipes eram escolhidas democraticamente). Os principais grupos eram os de assentamento das famílias chegantes e os de vigilância.

O grupo de assentamento das famílias chegantes ficava responsável pela implantação das famílias, que eram assistidas desde a escolha do local e tamanho da posse até a construção da moradia. Recebiam elas também assistência médica e alimentos até a primeira colheita e eram integradas a algum grupo de trabalho realizado na região.

---

38 Depoimento de um pequeno proprietário de terras.

O plano de assistência aos chegantes visava a pronta integração dos mesmos à luta pela terra desenvolvida na região, com o intuito de consolidar-se a resistência dos posseiros. Esse plano evitava que os camponeses chegantes e sem experiência e conhecimento fossem aliciados pelos grileiros, quer pela coação, quer pelo suborno. Dessa forma, a cisão entre os próprios posseiros era combatida.

O grupo de vigilância era formado por vários pequenos grupos volantes armados que foram de importância fundamental, pois guardavam as entradas da região de Formoso e Trombas e conseguiam barrar a entrada dos grileiros o tempo suficiente para que o Conselho de Córrego mais próximo se organizasse e entrasse em ação.

4º - Criou-se um sistema rápido de informação, que de boca em boca ia transmitindo os principais acontecimentos aos camponeses de tal forma que uma determinada resolução segundo depoimentos chegava a todas as bases em 48 horas.

5º - Participaram também da resistência as mulheres, crianças e velhos que, em tempos de luta, eram responsáveis por todas as plantações e o suprimento de alimentos aos esconderijos onde se praticava a guerrilha. As crianças ajudavam a vigiar os locais de trabalho no campo e nas estradas, eram os olheiros que, diante de qualquer fato estranho ou pessoa desconhecida, corriam imediatamente a comunicar ao Conselho de Córrego mais próximo.

6º - Criou-se em cada Conselho de Córrego um grupo destinado a averiguar as intenções dos desconhecidos e, quando necessário, expulsá-los.

7º - Via de regra os homens engajados na causa aprenderam a manejar armas. O treinamento era feito em cada

Conselho de Córrego. E com o conhecimento da região, as emboscadas eram planejadas em pontos estratégicos. Estabeleceu-se a prática de somente combater os grileiros quando estes entrassem na região das posses e apenas em caráter de defesa, nunca de agressão.

Apesar de toda esta organização, a região era muito grande e tinha muitas entradas, às vezes desconhecidas. A região dos conflitos inicialmente era controlada com inúmeras dificuldades. Os camponeses, acostumados a lidar somente na terra, muitas vezes descuidavam-se de seus postos, deixando penetrar jagunços e a polícia. Somente a partir de 1957, após 3 anos de intensa luta e aperfeiçoamento das estratégias, é que os posseiros conseguiram exercer um controle eficaz sobre a região em conflito.

3.4.3 - A LUTA ARMADA

Após um ano de trabalho, de meados de 1954 a meados de 1955, os posseiros de Formoso e Trombas achavam-se de certa forma organizados, conscientes de seus direitos e de que somente unindo todas as forças é que sobreviveriam.

O ano de 1955 iniciou-se com inúmeros mutirões organizados pelos Conselhos de Córregos referente a cada área, para promover o plantio e a colheita das roças.

O mutirão foi também a forma embrionária de treinamento da organização dos posseiros, na tentativa de se protegerem da agressão dos grileiros. Embora anteriores a 1955, é

a partir de então que se intensificam, porque os grileiros, em abril daquele ano, 1955, iniciaram uma grande ofensiva na região, obrigando os posseiros com ameaças de morte, a assinarem a desistência de suas posses. Por exemplo, na região de Coqueiro de Galho, dos 18 posseiros de um córrego, 10 já haviam assinado a desistência de suas posses sob ameaça dos revólveres dos jagunços. O método utilizado pelos grileiros consistia em chegar numa caravana fortemente armada quando o camponês estava se levantando ou quando estava dormindo. Invadiam a palhoça que na maioria das vezes nem porta tinha, encostavam o revólver na cabeça do camponês ou de sua mulher e exigiam a assinatura da desistência da posse. A maioria não sabia escrever, então molhava o dedo em tinta e colocava a marca do polegar no papel. Os grileiros davam 24 horas para os posseiros saírem da posse. A primeira reação a esse tipo de coação partiu do posseiro Nego Carreiro, como nos relatou um dos camponeses da região:

"Nego Carreiro era homem macho mesmo, sempre andou armado. E dizia que com tanta bala de grileiro, também havia de ter tanta bala de camponês.

Ele chegou à região de Formoso no ano de 1949, com toda sua família, irmãos, cunhados, etc. Tirou uma posse de 20 alqueires no córrego Manuel Gomes no Coqueiro de Galho.

Nos dois primeiros anos não teve qualquer problema, mas depois, "veio o Bonerge, Peroca, o juiz José da Veiga Jardim, o Cristiano Crispim em pessoa, exigindo o arrendo de 20%. Não mostraram documento, mas o arrendo o Nego teve que pagá, fazê o quê, a polícia é que vinha cobrar. As vezes vinha 10 homens entre jagunços e a polícia. E só uma arma, não faz fartura. Quando no começo de abril 10 posseiros

da área tinham assinado a desistência, o Nego logo foi dizendo que só assinava a sua, depois de morto. No dia 14 de abril de 1955, quando nós ia trabalhá no mutirão da nossa área apareceu o sargento Nelson e mais 10 homens armado. De fora da casa do Nego foram logo dizendo: "Hoje é a sua vez, ô Nego; não adianta sê macho e ter revólver, nós somos muitos". Nego não disse nada, pegou a arma e, bom de tiro como era, acertou o sargento na testa. A confusão foi geral, os posseiros sem prática de arma e de luta correram junto com os grileiros para o primeiro capão de mata próximo. E o Nego, que ia dar um jeito bom mesmo nos cabra dos grileiros, não pôde fazê nada, porque se atirasse mais, podia matar também os companheiros, que se misturavam aos grileiros na confusão. Por essa aí dá prá ver, como é difícil fazer uma resistência, a falta de prática, dá tudo errado. E a gente só aprende resistir à luta é fazendo a luta. A gente perde o medo da morte.

O corpo do sargento ficou estirado no chão, os grileiros foram embora buscar reforço, nem o corpo pegaram, porque foi a primeira vez que camponês pôs bala aonde só saía bala. Daí, eles ficaram com medo e foram embora, sabendo que dos 18 posseiros, só o Nego tinha arma. Covardia, assim nunca vi.

Ao anoitecer "o Nego Carreiro" desceu para a casa do Manequinho no Córrego Sucuri, onde existia a organização de um outro mutirão. Foi tirar resolução com os companheiros. A notícia corria solta. Muito nego apavorado teve até de medo doença. Sabe né, dor de barriga. Uns outro vomitava, pensando no estrago que os grileiros iam fazer na região de represália. Era uma confusão, camponês não tava acostumado

ver grileiro morto, mas, via sempre camponês morto. Isso é que não dava prá entender. A confusão era geral. Não fosse o líder de cabeça a dizer as ordens, não sei não. A gente sabe que tinha muito cabra macho, mas luta com grileiro de enxada, não dá. A resolução foi tomada de reforçar todas as entradas da região. Reforçar prá valer, num instante todo mundo compreendeu que ou lutava ou morria e cada qual caçou logo o que fazer" [39].

"No dia seguinte o Peroca veio com reforço: um caminhão de jagunço e polícia. A irmã do Sargento Nelson veio fardada jurando vingança, dizendo "que Nego era homem morto". Como sempre os grileiros tava sempre subestimando nossas forças e a nossa coragem. Na entrada da região de Coqueiro de Galho, começaram a assular os posseiros com palavrões achando que a gente não ia revidar e ia morrer quieto, igual cachorro. Quando eles passaram o mata-burro atirando, nós acertamos o Peroca no pescoço e ferimos muitos soldados, após 10 minutos de troca de tiro, eles já tinha voltado prá trás. Ninguém pensava que nós tava emboscado na entrada e tudo tava bem guardado mesmo. A tentativa de vingança e de retirar o corpo do sargento Nelson fracassou. Em 5 anos, que camponês era derrotado era a primeira vez que eles recebia o troco.

Nós ficamos escondidos nas matas perto das entradas da região. O corpo do Sargento Nelson ficou no tempo 3 dias coberto com o couro de boi. Ele ficou horrível mesmo, igual às feiúras que ele fazia na região. Mas, nós era justo e demo todo apoio à mulher do sargento e aos filhos. Colhemo toda roça prá ela. No terceiro dia os grileiros escreveram

---

[39] Depoimento do camponês H.

ao Zé Porfírio pedindo licença para entrar e trazer o corpo. A licença foi concedida, só para tirar o corpo e o caminhão do Joaquim Ceará foi requisitado pela polícia para entrar no Coqueiro de Galho. Mas o Porfírio, é como a gente dizia, não devia ter dado permissão de nada, porque, com essa de retirar o corpo a polícia entrou escondida na região" [40].

" A polícia com 10 homens, sabendo que todos os posseiros estavam escondidos foram direto pra casa do Nego Carreiro. A mulher do Nego, D. Ita, era a responsável pelo suprimento dos esconderijos daquele dia. Ela estava fazendo passoca. A polícia chegou batendo nos cinco filhos. Quando entraram foram logo pegando a panela e dizendo "é muita comida prá pouca gente da casa, você vai contar aonde ia levar a comida, porque essa nós é que vamos comer. Os policiais foram chegando e enfiando a mão na panela. A Ita era bem mulher do Nego, passou a mão na panela e jogo a passoca toda no chão e foi logo dizendo: que era melhor jogar tudo fora do que os cachorros do governo comer". Foi agarrada, espancada, despida e torturada de todo jeito na frente dos 5 filhos. As crianças avançaram nos policiais que deixaram todos na casa desmaiados. A tortura começou às 9 horas da manhã e terminou às 3 horas do outro dia. Eles torturavam para que a Ita contasse o esconderijo dos homens. Arrancaram todas as unhas da Ita, ela ficou uma poça de sangue e roxo, os meninos fazia pena vê. Só foram embora porque pensavam que ela estava morta. Ela não contou nada, e como estava de barriga de 5 mês, perdeu o menino. Mas a polícia não parou aí. Sabendo que os homens tavam no mato aproveitaram mesmo.

Iniciaram uma onda terrível de repressão procurando

---

[40] Depoimento de Geraldo Marques.

os líderes do movimento.

As casas foram queimadas, as famílias expulsas de suas posses, crianças e mulheres torturadas. Cerca de nove mulheres no Coqueiro de Galho abortaram, devido aos maus trato. Antes deles queimarem as casas eles chegava de caminhão e carregavam tudo que tinha dentro das casas depois botava fogo. Carregava, tudo mesmo, até as roupas da gente" [41].

"A região de Formoso e Trombas conheceu o terror. Tem até uma história de uma mulher que ficou cega e perdeu o marido, e foi embrenhando no mato com os filhos em escadinha, ela morreu de dor, e de tanto andar e se machucar no mato. Essa história não é nem bom lembrar" [42].

"Foram 5 meses de horror, só quem viveu é que sabe, o que é a dor de ver as filha da gente desonrada publicamente e ainda por polícia" [43].

"Mas uma coisa os grileiro e a polícia não contava foi com a nossa união, mulher, nem menino, nem velho amoleceu, ninguém contou onde era os esconderijos" [44].

"No final do ano de 1955 os grileiros conseguiram expulsar mais 52 famílias da região de Coqueiro de Galho, que fizeram sair com a roupa do corpo. Colocando no lugar 52 famílias de crentes para grilar as terras para êles. Vê o que é camponês sem consciência.

---

41 Depoimento do Camponês H2.

42 Depoimento do Camponês J.

43 Depoimento do Camponês L.

44 Depoimento do camponês M.

A região foi tão destruída, e a fome era tão grande que no início de 1956 os camponeses estavam desesperados. Os camponeses já haviam perdido a esperança. Ai, o Partido resolveu fazer juntamente com a UDN uma campanha a nível Nacional, pela imprensa, divulgando o que era a repressão em Formoso. O jornal Diário de Notícia, do Sr. Alfredo Nasser, fez uma reportagem completa sobre a destruição da região, de tal forma que despertou a opinião pública dos grandes centros urbanos do país.

Em decorrência da campanha nacional de denúncia feita pela imprensa, sobre a destruição da região pela polícia e jagunços, acorreram a Formoso repórteres de jornais importantes como "A Folha de São Paulo", "Manchete" e "O Cruzeiro". Entretanto, as principais denúncias foram feitas pelo Jornal "Diário de Notícias", depois "Cinco de Março", atualmente "Diário da Manhã", um dos jornais de oposição ao PSD na época, do Estado de Goiás" [45].

Com as notícias publicadas nacionalmente e as graves acusações de políticos e parlamentares, os grileiros diminuíram a ofensiva, no dizer do camponês Geraldo Marques. Entretanto, os grileiros diziam que: "era preciso desmoralizar esse movimento de camponês e a tática tinha que ser outra, o importante era acabar com a subversão".

"Mas com o abrandamento da ofensiva dos grileiro, nós distribuímos impresso comunicando em toda região de que as famílias expulsas de suas posses deveriam voltar. Todas as famílias de posseiros estavam ali prá lutar junto. Se um perdia a posse todos estavam ameaçados. E num ato de coragem

---

45 Depoimento do Camponês X.

e para salvar a crença dos camponeses, Porfírio, Nego Carreiro, Ribeiro Soares e eu fomos de posse em posse recolocando as 52 famílias expulsas. As outras 52 famílias utilizadas pelos grileiros para grilar a terra prá eles foram consultadas. Se quizessem lutar junto com os posseiros podiam tirar posse dentro da região, nós ajudava em tudo. Agora aquelas, que não quizeram comportar como camponês e preferiram ficar do lado dos grileiros foram expulsas. Poucas famílias expulsas foram queixar-se aos grileiros que nada puderam fazer" [46].

"Essa história de posseiros foi o marco inicial de confiança e maior união. A vitória trouxe estímulo à luta. A partir desse fato, da volta das 52 famílias à suas posses de origem "os posseiros perderam o medo do comunismo e viram que comunismo é todos por um e um por todos, é a união" [47].

3.4.3.1 - O JUSTIÇAMENTO

Os grileiros planejaram a destruição da organização dos posseiros pela desmoralização do movimento, e, para tanto, contando com o auxílio da polícia, já no início de 1956 começaram a prender e torturar todo camponês que encontravam nos povoados.

Em um mês foram presas várias pessoas. Os posseiros não conseguiam identificar qual a causa das prisões. Des

---

[46] Depoimento de Geraldo Marques.

[47] Depoimento do Camponês O.

confiavam que a polícia tinha um bate-pau entre eles, mas quem? Eram tantos os camponeses.

"Passaram a prender até mesmo camponeses que não faziam parte da organização, aí, nós percebemos tudo. Os grileiros queriam provocar a desunião, porque um camponês torturado sem ter participado de nada ia ficar revoltado com a organização. E era isso que eles queriam fazer, a gente brigar entre a gente mesmo. Além do mais, muito nego bom da organização começou a ser preso, e nossos planos era sabido pela polícia de pronto. Tinha um dedo duro, mas saber quem era, tava aí a dificuldade.

Nessa época, um posseiro havia desaparecido e os vizinhos de posse dos dois lados deram parte à polícia. A polícia levou os vizinhos denunciantes do desaparecimento e acusou-os de assassinato para roubar. Mantiveram detidos os 2 vizinhos e suas mulheres. Foram muito torturados.

Ficaram dois dias amarrados a uma árvore de cabeça para baixo. Foram obrigados a comer fezes um do outro e a chupar os ossos dos mortos. Foram tão espancados que quando entregues à polícia de Uruaçu, foram soltos, porque o delegado não podia responder pelos fatos, tal o estado dos presos. As mulheres como sempre foram desrespeitadas e até o sargento anunciou que ia fazer elas passear nuas na cidade. Então até os rico da cidade ficaram indignados e foi todo mundo falar na cadeia que se isso acontecesse que a humilhação era demais, o povo de Formoso e Trombas ia invadir a cadeia. O sargento desistiu do passeio.

Essa arbitrariedade praticada pela polícia de prender e acusar inocentes de roubo tinha o seguinte objetivo: fazer com que os posseiros invadissem a cidade, soltassem os

presos e fossem acusados nacionalmente de um bando de subversivos, assassinos e ladrões, desmoralizando a nossa luta que era pela posse de terra" [48]. "Nós sabia da injustiça e dos horrores praticado contra os camponeses presos, mas não podia fazer nada, senão era brecha que eles queria para chamar o Exército e esmagá a gente. Eles queria que a gente entrasse na cidade, invadisse a cadeia e tirasse os presos. Ora, isso era terrorismo e a nossa luta era dentro dos direito e da legalidade, só defensiva" [49].

"Aproveitando que todo mundo tava preocupado com o que fazer para ajudar os camponeses presos, a polícia fez ataque relâmpago nas circunvizinhanças de Formoso e Trombas atacando camponeses, que nem tava organizado e nem fazia parte da região em conflito. Só para botar eles contra nós, dizendo que era o comunismo. Queimaram tudo, casa, roça, mantimento, tudo. Homens, mulheres e crianças foram torturados dentro de sua casa. Tudo indefeso, desarmado. Foi uma confusão e uma desesperança. E, ainda, prá tudo ficá difícil, todo plano da gente era descoberto. Aonde pegar dedo duro, se 2 mil homens participava da organização da região? Quem era o infiltrado da polícia? Até que um dia o dono da farmácia da Vila de Trombas, o Joaquim Alencar, deu um fora e nós ficamos de olho, e começamo a olhá com atenção. Depois com a certeza, nós reunimos os posseiros e tiramos decisão" [50].

---

48 Depoimento do Camponês 02.

49 Depoimento de Geraldo Marques.

50 Depoimento do Camponês Q.

"Juntos, mais de cem homens foram à vila, trouxeram-no para o meio da rua e, bem diante da farmácia, o fuzilaram. Foi um justiçamento público. O corpo do espião ficou enterrado lá mesmo, em Trombas" [51].

"Após o justiçamento do Joaquim Alencar o plano de desmoralização da organização acabou e veio mesmo foi a repressão. Daí, a gente que tinha acabado de construir nossa casa já umas 3 vezes, os mutirão já pronto prá colher, foi tudo queimado. O único lugar seguro era o mato. Todo mundo: velho, mulher, criança, os homens foram pro mato. Comendo só bago de feijão e tomando água de côco. Foi a pior época, tudo queimado. A gente nem vai falar mais como isso acontecia, nem dos espancamento , nem aborto de mulher, nem dos desrespeito aos velhos e às mulheres e nem também que a gente tava de novo, sem nadinha, nadinha" [52].

"Em represália nóis arreunimo e já partimo pro desespero mesmo, queimamo a fazenda do grileiro Cristiano César, sem dó" [53].

"O desespero era geral, porque a fome, só a gente é que sabe o que é, criança chorando, mulher, tudo de fome. Desde 1950 a gente tava nessa luta só procurando o sossego de trabalhá. Você já leu o livro "Terra de Sangue" que conta a história dos camponês, lá em Formoso era assim, lá

---

[51] MOVIMENTO (O).São Paulo,21 de Agosto de 1978,p.9. Estes acontecimentos ocorreram em 1956 segundo depoimento de vários camponeses.

[52] Depoimento do Camponês P.

[53] Depoimento do Camponês G.

era Terra de Sangue" [54].

54 Depoimento de Geraldo Marques.

3.4.4 - A BATALHA DE TATAIRA -

A violenta represália dos grileiros após o justiçamento de Joaquim de Alencartinha o intuito de aprisionar os principais líderes da região e expulsar os camponeses "revoltosos". "Como não conseguisse a polícia a prender ninguém de importância do movimento, eles planejaram achar todo mundo, usando as mulher, os velho e as crianças. Foram nos povoado de Formoso e Trombas e encheram na força dois caminhão de mulher, criança e velho. Pegava eles e amarravam nas carroceria por dentro. Aí os soldados montaram dentro e ficou igual uma muraia humana de proteção prá eles. Eles pensava que assim os campones vendo as mulher, as crianças e os velhos deles, ia ficar todo mundo quieto e deixar prender todo mundo em troca. Tipo assim de refém.

Trocava as mulher e as crianças e os velhos pelos líderes, entendeu?

Nós estava no piquete. Cada qual em grupo de 6 homens nas estrada da região. Quando nós vimo aquilo, qual era o recurso? Atirá, né?

O primeiro caminhão entrou, o outro quiz fazer retaguarda, veio de rastro, mas os menino já tava ensinado esta história e não caiu no cerco. Nós campones recuou. Com a escuridão e o medo, eles ficaram na entrada dando tiro um nos outro, se matando eles mesmo. Sabe, foi deserção em massa mes

mo.

Os camponês foram para o outro piquete. Eles não foram lá, porque era muito quente pra eles e nós estava em casa.

Aí, eles seguiram prá Formoso e largaram os caminhão tudo carregado de bala e fardo de carne com as mulheres e as crianças.

A rendição foi dos policia, eles ficaram desmoralizado. Porque elestinha 60 soldado tudo bem armado até de metralhadora e nós só pouca arma e de pontaria. Mas, nós sabia o que queria, eles não, era tudo mandado. Tem um caso, que a gente num entende. Lá existia uma bolsona, um cofre dos grileiro para contratar todo o serviço da polícia. Quando o pião ganhava 5 cruzeiros, os fazendeiros começou pagar os jagunço a 100 cruzeiros por dia. Mas teve deles que trabalhou só um dia. Não sei o que foi? eles não gostou do serviço. Na primeira curva eles desistia. E tem mais, com esse fracasso de Tataira, os polícia ferido e que morreram, a própria polícia consumiu com eles. Porque eles, podia contá o fracasso. Teve policial que de medo dos camponês e medo da policia chegou em Formoso só de sunga para não ser reconhecido. E ainda, mais, com esses acontecimentos estranho na região, aí os povos iludido com a polícia avoou no mundo. Era esses fazendeirinho que olhava a gente de rabo de olho, não era contra nem a favor. Quando veio esses acontecimento esquisito eles avoou no mundo deixando varal de carne que urubu comeu.

Agora era costume a bolsa de fazendeiro supri a polícia de fardo de carne. E nós tava na maior miséria. A gente tava perto e fomo buscá os fardo de carne, tava perto da nossa cozinha. Aí, surgiu a desconfiança de que a carne tava

envenenada prá nós. Eu disse: pode comê. Numa hora dessa eles tinha a idéia de envenenar o quê? Só as carça deles mesmo e fugí. Eu fui o primeiro a comê. Foi uma fartura. Todo mundo meteu a cara. Aí, a coisa engrossou e virou uma manilha prá nós; Imagina que chegou até 4 home de Niquelândia prá oferecê voluntário prá nós, na luta. Nós aceitamo. Prá colhê arroz. Arma a gente só dava prós nosso e de confiança. Podia sê e podia não sê, compreendeu? E ainda essa vitória foi tão positiva por que o povo que tava desorientado, nós mandava fazê os mutirão: E sabe que no ano de 1956, das luta mais aguda, nós não perdeu 20% de toda lavoura, tal a organização. Nós era caprichoso" [55].

"A batalha de Tataira ocorreu no Sapato. Tataira era o nome do corgo que passava. Foi de grande vantagem para nós, porque o tenente Pinto Sobrinho, comandante dos destacamento, caiu no mato dizendc que os posseiro tinha uma força incalculável, que todo soldado era pouco. E com essa da força incalculável que foram 6 homens e mais dois piquetes a frente com mais de 12 homens, todo mundo ficou com receio de entrar na região.

Aí a gente aproveitou, saiu dizendo que proibia a entrada de estranho, comerciante, grileiro, jagunço e soldado, e eles obedeceram por medo.

Aí, nós ficamo em trégua de maio de 1956 até fevereiro de 1957" [56].

---

55 Depoimento de Geraldo Marques

56 Depoimento do Camponês R.

3.5 - A TRÉGUA -

"Foi a primeira vez que nós comemorou uma vitória. Cada qual podia agora cuidá a sua terra, plantá e colhê. O sistema de multirão foi muito incentivado. E a traição tam bém. A traição era uma brincadeira que a gente tirava com os companheiros chegante ou em dificuldade, que por qualquer mo tivo não tava dando conta de tirar a produção para a famí lia. A traição era uma forma alegre e solidária de união dos posseiros. Era assim:

Chegavam umas 200 pessoas entre mulheres, homens e crianças. O traidor era aquele que convidava todo mundo para pregar uma peça no vizinho. O traidor organizava tudo com o auxílio dos convidados, alimentação, prato, garfo, faca, en xada, punha tudo no carro de boi e ia na casa do traído. Aí, então, a gente chegava, escondia o carro de boi com tudo, e começava a dizer que sem comida a gente não ia trabalhar não. Os homens se achegava e pedia café e brincava que visita ti nha que ser bem tratada. Então o dono da casa, o traído, fi cava naquela situação, não tinha nem pra ele, como é que ia dar de comer a 200 pessoas? Nós, buscava o carro de boi e fa zia o café da manhã. Metade das mulher ia cardar e fiar a lã, outra metade fazia a comida e olhava as crianças. Os homens dividia em turma, uns ia plantar, outros colher, outros con

sertar e fazer cerca, outros iam capiná o pasto. A gente fazia a traição no sábado e domingo. À tardinha todo mundo banhava no rio, acendia a fogueira e com muitas violas, a gente fazia o baile. Depois cada qual ia prá sua casa cantando. Quando o dono da casa colhesse e tivesse jeito, pagava tudo pro traidor" [57].

"A solidariedade que a gente organizou, foi tudo com a Associação e o Partido comunista, na trégua nós organizou ainda melhor a região. Acha que a gente ia pensar que tava tudo pronto? Não !

Nós tiramos decisão que posse só até 103 alqueire. Quanto mais perto do povoado tivesse a posse, só podia ser até 50 alqueires, quanto mais longe podia ser de 50 só até 103 alqueire. Tinha todo mundo que respeitá a resolução. A Associação mediava tudo isso.

Além do mais, cada dia chegava mais gente prá morar lá. Então todos os grupos continuou funcionando direitinho.

Nós aperfeiçoamos o sistema de vigilância. A gente não dormia no ponto.

O sistema de segurança era serviço de todo mundo, se quizesse sobreviver" [58].

"A Associação ficou forte mesmo. Só 10% de toda região que não contribuía com a Associação. Como as safras foram muito boa, o progresso da região, a fartura fez todo mundo ficá bem de vida. Ter o que quizesse comer. Arrumá a sua

---

57 Depoimento da Camponesa N.

58 Depoimento de Geraldo Marques.

casa um pouco melhor. Aumentá a produção de leite, galinha, porco. Cercá a terra. Então, quase todo mundo também deu muito de sua produção para a Associação, que votava o que fazer com o dinheiro".[59] "Como a Associação tava bem a gente planejou assim:

Em primeiro lugar tava o auxílio dos camponeses chegante; e depois as estradas, a escola, os remédio e médico. A união era tão grande lá no Formoso que, quando adoecia alguém, nós tinha um sistema que em 18 horas nós estava com o doente no hospital. Sabe como? Era assim, a gente botava o doente na rede e atravessava a rede com um tronco e saía de um Conselho no outro quatro homens na estrada já avisado do doente. Então 4 home carregava o doente até 2 kilometro, no máximo, já tava mais quatro para troca assim até chegá no hospital. Nós nunca perdia doente por falta de socorro, não" [60].

"Olha, nós concluiu que, desde que nós reagiu, as coisa voltou ao normal. Nós organizou a região de tal forma que a polícia e os grileiro não entrava.

Agora, nada foi espontâneo, a nossa luta e nossa vitória foi feita no trabalho constante de massa e de permanecermos sempre alerta sem guardar as armas.

Eu era mais treitero no problema da estratégia militar, ah! eu tinha muita malícia e desconfiança, pois para sobreviver tem que sê sempre organizado. Tudo organizado. E

---

59 Depoimento do Camponês J1.

60 Depoimento do Camponês S.

a nossa organização baseava na assistência direta a tudo referente a vida do camponês. A consciência de classe nasce na luta, na necessidade e depois tem de trabalhá nela, prá ficá cada vez mais melhorada. Isso nós não descuidava mesmo, toda oportunidade, nós mostrava as coisas como é que era" [61].

"As reunião dos conselhos continuou de 30 em 30 dias e do Conselho Geral de 60 em 60 dias. E a gente em uma hora areunia mil homens ármado, pra o que desse e viesse. Tal foi o trabalho nosso lá.

A fartura não veio trazer confusão como muita gente pensa, não. Camponês tem é que comê. Sem comê a gente dava conta. Agora então, com a fartura, a organização ficou como a gente esperava" [62].

---

61 Geraldo Marques, depoimento.

62 Depoimento do Camponês Z.

a nossa organização baseava na assistência direta a tudo referente a vida do camponês. A consciência de classe nasce na luta, na necessidade e depois tem de trabalhá nela, prá ficá cada vez mais melhorada. Isso nós não descuidava mesmo, toda oportunidade, nós mostrava as coisas como é que era" [61].

"As reunião dos conselhos continuou de 30 em 30 dias e do Conselho Geral de 60 em 60 dias. E a gente em uma hora areunia mil homens ármado, pra o que desse e viesse. Tal foi o trabalho nosso lá.

A fartura não veio trazer confusão como muita gente pensa, não. Camponês tem é que comê. Sem comê a gente dava conta. Agora então, com a fartura, a organização ficou como a gente esperava" [62].

---

61 Geraldo Marques, depoimento.

62 Depoimento do Camponês Z.

da, quem manda é o povo, o povo é quem exige da gente. Por isso, nós não nos conformamos com as ordens do Partido de apoiar as mentiras do dentista Dicson, agente e dono de toda confusão na região, com seus leva e traz de Formoso para a cúpula do Partido. O Partido em vez de nos apoiar ficou com o dentista que era dedo duro e entregava os camponêses ao capitão Agripino. Enquanto nós távamos lá na mata lutando e lutando anos após anos pelos nossos direito , então nós perguntamos, que Partido é esse que vê na prática tudo que nós fizemos e ainda apoia um dedo duro, que nunca pegou junto com a gente para nada?

Tanto é que o Partido não estava certo que me expulsou e eu continuei na luta porque o povo ficou comigo e o Partido não teve outro jeito senão ignorar o ato arbitrário que cometeu, pois não teve humildade de reconhecer o erro.

A direção do Partido não vive nunca e nem nada, com a direção inferior, por isso não entendeu nada do caso de Trombas. Se continuar sem um método de assistência com o organismo inferior, não vamos ter vida ativa. Ainda o Partido valoriza mais a influência de personalidade do sujeito intelectual no Partido, desprezando o camponês e operariado. Entretanto esses intelectuais todos na hora do vamos ver, eles correram todos, e nós ficamos até o fim com a ideologia do Partido, não com as regras do Partido.

Eu sou muito sectário e só com doce a gente não cria um partido. O Partido vai às bases ou nada feito. Nós, lá de Trombas, não consideramos o Partido de Goiás, porque eles nas horas mais necessárias não dava assistência. Estou falando isso para provar que camponês não é burro como se pensa, sempre quiseram passar a gente para trás, sem respei

tar as nossas decisões tiradas na base e votadas pela maioria dos camponeses. O fundamental era a organização dos camponeses não só para conseguir a posse da terra mas sim a nossa organização política que nunca foi levada a sério pela cúpula do partido. Nós, lá em Trombas, vencemos por causa do aperto e da solidariedade de classe, porque nós acreditamo que estava certo tudo que o Programa do Partido dizia.

E a partir daí, nós ficamos com os ensinamento do Partido, mas quem decidia as coisas lá em Formoso eram nós, os camponeses e os líder. Gente que nunca fez nada podia dar opinião, discutir, mas autoritarismo não. Isso, nós não aceitava mesmo. Agora, com o Partido Nacional nós tava bem, se eles não tava bem com a gente é porque não acreditava nos próprio ensinamento deles.

Olha, esses intelectual tudo conhecido aí, foi tudo dá palpite, lá no Formoso, não ficou um. Eles tinha dor de tudo. Pensa que é qualquê um que guenta fome, sujeira, pernilongo, cobra, gente toda sangrada de pancada, torturada. Isso, eles são bom é lá no asfalto. Aqui, nós somo analfabeto muitos direto mesmo, mas nós sabemo lutá e enfrentá a mata. Agora é engraçado, o cara da cidade, se tivesse que viver e comê do que planta, morria. Será então que do jeito que êles não entendem nada de roça, nós não entendemo de letra. Tá?

Eles deve é parar de ficar falando de camponês igual cachorro, porque nós somo útil mesmo. E chama a gente pra fazer justiça se nós não sabemos das coisas. Camponês é também desenvorvido sim. Tanto nós somo desenvorvido que, ninquêm fez no Brasil o que nós camponês fez em Formoso não, tudo baseado nos ensinamento do Partido. Então, quantos que di

zem ser de letra e nunca botou na prática esses ensinamento. Agora camponês, aprendeu, faz mesmo.

"Eu, o Preto Velho Soares, o Ribeiro e o Porfírio tiramos resolução com o povo de Formoso que na nossa luta, ninguém que não entrasse junto, vinha fazer autoridade, não. E foi assim que nós vencemos, tirando resolução votada por todo camponês da região. O coletivo acima de tudo, compreendeu? "[63]

---

63 Geraldo Marques. Depoimento.

3.7 - "E O GOVERNADOR TOMOU PROVIDÊNCIA" -

A revolta de Formoso e Trombas vinha inquietando as autoridades do Estado de Goiás, principalmente após a cobertura jornalística feita pela imprensa a nível nacional, com reportagens em que os camponeses denunciavam a opressão dos grileiros, cabos eleitorais do PSD, partido no poder desde a Revolução de 1930.

"O Jornal de Notícias" do Sr. Alfredo Nasser fez uma reportagem completa com fotografias e tudo da situação dos posseiros, mostrando a violência do governo, mancomunado com os grileiros. A opinião pública foi ganha e passou a se manifestar. Além do mais o que vinha agravar a situação do PSD é que quem tava defendendo os posseiros era a UDN. Partido este que vinha ganhando as eleições nas cidades. Então o Governador acusou o Alfredo Nasser de estar protegendo comunista. Ao que o Alfredo Nasser respondeu: "Que era muito bom que os comunistas estivessem defendendo essa causa, que era dever de todo homem honesto.

Nós homenageamo o Sr. Alfredo Nasser em nossa Associação porque ele foi justo e honesto com a nossa causa. Nas próximas eleições nós fechamo com a UDN que no parlamento e na imprensa só dava ganho de causa prá gente" [64].

"O Governador Juca Ludovico ficou dando entrevista

---

[64] Depoimento do Camponês 02.

no jornal deles, "O Popular", e outros, dizendo que ia resolver tudo a favor dos posseiros e que a região, já estava na calma, que ele tinha ordenado. Mas, olha sabe o que ele fez de verdade? Só a gente tando lá prá acreditá. Nós estava em trégua. Ele mandou o Major Silveira, o pavor de Goiás, montá Quartel General em Porangatu, à beira da BR Belém-Brasília. O Governador mandou invadir a região com avião e tudo. O plano era prender todas as mulheres e crianças e liquidar todos os homens. Essa era a solução que ia dá favorável aos posseiro. Pensa bem. Mas, como tudo é descoberto, a UDN e o Partido deu de cima dos jornais, as Associação de classe fez protesto, os estudante, e o Governador recuou. Sempre dizendo que tava tomando providência favorável aos posseiro".

"A providência que ele tomou saiu em manchete de jornal" [65].

"O GOVERNADOR OFERECE GARANTIA AOS AGRICULTORES DE FORMOSO"

"O Governador José Ludovico de Almeida nomeou o Capitão Agripino Dionísio Gualberto para exercer as funções de Delegado Especial, com sede em Formoso.

O intuito foi pacificar a família goiana naquela região assegurando melhor distribuição da justiça entre posseiros e agricultores daquela zona e proprietários de terras, no recebimento de seus arrendamentos.

O Governador do Estado de Goiás, no uso de suas atribuições legais, resolve, nos termos do Art. 10º da Lei

---

65 Depoimento da Camponesa Z.

nº 1.088. de 19 de agosto de 1955:

1 - Nomear o Capitão Agripino Dionísio Gualberto, para exercer as funções de Delegado Especial, com sede no Distrito de Formoso, Município de Amaro Leite, conferindo lhe as atribuições especiais de:

a) dar aos posseiros e a todos os agricultores da região as garantias necessárias a fim de que, de modo pacífico, procedam as colheitas de suas lavouras e continuem, sem perturbação, seus trabalhos agrícolas normais;

b) assegurar aos proprietários de terras o recebimento de seus arrendos, quando previamente contratados, e o livre exercício do direito de propriedade, inclusive nos casos de litígio, até que sobre estes se pronuncie a justiça.

2 - A Secretaria do Estado da Segurança Pública providenciará a formação do destacamento policial necessário, destinado a garantir ao Delegado Especial ora nomeado o desempenho de sua missão" [66].

Os camponeses afirmam que o Capitão Agripino não veio organizar a região mas tumultuá-la segundo o que se pode apreender dos depoimentos que se seguem:

"O Capitão Agripino, ao chegar em Formoso, nomeia um emissário, Manuel Antunes, para os primeiros contatos com os líderes da Associação. No dia seguinte ao primeiro encontro com a Associação, o Capitão Agripino veio pessoal

---

66 POPULAR (O) Goiânia, 10 de Março de 1957, p.1.

mente conversar com José Porfírio. Sua proposta era que a Associação entregasse os líderes comunistas em troca da legalização da terra. Como o Zé Porfírio não se manifestasse em contrário, só disse que a proposta do governo seria levada em Assembléia Geral e votada pelos camponeses, o capitão achou "que os matuto tava no saco". Logo passou um rádio para o Governador no acampamento que se encontrava próximo à BR-14, dizendo "que os matuto era tão ingênuo que, tirava base pelo seu líder José Porfírio, que parecia ter aceito a proposta sem discussão e que no dia seguinte, com o seu batalhão, entraria na região e desvastaria tudo. Entretanto, no dia seguinte, a resposta dos camponeses através da Associação representada pelo presidente José Porfírio foi a seguinte. "Senhor capitão queremos 30 agrimensores e não 30 soldado na região, nós não nos responsabilizamos se vocês entrarem, não garantiremo nada. Que fique bem claro que aqui dentro só vai marchá agrimensor". O capitão iniciou seu rosário de ameaça, dizendo que: a primeira providência que ia tomá se os líderes do movimento comunista não fosse entregue ia bombardear a região, que avião já tinha sido pedido ao governador e que esse estava disposto a colocar ponto final ao levante camponês. José Porfírio tava só com o capitão, mas deixou uma retaguarda, bem guardada por nós camponês. Despediram os dois, certo de que nem o governo, nem tão pouco nós, estava disposto a ceder" [67].

"Esse tal capitão logo encheu a região de pavor, mandou pedir reforço e mais 60 homens bem municiado foram chegando à região.

---

67 Depoimento do Camponês T.

Nós, camponeses, armamos cem piquetes e os princi pais líderes embrenharam na mata.

As entradas da região passaram a ser fortemente vi giada, deixamos nossas casas e família e partimo para forma ção de piquetes nos lugar estratégico" [68].

"A primeira medida do capitão foi visitar educada mente família por família na região e colocar que: o governo estava bem intencionado, só desejava ajudá os camponeses, que a legalização das terras, a favor dos posseiros era causa ga nha. Que por favor, que nós mulheres falasse com nossos ma rido a irem bater um papo com o capitão. Que êle estava ali a serviço para garantir os posseiros. Que os comunistas esta vam espalhando boatos falsos, a respeito das intenções do go verno porque o Partido comunista queria ficá com todas as terras dos posseiros.

Que o governo tinha consciência das injustiças so fridas pelos camponeses, praticadas pelos grileiros, mas que estava disposto a ouvir um por um de nós e delimitar as pos se e dar os títulos, mas precisava que os chefes de família se apresentasse para requerer as posses" [69].

"Muitas mulheres acreditaram na história da neces sidade do chefe de família ir pessoalmente requerer a posse da terra, chegando a convencer os seus maridos foragidos no mato e nos piquetes. Doze homens foram conversar com o capi tão Agripino, sendo presos imediatamente e muito, tortura dos. A notícia se espalhou na região. As mulheres desespera

---

[68] Depoimento do Camponês F.

[69] Depoimento da Camponesa N.

das, pois tinham convencido os maridos a conversar com o capitão e requerê a posse da terra, ficaram sem ter para quem reclamá. A justiça local era totalmente arbitrária, o Capitão não cumprira com sua palavra e a Associação havia avisado que os camponeses não fossem ter com o capitão, que era uma cilada.

A Associação tomou a medida de modificar os esconderijos e os piquetes, uma vez que, através de tortura um dos camponeses podia delatar a estratégia da luta" [70].

"A situação ficou tão complicada que o jeito foi tentar fazer uma campanha a nível nacional das verdadeiras intenções do governo na região. Com a prisão dos 12 camponeses o Capitão Agripino nada conseguiu de positivo, quanto a entrega dos principais líderes, passou a prender e a torturar, mulheres e crianças. Entretanto não conseguiu entrar na região. Tentou introduzir comerciantes de cereais para averiguar a real situação da região para poder entrar e arrazá-la. Quando da tentativa de entrar os caminhoneiros comerciantes de cereal na região nós mandamo bala e ordenamo que respeitasse as ordens da Associação, nós só aceitava entrar na região agrimensor" [71].

"Nos começou rechaçá a bala os caminhoneiros que era a última tentativa de entrar na região para ver as nossa posição. O Governo de Goiás apelou ao governo Federal. Entretanto o governo Federal não tomou nenhuma providência alegando ser problema do Estado de Goiás" [72].

---

[70] Depoimento do Camponês M.

[71] Depoimento de Geraldo Marques

[72] Depoimento do Camponês V.

O Capitão Agripino permaneceu por 6 meses na região, procurando por todos os meios e principalmente através da tortura conseguir informações para entrar nas áreas ocupadas pelos posseiros e prender os principais líderes do movimento, que eram José Porfírio, Geraldo Marques, Ribeiro e João Soares. A região sofreu um processo de devastação contínua segundo depoimento dos camponeses.

"Coqueiro de Galho, lugar de maior conflito, passou a ser revistada pela polícia, que carregava tudo que encontrava, desde mantimentos, pratos, roupas, talheres e as casas revistadas eram totalmente assaltadas e limpas pelos policiais. Mulheres foram estupradas, crianças espancadas, casas foram queimadas. As famílias em desespero fugiam para as matas com a roupa do corpo. Nada foi respeitado pela polícia do Sr. Governador José Ludovico de Almeida. A devastação da região foi total. A isso o Senhor Governador chamou de pacificação e justiça a favor dos posseiros. Entretanto a ofensiva nossa nas trincheiras foi de tal ordem que o Capitão Agripino foi obrigado a recuar em sua ofensiva. Passou à ameaçar que ia bombardear a região. Diante de tal ameaça e com toda a região devastada e aterrorizada pelos métodos empregados pelo Governo em sua pacificação, o Partido Comunista apelou à imprensa, a nível nacional. O primeiro Jornal a dar cobertura aos posseiros foi o "Diário de Notícias" do Sr. Alfredo Nasser, que, através de uma reportagem muito boa, mostrou a violência praticada pelo governo contra os posseiros, levantando a opinião pública. Os parlamentares exigiram explicações do governo e formou-se uma comissão de inquérito que tentou descer na região, mas apenas sobrevoou os lugares mais afetados pela repressão. A comissão foi impossibilitada de descer, tal era a situação que o governo havia dei

xado a região.

Até mesmo a acusação do governo de estar apenas procurando e fazendo guerra apenas aos comunistas não conveu a opinião pública nacional que, revoltada com as fotografias das reportagens sobre as arbitrariedades praticadas pelo governo, passou a escrever e telegrafar condenando a ação governamental.

Diante de tais fatos, o governo suspendeu a repressão policial e ordenou o aquartelamento dos soldados.

Após a retirada dos soldados no final de 1957 o governo mandou os agrimensores. Estes permaneceram na região por um mês, sendo chamados de volta à capital no início do ano de 1958. Os agrimensores não voltaram mais, pois era ano de campanha eleitoral e, como a região não aceitou apoiar o PSD, mas a UDN, através do líder Alfredo Nasser, a legalização das terras parou" [73]. O Governo do Sr. José Feliciano, do PSD, de 1959 a 1961, nada fez a favor da gente mas também não perseguiu ninguém. Os grileiros e jagunços, sem o apoio do governo, saíram da região, que permaneceu em calma por um período, de 1959 a 1964" [74].

"Nós saímos da última etapa da luta armada fortalecidos, acreditando cada vez mais na união e na própria força" [75].

---

73 Depoimento do Camponês R2.

74 Geraldo Marques.

75 Depoimento do Camponês L.

3.8 - O PERÍODO DE TENSÃO - 1958 a 1963 -

A partir de 1958, com a retirada do Capitão Agripino, a região de Formoso e Trombas, ficou em relativa paz. "A paz só não era assim muito grande, porque, vira e mexe, fazendeiro tava pagando camponês sem consciência, prá matá os nossos líder. Mas esse tempo foi de muito progresso político" [76].

"A nossa organização foi tal que os Conselho de Córrego ultrapassô a nossa região. Foi um tempo de muito diálogo. Líderes camponeses vinham de toda as região do Estado consultá com a gente. Pedia auxílio e explicação como fazê a resistência. O norte todo de Goiás e a divisa do Maranhão, tinha problema de grileiro. O Zé Porfírio, o Geraldão, o Ribeiro e o Preto Soares ficaram tudo conhecido nacionalmente. Vinha gente de todo lado consultá" [77].

"E as Associações cresceram, a gente ajudoù criá a do Rodovalho e Serra Grande. A gente não trabalhava só na terra da gente não, nós trabalhava em tudo que era prá fazer a união".

---

[76] Depoimento do Camponês I2.

[77] Camponês S2.

Os grileiros e o governo achava que com a retirada da polícia e os posseiro livre, ia tudo se desentender por causa de terra, já que tava muitos armado. Aí, então era preciso a mediação do Governo e aí sim os grileiros ia acabá com os posseiro. Só que desavença tão esperada não teve não. Porque camponês não é como fazendeiro não, que cada vez, quer mais terra. Nós quer mesmo é só um pedaço de terra que dá prá gente tratá da família e tê uma casinha, é só mesmo. Nós tivemo problema um ou outro sobre terra, mas a Associação mediava tudo muito bem. E os problema que a gente teve lá, não foi por causa de mais terra não, isso, claro, algum ou outro criadô de caso podia provocá. Mas era norma que todo mundo que entrava na região concordava, porque foi votado que mais perto do povoado era de 20 até 50 alqueire e mais longe de 50 a 103 alqueire. A gente sabe que quem quer mais que isso, tem idéia de fazendeiro" [78].

"Nessa época a região foi a maior fartura, nós passou a colher 390 mil saca de arroz, muito milho, feijão. A criação foi só crescendo. Uns camponês mais arremediado comprou pouco gado de leite, que já servia todo mundo.

A Associação começou uma iniciação de cooperativa que vendia prá gente; arame, sal, querosene, semente e ferramenta pelo preço do custo" [79].

"Nós fizemo um plano das coisa mais importante que a região precisava. Quando o prefeito foi eleito e era gente nossa, esse plano foi posto na prática com todo mundo ajudando. A gente construiu estrada, 2 grupo, ponte, arrumou

---

[78] Depoimento do Camponês R.2.

[79] Depoimento do Camponês A.

prá todo mundo podê vendê os produtos prá certos caminhoneiro que aceitava um preço bom. Nós começou a arrumá cada qual a sua casa com mais conforto, porque fartura a gente tinha muita, a terra era muito boa.

A Associação continuou incentivando todas as equipe e grupo de trabalho e todas as formas de solidariedade como os mutirão, a traição, o assentamento das família chegando e também a segurança. Mas, esse foi um tempo de muita discussão e esclarecimento sobre tudo de político.

A região foi dividida em três áreas: uma, a de Trombas, foi dirigida por mim (Geraldo Marques), a outra, de Coqueiro de Galho, pelo Ribeiro e, a de Formoso, ficou com o Soares. O Porfírio ficava tipo volante, porque era preciso dele em todas parte.

A entrada na região era livre prá qualquer camponês, mas, nós tinha a nossa rede de informação de tudo que se passava na região sobre 4 mil famílias e numa distância prá mais de 40 léguas. Tudo organizado e discutido .

Os Conselho de Córrego podia trabalhar sossegado e as reunião passou a ser forte e a política prá legalizar as terra, os problema de tudo, até de chamá padre, era providenciado pela Associação, depois de votado.

Todo mundo ficou bem, não tinha ninguém passando fome, era tudo só fartura.

Com essa fartura, a Associação tinha dinheiro da colaboração da maioria dos camponês e ela podia fazer tudo que era do possível na região.

Tinha muita gente que dizia que as Tromba era território livre e muitas coisas. Lá só era diferente é na vi

vência. Tudo que era jornal publicava sobre lá. Dizia muitas coisas, mas lá só tinha uma grande diferença, todo mundo era brasileiro e tratado igual de direito. Uma coisa que eles dizia era que Trombas era outro lugar, era uma nação, porque era diferente mesmo" [80].

Um dos jornais que muito escreveu sobre Formoso e Trombas foi o jornal de Anápolis [81].

A luta dos camponeses de Formoso e Trombas ganhou o apoio da opinião pública de Goiás, passando a ser alvo de interesse dos partidos políticos com o propósito de conseguir o apoio eleitoral dos camponeses. O PSD propõe um acordo com estes na tentativa de conseguir seu apoio eleitoral.

"Em 1960, o Mauro Borges era candidado prá Governador do PSD e mandou o Jorge Dourado prá falá com a gente, pedindo apoio.

Ele falou que o lema do Pedro Ludovico, o chefe político do PSD, era: "pros amigos tudo e pros inimigo nada".

Nós colocou que só tinha apoio se firmasse palavra de legalizar as terras. Ele foi embora consultá. Depois o próprio Mauro Borges veio se comprometer publicamente com os camponês. Foi uma festança, com muito discurso. Até o poeta camponês tirou verso:

Viva Formoso
Viva o Major Mauro
O futuro Governador do Estado

---

80 Geraldo Marques

81 Ver - ANÓPOLIS(O). Na Terra de Ninguém II. Anápolis. 1 de dezembro de 1957. p. 1.

"TROMBAS UMA NAÇÃO" - HAROLDO DUARTE

Existem na região habitada pelos posseiros dois povoados: Formoso e Trombas ou Vila Dourada, distantes um do outro cerca de 35 quilômetros.

Formoso, que fica mais próximo à estrada GO-13, apresenta um movimento comercial considerável e sua população é estimada em quase duas mil almas.

Trombas ou Vila Dourada, embora sem escolas, sem estradas e pontes e mais distante da margem da rodovia que no norte chamam de "Federal", é que é a capital daquilo lá.

Ainda que com menor número de habitantes (cerca de mil) é em Trombas que se localiza o estado-maior dos posseiros. É lá que reside José Porfírio, líder daquela gente, e seus lugares-tenentes.

Trombas é algo de diferente; é algo que não supúnhamos encontrar em Goiás; é algo nada parecido com os lugares que conhecemos comumente.

Em que pese a ausência de auxílio dos poderes públicos, Trombas é uma "nação". Lá não existem escolas, embora nas imediações e no povoado existam mais de quinhentas crianças em idade escolar. Lá não existem estradas e nem pontes, embora a produção de cereais seja grande. Lá não existe dono de terra, embora na região cerca de quatro mil famílias trabalhem esta mesma terra.

Mesmo faltando a assistência dos poderes públicos sob determinados aspectos, Trombas pode servir de lição a todo o Estado de Goiás.

Em se tratando de organização, Trombas é algo que deve ser visto e deve ser tomado por exemplo, para as demais localidades goianas.

Lá foi fundada a Associação dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Formoso, associação esta de auxílio e de defesa do posseiro. É essa entidade que supervisiona todos os assuntos referentes à região. Existe um conselho central da Associação, que funciona em Trombas e que supervisiona a ação de dezoito outros conselhos existentes em cada "córrego" (como dizem por lá).

A referida associação,enfim,é encarregada de tudo que diz respeito à segurança, ao trabalho e progresso dos posseiros. Para tanto, toda a região é mantida debaixo de severa fiscalização, com a finalidade de maior segurança dos trabalhadores e de manter um clima de paz e tranquilidade. Com referência ao progresso da região e maior facilidade de escoamento e beneficiamento da produção, a Associação está providenciando, agora, meios para a fundação de uma Cooperativa.

Quanto à organização, Trombas deixa tudo o que conhecíamos antes muitos furos abaixo. Só mesmo visitando aquele lugar e seu povo é que se pode aquilatar o que seja aquela região.

Trombas é outro Estado, não é bem Goiás.

Trombas é outra Nação, não é bem Brasil.

Para que tudo volte ao ritmo normal, muita coisa ainda deve ser feita pelos governos do Estado e da União.

E quando foi a eleição, os voto na região de cada urna, nunca teve mais que 2 voto contra. Na totalidade a gente fez a nossa parte. Quando ele tomou posse, enviou logo comissão de legalização das terras. O serviço de tudo de medição foi a Associação que fez. Dizia na região que até com dinheiro de galinha legalizava posse. Mas acontece que o Mauro fez política com a legalização, porque ele, só em 1963, começou desapropriá a "Fazenda da Onça" e depois veio o golpe e muitos posseiro' ficou sem o lote" [82].

"A divisão das terras foi uma vitória e foi feita por todos os camponeses, através de discussão nos Conselhos de Córrego e depois na Associação. Depois dessa vitória a gente teve uma maior ainda, que foi ver um camponês sê eleito deputado. O Zé Porfírio candidatou deputado pela classe, pelo PTB e PSP [83]. Ganhou longe, foi o deputado mais votado". Segundo o jornal O Movimento recebeu em 1962, 4.663 votos [84]. "O Zé Porfírio foi presidente de dois congressos de camponeses, o de 1962 em Goiás, e o de 1963 em Belo Horizonte" [85].

Pela primeira vez, na história do Brasil, um camponês saiu diretamente do trabalho do campo para ocupar uma cadeia do Legislativo de Goiás. Esse homem, José Porfírio, representava as aspirações do campesinato de Goiás que, a partir de 1950, inicia um processo de questionamento dos rumos imprimidos à economia nacional, que os excluía dos benefícios do crescimento econômico. O processo reivindicatório

---

82 Depoimento do Camponês F2.

83 Ver Jornal "MOVIMENTO O" op. cit. p. 8.

84 Ver. Idem, Ibidem, p. 9.

85 Camponês L2.

dos camponeses vai culminar com a quebra da aliança populista, isto é, com o secular processo de alianças e apoio a projetos econômicos e políticos da classe dominante. A quebra do pacto populista fica explícita não só com a eleição do camponês José Porfírio para Deputado Estadual, mas principalmente com a adoção da bandeira "Reforma Agrária Radical". O slogam "Reforma Agrária Radical" queria dizer reforma agrária na "Lei ou na marra", isto é, os camponeses estavam dispostos a lutar armados pelos seus direitos.

A adoção da bandeira "Reforma Agrária Radical", assumida por grande parte dos trabalhadores rurais de Goiás, foi da maior importância pois não foi um processo reivindicatório isolado, mas integrado ao processo reivindicatório a nível nacional e contava com experiências de lutas bem sucedidas como a de Formoso e Trombas.

A bandeira "Reforma Agrária Radical" nasceu do processo de discussão travado nacionalmente sobre as condições de vida dos trabalhadores rurais através dos Sindicatos Rurais, das Associações Rurais e das Ligas Camponesas. Nessas associações de classe os trabalhadores rurais, ao questionarem as condições de vida em que viviam, passaram a elaborar um novo projeto de desenvolvimento para o país, projeto este que tinha o objetivo de "dar terra a quem nela trabalhasse". Expressão desse movimento reivindicatório foi o primeiro Congresso Nacional dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas realizado a 17 de novembro de 1961 em Belo Horizonte. Esse Congresso foi fruto de intenso trabalho efetuado pelas associações de classe junto aos trabalhadores rurais e contou com a participação de 1.600 trabalhadores de norte a sul do país.

Os camponeses assim se expressaram quanto aos objetivos a serem atingidos:

"A Reforma Agrária pela qual lutamos tem como objetivo fundamental a completa liquidação do monopólio da terra exercido pelo latifúndio, sustentáculo das relações antieconômicas e anti-sociais que predominam no campo e que, são o principal entrave ao livre e próspero desenvolvimento do país" [86]. Esses objetivos foram defendidos também pelo então deputado José Porfírio e 80 associações de classe de origens diversas que, em 1963, realizaram o Primeiro Encontro dos Trabalhadores Rurais de Goiás, de 25 a 27 de novembro. O Primeiro Encontro Estadual dos camponeses de Goiás contou com 1.300 delegados, 144 operários, 180 estudantes e veio reafirmar os objetivos já estabelecidos a nível nacional, como deixa claro Nestor Veras em seu artigo "O Primeiro Encontro Camponês de Goiânia".

"O encontro foi uma resolução das Associações Camponesas e dos Sindicatos Rurais tendo sido convocado por todas as entidades do campo, dos operários, dos estudantes, de bairros e femininas. Assim é que estiveram presentes 23 sindicatos dos Trabalhadores Autônomos Rurais, 20 Associações de Lavradores e Trabalhadores Agrícolas de Goiás, 16 Sindicatos de Operários da Indústria, 5 Entidades Estudantis, 5 Entidades de Bairro, 2 Associações Femininas, 2 Federações: a dos camponeses e dos operários da indústria. A C.G.T. de Goiás e vários Sindicatos e Associações Camponesas de Brasília, num total de 80 organizações" [87].

---

[86] RUMOS, Novos - Nov. de 1961. nº 148 p. 3.

[87] VERAS, Nestor. "O Primeiro Encontro Camponês de Goiânia" In Revista Brasileira nº 58 Nov/Dez, 1963. p. 94-98.

Estiveram presentes ao encontro as seguintes autoridades: "O governador Mauro Borges, o vice-governador Deputado Federal Rezende Monteiro, o Sr. João Pinheiro Neto, Presidente da SUPRA e representante do Presidente da República, Sr. João Goulart"[88].

Os seus objetivos principais foram:

a) Tornar mais eficiente a organização dos trabalhadores através do fortalecimento da "Aliança operário-camponesa para barrar a ofensiva dos latifundiários e grileiros que, organizados, expulsavam os camponeses de suas terras através da polícia e dos jagunços, na Taquara, na Canjica, em Alvorada, em Jussara e em outros lugares" [89].

b) Lutar por uma "Reforma Agrária Radical na lei ou na marra" isto é uma reforma agrária sem subterfúgios como programas de colonização, de combinados, cooperativismo ou qualquer outro ismo, que no fundo têm a função de fazer o camponês trabalhar para terceiros" [90].

c) Discutir a questão, que foi no final aprovada, da necessidade "urgente de se conseguir um Governo mais nacionalista e democrático em que participem os trabalhadores" [91].

---

88 Ver, Idem Ibidem, p. 95.

89 Ver, Idem Ibidem, p. 96.

90 Idem, Ibidem, p. 96.

91 Idem, Ibidem, p. 96.

d) discutir a questão da necessidade de legalização do Partido Comunista, "por ser este o único que realmente é fiel aos objetivos de luta dos camponeses e operários" [92].

Esse encontro constituiu uma grande vitória para os trabalhadores rurais de Goiás, uma vez que puderam discutir e traçar uma estratégia política sobre como lutarem por seus objetivos a nível Estadual, em consonância com os objetivos traçados a nível nacional no I Congresso dos Trabalhadores Rurais. Segundo as conclusões desse encontro, a qualidade dessa vitória foi ainda maior se levarmos em conta que o Estado de Goiás sempre foi definido como o Estado dos fazendeiros e oligarquias, cujo poder público sempre havia sido manipulado por eles, segundo os seus únicos e exclusivos interesses. A posição de classe consciente e ciosa da necessidade de lutar por uma "Reforma Agrária Radical" orientou do início ao fim o encontro de 3.000 pessoas [93].

A defesa e a luta pela consecução dos objetivos acima explicitados, após 1964, ocasionaram a cassação política e a prisão de vários líderes, entre eles José Porfírio de Souza, por defenderem o ideal "de se dar terra a quem nela trabalha".

"Porfírio foi preso no início do ano de 1971, no

---

92 Idem, Ibidem, p. 96

93 Todos os dados sobre o 1º Encontro dos Camponeses de Goiás foram tirados de: VERAS, Nestor. Art. cit. p. 94, 98.

Maranhão, na fazenda Riachão, município de Angelical" [94]. Em 1973, depois de responder a processo e ser muito torturado, José Porfírio, foi solto. Atualmente encontra-se desaparecido. Para os camponeses de Formoso, o desaparecimento de José Porfírio "não foi novidade, eles ia matá mesmo, porque acha que eles ia aguentá camponês deputado? Isso é só pra rico".

---

[94] MOVIMENTO (O), Art. cit. p. 9.

3.9 - E A PAZ ACABOU -

O ano de 1964 representa uma ruptura no processo de conciliação estabelecido entre o Estado Populista e as classes subalternas, principalmente no campo.

O novo quadro caracterizar-se-á marcadamente pela repressão e pelo desmantelamento das organizações camponesas, segundo depoimento de vários militantes camponeses, a radiografia de Goiás após 1964 é esta:

"Com o golpe de 1964, o próprio Mauro Borges que aderiu deixou descê o Exército que chegou prendendo, batendo, torturando e desmoralizando nossos líder. Nós ficamo calado sem concordá com nada e sem aceitá a situação. Mais calado porque contra todo o Exército a gente não podia. Quando eles chegaram os líder já tinha ido embora . Porque a 18 de abril os principal líder reuniram com os camponês prá tirar resoluções. Duas proposta foi apresentada: uma de ficá e resistir até morrê todos os home, era a do Zé Porfírio; a outra era dos líder ir prá fora, se retirá os líder, porque nós não podia resisti mesmo, mas se no Brasil inteiro tivesse resistência, aí sim, porque só nós resistindo ia ser esmagado? Foi uma noite muito cheia de discussão. Quando foi votada, a retirada ganhou, porque nós não queria morte em vão.

O Zé Porfírio ficou muito chateado. Ele queria e

achava que se nós resistisse outros iam resistí. Os líder dividem em 3 grupos, cada qual sem saber prá onde os outro ia e foram embora" [95].

"Aí começou tudo de novo, os grileiro que apoiô a revolução, não respeitou nada e todo o progresso foi embora, começou a fome, a tortura e as prisão, até que em 1971 o Porfírio foi achado. E depois eles fizeram uma operação, num dia só, a do Corpo de Deus, e prendeu todo mundo, mais de 50 pessoas, menos o Soares, em 1972, no PIC, lá em Brasília. Tem um ditado aqui na região que quem já foi lá no PIC e disse que não foi torturado é mentiroso" [96].

"A maioria do pessoal foi solto, mas o Zé Porfírio, o Tibúrcio, o Ribeiro, o Geraldo Marques e o Bartu ficaram lá" [97].

"Nós fomo torturado de todo jeito, pau-de-arara, choque elétrico, queimado de ponta de cigarro e tortura psicológica também.

Os principal torturador foram o Coronel Ari, porque ele era responsável do processo, e os subalterno foram o Capitão Madruga, que era especial na tortura, o Sargento Artur e o Vasconcelos, os cabo Torezam e o Dionízio. Nós fomo solto depois de muito cacete, mas o Zé Porfírio desapareceu" [98].

---

95 Depoimento do Camponês S.

96 Depoimento do Camponês T.

97 Geraldo Marques.

98 Geraldo Marques.

"Apesar de 64 e tudo que veio depois, a nossa luta nós entendemos assim que nós nunca vamos esquecê a união. Que nós estamo calado, porque ainda não pode fazê nada, só uma coisa, não ajudá eles (o governo). Mas nós aprendemos a lição, o coletivo, e vimo que não é a terra que importa, é o sistema de ter a terra. Porque depois que acabou a Associação a maioria dos camponeses teve que ir embora, porque acabou o mato, a terra só servia para gado e nós tivemos que ir por falta de recurso de recuperá a terra e pela repressão" [99].

"A Associação trouxe benefício para região em tudo. A Associação era comunista, quando ela chegou poucos home governava a região, e quando ela acabou, o coletivo governava a região, a maioria.

O Zé Porfírio, tá doido, é o maior líder e amigo de todo mundo. E o Geraldo Marques era o home mais forte da Associação, ele era capaz de agí.

Sabe por que a Associação foi boa? Porque no Formoso e nas Trombas não tem home nenhum com 4 ou 5 mil alquere de terra não" [100].

"Olha, a Associação trouxe mais apoio que a Arena. A Arena não fez nada prá nós e os comunista pregava era o benefício de todos e se tivesse enxada tinha direito em um pedaço de terra. Quando que a Arena fez isso? [101].

---

99 Camponês W.

100 Ex jagunço dos fazendeiros U2.

101 Camponês V2.

Não tem comparação antes com a Associação e agora. Antes era muito melhor que os tempos de agora" [102].

"Nós, posseiro, consideramo a revolução de 31 de março como derrota dos interesse dos camponês do Brasil" [103].

"A Associação organizou todo mundo, era muito eficiente. No período de paz isso foi a maior fartura do povo de Goiás, prá nos e prá exportá. Depois que acabou a Associação a fartura ficou pouca. Os posseiro foram saindo por causa da falta de apoio ao pequeno produtô. Hoje a região é só de gente rica quase. Pois, só o rico pode mecanizá a lavoura. O preço do cereal, não dá pra viver, só o grande pode resistí, pois não toca lavoura, tem mais é gado.

Antigamente a união era maior, hoje tá todo mundo desfacelado, a maioria foi embora e o grande fazendeiro é que é dono da região.

Uma hora dessa, antigamente, à noite, era só caminhão de arroz um em fila do outro, uma rua inteira e atravessada.

O povo acha que antes da revolução a vida era melhor devido à Associação e hoje não, mas eu acho que a Revolução ajudou o progresso das estrada, trouxe o desenvolvimento. O Governo da Revolução trouxe o maior conforto para o município, mas o povo não enxerga isso, não concorda.

A Associação era mais uma contradição com os grande e a revolução fez tudo isso, porque entrou o grande fa

---

102 Camponês X2.

103 Camponês Y2.

zendeiro, por isso veio o progresso, e o pequeno não concorda, porque não foi feito prá ele e teve que saí da região.

Hoje, já não existe o pequeno quase, foi embora pro norte, procurá vida melhor, terra de mato" [104].

"Nós lá em Trombas vencemos por causa do aperto que nós estamos e precisamos vencer. Foi lá no Formoso que eu aprendi a servir os outros. Nós temos que ser uns pelos outros. E é na luta que nós aprendemos o que é viver.

Eles (os comunistas) deram o direito de cada qual ter condição de poder comer, e dar o que a família necessitava, esse foi o objetivo que nós tínhamos e conseguimos através da Associação e do Partido Comunista que nos deu essa oportunidade.

O que eu aprendi nas Trombas eu jamais me esquecerei. Cada qual lutar por si e por todos, cada qual poder se manter e alimentar isso ou aquilo, isto é,satisfazer nossas necessidades de poder comer isso ou aquilo é o mais importante da vida para nós.

Por causa da solidariedade que nós aprendemos lá, o comunismo para nós se tornou uma meta, uma vez que nós vivemos no sistema capitalista a solidariedade apenas possível. A Associação, os comunista e só uma organização comunista é capaz de fazer o que nós fizemos em Trombas e que é o certo.

Eu no começo não entendia nada de união. Mas, como eu era espírita e comecei a ler o livro de Alan Kardec que

---

104 Depoimento de um médio fazendeiro da região.

dizia união e fraternidade, eu comecei a enxergar as coisas. Logo eu fui entendendo tudo melhor.

Foi aí que eu entrei para a Associação e entendi que nada nasce espontaneamente, toda resistência política tem que ser organizada . Mas só os comunistas ensinam a organização, a política, e estão com gente. Por isso nós conseguimos vencer, pela organização política comunista, pelo ideal acreditado por todos"[105].

---

105 Depoimento do Camponês Z.

CONCLUSÃO

O caráter violento que assumem determinados conflitos sociais no campo reside no confronto entre duas concepções diferentes do desenvolvimento da agricultura brasileira, uma, a dos representantes do capital e, a outra, a dos trabalhadores rurais, concepções que, por sua vez, pressupõem "concepções diferentes da propriedade da terra e do trabalho" [1].

A forma de subordinação da agricultura ao capital existente no Brasil, tem levado, necessariamente, à superexploração dos trabalhadores rurais. Esta superexploração está ligada à necessidade que o setor agrícola tem de comprimir ao máximo os preços de produção, determinados à sua revelia, para garantir o lucro. Ora, isto só é possível com a redução do capital constante e do capital variável. Por um lado, a redução do capital constante tem impulsionado o crescimento extensivo da agricultura, via de regra através de grandes propriedades, muitas vezes fechando o acesso a terra aos camponeses, até mesmo em áreas fora da fronteira econômica. Por outro lado, a redução do capital variável tem levado à fixação dos salários na agricultura abaixo do nível de subsistência dos trabalhadores rurais, o que agrava as suas já péssimas condições de vida. Tudo isto caracteriza uma situação de superexploração.

---

[1] WANDERLEY, Maria Nazareth. B. O Camponês: Um trabalhador para o capital. op. cit. p. 82.

A falta de consciência e organização dessa categoria de trabalhadores, os camponêses, faz com que eles acreditem que a posse da terra, ou a propriedade jurídica da terra, poderiam no capitalismo, concretizar o seu tão sonhado projeto de autonomia. Entretanto, a posse da terra, ou mesmo o título jurídico da Terra, apenas vêm assegurar garantia de emprego, em outras palavras, vem assegurar a subsistência desses trabalhadores, uma vez que são apenas trabalhadores para o capital, isto é, uma das modalidades de força-de-trabalho no capitalismo.

O próprio processo de migração em busca de novas terras, visto pelo trabalhador rural como uma maneira de concretizar o seu projeto de autonomia, também nada mais é do que outra ação do capital, porque a migração decorre da impossibilidade do sistema capitalista de absorver toda força de-trabalho disponível, pois uma das suas leis é a constituição de um exército de reserva de trabalhadores. Portanto, as migrações são decorrência da ação do capital, e não de um projeto de autonomia dos camponêses. Entretanto, a partir do momento em que o trabalhador rural passa a compreender que o sistema capitalista é um sistema de exploração, e explora todos os trabalhadores independente de serem eles trabalhadores urbanos ou rurais, passa também a ter uma nova concepção da propriedade da terra e do trabalho. Essa nova concepção vai traduzir-se num novo projeto de desenvolvimento da agricultura para o Brasil que historicamente começa a se esboçar a partir de 1950.

Após 1950, os trabalhadores rurais integram-se à luta dos demais trabalhadores na busca de melhores condições de vida e de trabalho.

A luta dos trabalhadores rurais, teve por base duas principais reivindicações: a primeira visava o acesso à terra para quem nela trabalhasse ou desejasse trabalhar, e a segunda visava a conquista de condições para os trabalhadores usufruírem os frutos do seu trabalho. A organização dos trabalhadores em Sindicatos, Associações e Ligas Camponêsas buscava a realização do projeto de "Reforma Agrária Radical".

A luta pela posse da terra em Formoso e Trombas insere-se no contexto destas reivindicações a nível nacional. No entanto, tornou-se um fato histórico de singular importância na medida em que de uma luta pela posse da terra, num primeiro momento restrita unicamente ao âmbito de reivindicações puramente econômicas e espontaneístas, chegou a conquistar um elevado nível de organização política.

O movimento camponês de "Formoso e Trombas" até 1954 restringiu-se ao espontaneísmo e aos limites da legalidade, apenas como uma luta pela legalização das terras ocupadas pelos camponêses. Essa tentativa limitou-se a idas a Goiânia, com o intuíto de sensibilizar as autoridades para que a lei fosse cumprida, uma vez que as terras ocupadas pelos camponêses eram comprovadamente devolutas e deveriam pertencer, portanto, aos reais ocupantes da terra, os camponêses . Esta primeira fase embrionária do movimento foi totalmente ineficaz para a resolução do problema da legalização da posse da terra porque o Estado, procurado como mediador entre camponeses e grileiros, posicionou-se a favor dos segundos. Entretanto esse período de 1950 a 1954 foi de fundamental importância na medida em que os camponeses chegaram, com a sua vivência, a entender o que é o Estado e o que são as leis,

como pode depreender-se da afirmação de vários deles. "O período da legalidade ensinou a gente muito bem, sabe porque? a gente ficou sabendo direitinho quem é o Estado e a lei também. Daí em frente a gente pensou que era mió morrê lutando, do que morrê de fome, ou como cachorro pelas balas dos grileiro".

Em 1954, após o término do período denominado pelos camponeses de "legalidade", começaram a chegar os primeiros quadros do Partido Comunista Brasileiro em Formoso e Trombas, com o objetivo de organizar a resistência dos camponeses, formar novos quadros e fundar uma nova base de apoio. O Partido Comunista, inspirava-se na teoria da revolução brasileira, e propunha, neste período, uma revolução democrática-burguesa, anti-feudal e anti-imperialista.

O movimento camponês de Formoso e Trombas passou a ser organizado por quadros do Partido Comunista Brasileiro a partir de 1954, todos eles camponeses. Dado a dinâmica da organização do movimento onde qualquer proposição era discutida, votada e assumida pela maioria, chegou-se a um nível singular de organização política nesta região em conflito. Isto foi possível devido ao nível de conscientização política que se conseguiu atingir. É interessante observar que, o movimento assumiu posições mais avançadas do que aquelas propostas pelo próprio Partido Comunista Brasileiro, e que rejeitou toda e qualquer proposição que não se adequasse à realidade local e também aquelas que não expressavam a reais reivindicações dos trabalhadores rurais brasileiros. Essa foi a diferença importante entre as formas de luta em Formoso e Trombas e outras lutas organizadas pelo Partido Comunista Brasileiro, pois a participação das bases na condu

ção do movimento assumiu níveis poucas vezes alcançados. Tomou-se por base um dos principais ensinamentos do partido, muitas vezes esquecido por ele mesmo, que é aquele que preconisa que a organização deve ser feita com ampla participação das bases. Isto fica muito claro na prática de luta em Formoso e Trombas. Em primeiro lugar, o embrião da organização nasceu com a intensificação dos mutirões, amplamente utilizados pelos camponeses desde 1951 como forma de garantir a produção. Em segundo lugar, foram criados os Conselhos de Córregos aproveitando-se a solidariedade e confiança já existentes entre os moradores de um mesmo córrego. Os Conselhos de Córregos foram a base da organização de toda a região, pois reuniam-se de 30 em 30 dias e discutiam todos os problemas referentes a região em conflito. Cada Conselho tinha direito a 3 representantes nas Assembléias e estes representantes deviam expressar as conclusões a que os moradores de um determinado córrego haviam chegado. A Associação reunia seus membros com o intuito de avaliar as conclusões e propostas de todos os Conselhos de Córrego.

Após a avaliação feita na Associação cada Conselho tinha mais 30 dias para voltar a discutir as propostas gerais quanto às soluções a serem tomadas para a resolução dos problemas da região. As decisões, tomadas através de discussões e votação, deveriam ser levadas a uma Assembléia Geral que era realizada no final do prazo estipulado.

A Associação dos Trabalhadores e Lavradores de Formoso e Trombas veio aglutinar os Conselhos de Córrego. A direção da Associação transformou-se em mero órgão executivo, encaminhando as resoluções votadas que eram assumidas pe

los camponeses. Jamais foi identificada como organização autoritária, mas sim como organização central, expressão do exercício realmente democrático. Quando os camponeses falam em democracia, falam na participação efetiva da maioria. E será a participação efetiva da maioria que levará o movimento ao avanço de consciência política que alcançou e levará uma parte significativa dos camponeses a compreender a impossibilidade de reconciliação entre os seus interesses e os do regime econômico, político e social vigente.

A compreensão de que o camponês no capitalismo sempre será explorado, fica muito bem explicitada, nos vários depoimentos dados pelos camponeses na parte "E a Paz Acabou", sendo um dos mais contundentes o depoimento do Camponês W, quando diz: "mas nós aprendemos a lição, o coletivo, e vimo que não é a terra que importa, é o sistema de ter a terra".

O salto qualitativo dado pelos camponeses de Formoso e Trombas é feito no momento em que passam a compreender que a luta pela posse da terra é apenas uma etapa da luta que eles devem empreender, pois ter a terra pode garantir-lhes apenas uma precária subsistência no sistema capitalista. Portanto, de uma luta pela posse da terra, o movimento de Formoso e Trombas integra-se a um movimento nacional, o dos trabalhadores brasileiros que começam a apresentar um novo projeto de desenvolvimento para o país. Este projeto, no que se refere ao desenvolvimento da agricultura, supunha uma nova concepção da propriedade da terra e do trabalho, traduzida na bandeira de "Reforma Agrária Radical". Para a consecução desse objetivo maior da "Reforma Agrária Radical" não desprezaram nenhuma forma de luta, chegando mesmo a eleger para Deputado Estadual o então líder do movimento de Formoso e Trombas, José Porfírio. Esse fato revestiu-se de grande

importância para o movimento dos trabalhadores, pois, pela primeira vez um camponês foi eleito para a Assembléia Legislativa. Importância maior teve no contexto estadual na medida em que veio ameaçar a continuidade do pacto populista, pois uma nova força política não controlada pela burguesia passa a conquistar amplas camadas da população.

Eleito representante dos camponeses de Goiás, José Porfírio assumiu até o fim o seu compromisso com a "Reforma Agrária Radical" proposta pelos trabalhadores rurais a nível nacional. Esta proposta demonstra o não assentimento dos trabalhadores com o projeto de desenvolvimento, que não os beneficiava. No embate das forças políticas, foram derrotados no golpe de 1964.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Hermínia Tavares de. Estado e Classes Trabalhadoras no Brasil, 1930-1945. Mimeo. s/n

BESKOW, Paulo Roberto et alii. Persagri-Região Centro Oeste. Rio de Janeiro, Horto Florestal, Vol. VI.

CANO, Wilson. Raízes da Concentração Indústrial em São Paulo. Rio de Janeiro, DIFEL, 1977.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. Ideologia do Desenvolvimento do Brasil: JK JQ. 2. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.

CARVALHO, João Carlos M. Camponeses no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1978.

GORENDER, Jacob. Escravismo Colonial. São Paulo, Editora Ática, 1978.

DELFIM, Neto Antônio. O Problema do Café no Brasil. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas-SUPLAN, 1979.

DOLES, Dalísia Elizabeth Martins et alii. Interpretação Histórica da Economia de Goiás e Posicionamento do Setor Agropecuário no Contexto Econômico e Social da Região. (mimeo) Goiânia, CEP. 1978.

KAUTSKY, Karl. A Questão Agrária. Rio de Janeiro, Laemmert, 1968.

LEAL, Victor Núnes. Coronelismo, Enxada e Voto. São Paulo, Alfa Omega, 1978.

MARTINS, José de Souza. A Sujeição da Renda da Terra ao Capital e o Novo Sentido da Luta pela Reforma Agrária. Encontro com a Civilização Brasileira. Rio de Janeiro, 3 (22): 200, Abr, 1980.

MARTINS, José de Souza - Capitalismo e Tradicionalismo. São Paulo, Pioneira, 1975.

MARTINS, José de Souza. O Cativeiro da Terra. São Paulo, Ciências Humanas, 1979.

MARX, Karl. Livro III. In - O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, S.d., V. 4.

MARX, Karl. Livro II . In: O Capital. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, s.d., V. .

OLIVEIRA, Francisco. Elegia para uma Re(li)gião. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

PRADO, Júnior Caio. A Revolução Brasileira. 6. ed. São Paulo, Brasiliense, 1978.

SILVA, Sérgio. Expansão Cafeeira e Origens da Indústria no Brasil. São Paulo, Alfa Omega, 1976.

WANDERLEY, Maria Nazareth. O Camponês: Um Trabalhador para o Capital. Campinas Universidade Estadual de Campinas. Grupo de Estudos Agrários. Versão Preliminar para discussão. 1979 (mimeografada).

WANDERLEY, Maria Nazareth Baudel et alii. Capital e Propriedade Fundiária na Agricultura Brasileira in Reflexões sobre Agricultura Brasileira. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1979.

RABÊLO, Francisco Chagas Evangelista. Governo Mauro Borges. Tradicionalismo, Planejamento e Mobilização Social em Goiás. Tese de Mestrado, UFMG, (mimeo), s.d.

PERIÓDICOS

MOVIMENTO (O). São Paulo, 21 de Agosto 1978.

MANCHETE. Rio de Janeiro. (s.n) 30 de Mar., 1977.

RUMOS Novos. Novembro de 1960-Novembro 1964.

POPULAR (O). Goiânia, 10 de Março de 1950-Fev. de 1964.

ANÁPOLIS (O). Na Terra de Ninguém II. Anápolis, 1 de dezembro 1957.

VERAS, Nestor. O Primeiro Encontro Camponês de Goiânia. In Revista Brasileira, nº 58, nov/dez, 1963.

PROBLEMAS. Rio de Janeiro, nº 64. Dez. 1954 - Fev. 1955.

DOCUMENTOS

Termo de Audiência de Instrução e Julgamento da Ação de Usucapião da Fazenda "Córrego da Onça", Cartório de Uruaçu.